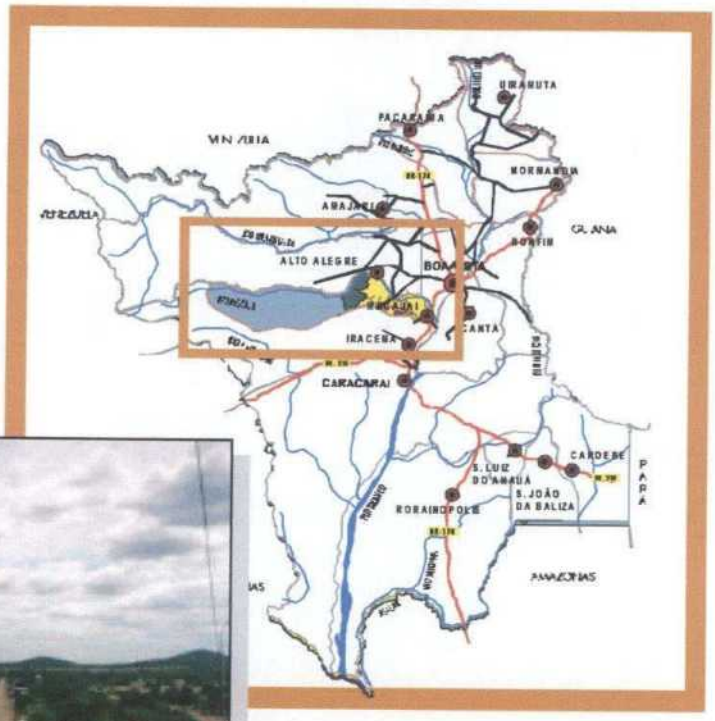
Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data ..../..../....
cod 23 D 000 48

Ministério da Defesa
Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais
Departamento de Política e Estratégia

ESTADO DE RORAIMA
MUNICÍPIO DE MUCAJAÍ



PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL

AGENDA EXECUTIVA - 2001/2004

PCN Programa Calha Norte

Prefeitura de Mucajaí

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ISAE
Instituto Superior de Administração e Economia

Acervo ISA

O presente Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustetável, faz parte das ações operacionais das atividades de ***"Estudos dos Problemas e Demandas da Região da Calha Norte".***

ESTADO DE RORAIMA
MUNICÍPIO DE MUCAJAÍ

PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL

AGENDA EXECUTIVA - 2001/2004

Ações Integradas para o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios de Roraima, baseadas em estudos, pesquisas e informações de Instituições do **Governo Federal, Governo Estadual, Prefeituras Municipais, Câmaras Municipais e Organizações Não-Govenamentais.**

Boa Vista (RR)

Acervo ISA

SUMÁRIO

. Apresentação / 4

Parte I: Síntese das Ações Estratégicas para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Amazônia Setentrional / 7

. O Contexto Geopolítico / 8
. O Contexto Ecológico / 10
. Ocupação Seletiva e Desenvolvimento Sustentável / 11
. A Área Estratégica de Roraima / 15
. Regiões Geopolíticas de Roraima / 19
. Ações Operacionais para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável / 24

Parte II: Plano de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável de Mucajaí / 28

. Caracterização Geográfica e Sócio-Econômica do Município / 30
. Localização, Clima, Relevo e Hidrografia / 30
. Limites / 30
. População / 31
. Destinação e Uso da Terra / 31
. Solos / 32
. Aspectos Sócio-Econômicos / 32
. Principais Potencialidades Econômicas / 33

. Ações para o Desenvolvimento da Infra-estrutura Social / 34
. Educação, Cultura e Desportos / 34
. Promoção Social / 41
. Saúde e Saneamento / 47

. Ações para Vitalização da Infra-estrutura Física Básica / 56

. Ações para o Desenvolvimento da Infra-estrutura Econômica / 63
. Ciência e Tecnologia / 64
. Desenvolvimento da Economia Rurbana (Rural & Urbana) / 65

. Ações para o Desenvolvimento da Infra-estrutura Institucional / 74

Parte III: Informações Complementares / I

. Oportunidades de Investimentos com Base no Potencial Econômico do Estado /II
. Programação Operacional do Programa Calha Norte / XI

Acervo ISA

APRESENTAÇÃO

O processo dinamizador do Programa Calha Norte (PCN), desencadeado a partir de 1995, vem se concretizando pela introdução progressiva de metodologia específi ca para a gestão do Programa, rigorosamente afinada com o propósito governamental de integração de suas ações na Amazônia, reconhecendo, assim, as dimensões e o alcance social do Programa para a Região.

Essa metodologia se exprime na busca incessante da integração de esforços no âmbito da administração pública, articulando-a nos seus três níveis: o federal, o estadual e o municipal. Além disso, estimula, articula e valoriza parcerias em outras esferas, integrando instituições de ensino, pesquisa, planejamento, organizações não-governamentais e associações, todos identificados com o processo de desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A área de atuação do Programa Calha Norte, abrange um total de 74 municípios, todos situados acima das calhas dos rios Solimões e Amazonas.

Nesse sentido, com o propósito de dinamizar o desenvolvimento da área, o Ministério da Defesa - órgão ao qual o Programa Calha Norte está subordinado - mediante convênio com a Fundação Getulio Vargas/ Instituto Superior de Administração e Economia (FGV/ISAE), deu início à elaboração, para cada Município atendido pelo PCN, de um **"Plano de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável"**, contendo diretrizes para investimentos nos seguintes segmentos, que representam as principais dimensões do processo de desenvolvimento:

. **Infra-estrutura Social** - melhoria do padrão da vida da população através da implantação de programas, projetos e atividades que propiciem a promoção e inclusão social e econômica, tendo como premissas de sustentação a permanente oferta de oportunidades para a qualificação do potencial humano e a racional utilização dos recursos ambientais. Assim, a educação formal, a reeducação de procedimentos quanto à utilização dos recursos naturais, a saúde e as ações da caráter comunitários e associativistas são as principais diretrizes operacionais do segmento;

. **Infra-estrutura Econômica** - fortalecimento das atividades econômicas municipais mediante ações que promovam a agregação de valores econômicos qualitativos e quantitativos à produção local (rural e urbana), possibilitando a ampliação das oportunidades de investimentos, mediante o conhecimento das potencialidades econômicas que apresentam aceitação nos mercados local, regional e extra-regional.

Acervo ISA

. **Infra-estrutura Física Básica** - direcionada para o fortalecimento dos equipamentos de apoio ao desenvolvimento das atividades sócio-econômicas, nas áreas de transportes, comunicações, energia, saneamento ambiental, além de equipamentos urbanos e rurais.

. **Infra-estrutura Institucional** - voltada para a modernização do sistema de gestão municipal, mediante a capacitação de recursos humanos e da reformulação de métodos administrativos, a fim de que o Município assuma o papel de promotor de Desenvolvimento Integrado e Sustentável, em constante sinergia com a comunidade.

Não surpreendem, portanto, a quantidade, a qualidade e a variedade dos parceiros que dividem com a gerência do Programa a responsabilidade da condução do Calha Norte, uma vez que transcende em muito o aspecto de vigilância daquela região de relevante interesse politico-estratégico, para se mostrar como uma ação governamental arrojada e multi-institucional, de considerável alcance social para os brasileiros, cuja presença em áreas inóspitas é um fator importante para assegurar a jurisdição do Brasil sobre a região. Daí a necessidade imperiosa de uma mentalidade soberana e justa, despojada de interesses pessoais ou setoriais, que tenha por objetivo apenas o desenvolvimento consciente da área abrangida, para engrandecimento, cada vez mais, da nação brasileira.

Assim, são relacionadas a seguir as instituições com representação efetiva e marcante na execução do Programa Calha Norte:

01 - Estado do Amapá
02 - Estado do Amazonas
03 - Estado do Pará
04 - Estado de Roraima
05 - Comando da Aeronáutica
06 - Ministério da Agricultura e do Abastecimento
07 - Ministério da Ciência e Tecnologia
08 - Ministério das Comunicações
09 - Ministério da Educação e do Desporto
10- Comando do Exército
11- Ministério da Fazenda
12 - Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
13 - Ministério da Justiça - Polícia Federal
14 - Comando da Marinha
15 - Ministério do Meio Ambiente
16 - Ministério de Minas e Energia
17 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
18 - Ministério da Previdência Social
19 - Ministério das Relações Exteriores
20 - Ministério da Saúde
21 - Ministério do Trabalho
22 - Ministério dos Transportes
23 - Ministério da Integração Nacional
24 - Ministério da Defesa
25 - EMBRAPA/CPATU - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
26 - FUNAI/MJ - Fundação Nacional do Índio
27 - UFPA - Universidade Federal do Pará
28 - UA - Universidade Federal do Amazonas
29 - IDESP - Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará
30 - INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Acervo ISA

31 - INPA - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
32 - FGV/ISAE - Fundação Getúlio Vargas/Instituto Superior de Administração e Economia da Amazônia
33 - Museu Emílio Goeldi
34 - Programa Comunidade Solidária
35 - SEPRE - Secretaria Especial de Políticas Regionais
36 - SEBRAE - Serviço de Apoio à Pequena Empresa
37 - SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
38 - SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus
39 - AMUCAN - Associação dos Municípios da Calha Norte
40 - AMEAP - Associação dos Municípios do Estado do Amapá
41 - AMER - Associação dos Municípios do Estado de Roraima
42 - AAM - Associação Amazonense de Municípios
43 - SENAD - Secretaria Nacional Anti-Drogas
44 - SEPURB - Secretaria de Política Urbana da Presidência da República
45 - COEP - Comitê das Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida
46 - IME - Instituto Militar de Engenharia

No caso específico do presente Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, que faz parte das ações operacionais das atividades denominada *"Estudos dos Problemas e Demandas da Região da Calha Norte"*, registre-se também a destacada colaboração das seguintes instituições:

. Associação dos Municípios de Roraima
. Prefeitura Municipal de Mucajaí
. Governo do Estado de Roraima:
  . Secretaria de Estado do Planejamento, Indústria e Comércio
  . Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos
  . Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social
  . Secretaria de Estado da Administração
  . Secretaria de Estado da Segurança Pública
  . Secretaria de Estado da Fazenda
  . Secretaria de Estado da Saúde
  . Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos
  . Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento
  . Companhia Energética de Roraima
  . Companhia de Desenvolvimento de Roraima
  . Companhia de Água e Esgotos de Roraima
  . Departamento de Estradas e Rodagens
  . Instituto de Terras de Roraima
  . Agência de Fomento do Estado de Rorraima
. UFRR – Universidade Federal de Roraima
. EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
. ACIR – Associação Comercial de Roraima
. AMER – Associação das Micro Empresas de Roraima
. SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima
. FIER – Federação da Indústria do Estado de Roraima
. FECORR – Federação do Comércio de Roraima
. FAERR – Federação da Agricultura do Estado de Roraima
. GRÃO NORTE - Cooperativa de Produção Agropecuária do Extremo Norte Brasileiro

Acervo ISA

PARTE I

SÍNTESE DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA SETENTRIONAL

Acervo ISA

Parte I

Síntese das Ações Estratégicas para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Amazônia Setentrional

. O Contexto Geopolítico

A Amazônia Setentrional está inserida no centro do maior patrimônio de florestas e rios do mundo - a **Amazônia Continental** - que abrange 7,902 milhões de km², ou 44,38 % da América do Sul, com a seguinte participação por país:

Acervo ISA

A **Amazônia Setentrional,** com 1,4 milhão de km² (17% do território do país), ocupa parte do Estado do Amazonas, todo o Estado de Roraima, parte do Estado do Pará e todo o Estado do Amapá. Sua população é de cerca de 2,7 milhões (menos de 2 habitantes por km²) e nela estão incluídos cerca de 25% dos indígenas do Brasil. Possui 7,4 mil km de fronteiras (com o Peru, a Colômbia, a Venezuela, a Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa[1]).

O **Programa Calha Norte** tem sido, em grande medida, responsável pela presença constante e efetiva do Estado brasileiro na Amazônia Setentrional. Essa presença se dá através da implantação e manutenção da infra-estrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira; do apoio aéreo; do atendimento as tribos indígenas e da assistência às comunidades carentes (educação e saúde, principalmente). Também é presente na manutenção e melhoria da infra-estrutura de energia elétrica e transportes (construção e manutenção de portos, aeroportos e rodovias e segurança da navegação fluvial); e do apoio aos governos de seus 74 municípios, 41 deles situados total ou parcialmente na Faixa de Fronteira[2].

AMAZÔNIA SETENTRIONAL (Área de atuação do Programa Calha Norte):

- Estado do Amapá:	16 municípios
- Estado do Amazonas:	33 municípios
- Estado do Pará:	10 municípios
- Estado de Roraima:	15 municípios
- Total:	74 municípios, 41 deles situados total ou parcialmente na Faixa de Fronteira.

Faixa de Fronteira
Unidades Militares implantadas
Unidades Militares, em fase de implantação

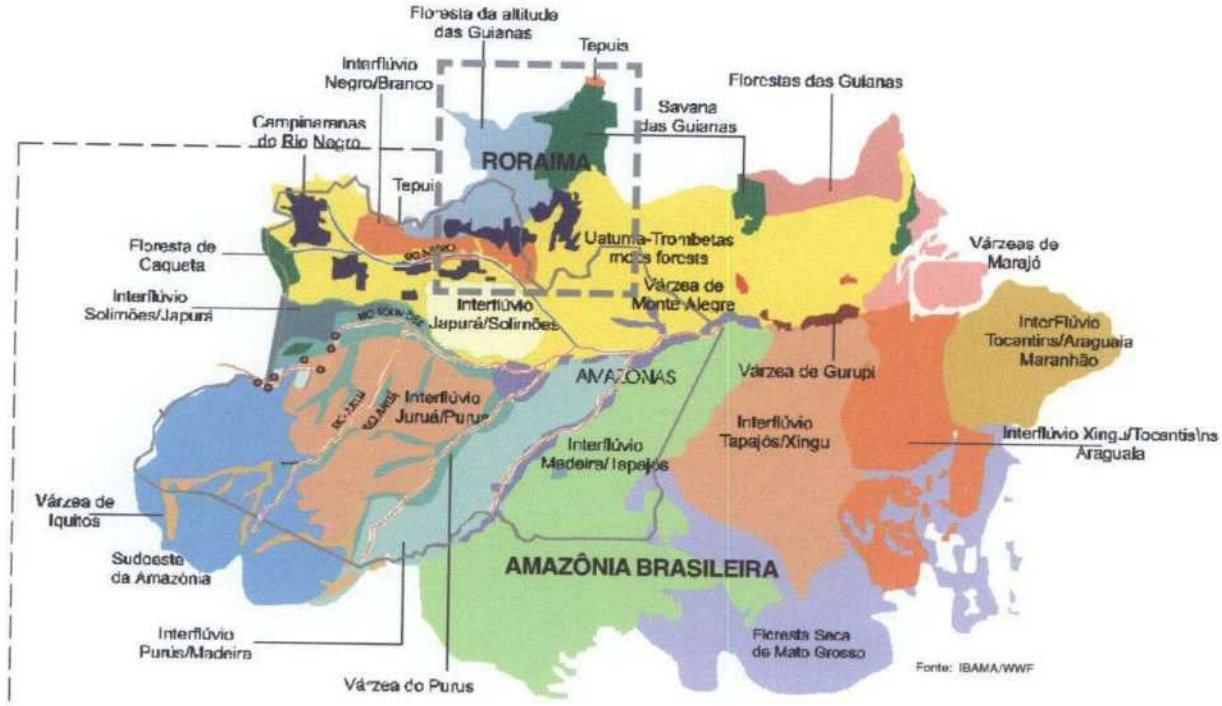
[1] - Como território ultramar da França, a Guiana Francesa integra o território desse país e, portanto, faz parte da União Européia.

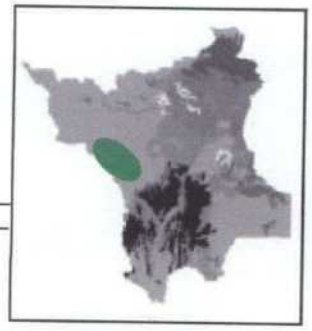
[2] - A Faixa de Fronteira é a área, de 150 km de largura, paralela à linha divisória do Brasil com os países limítrofes (Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, regulamentada pelo Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980).

Acervo ISA

. O Contexto Ecológico

O bioma da Amazônia Brasileira é constituído por 23 ecorregiões. No Estado de Roraima, encontram-se os Cerrados, as Matas de Transição, as Várzeas e os Microclimas de Altitudes. Esses quatro ecossistemas representam diversificados tipos *de "habitats"* que contemplam diferentes fisionomias, estruturas e espécies de vegetação.





De acordo com as "Informações de Apoio ao Planejamento Estratégico para a Amazônia" - 2ª edição - que apresenta estudos elaborados para o "Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras - PPG-7", sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente/Núcleo de Apoio às Políticas Integradas para a Amazônia - uma das principais características usadas na separação dos ecossistemas do bioma amazônico são os grandes inter-flúvios. A importância dos grandes rios amazônicos como barreiras biogeográficas tem sido ressaltada desde que os primeiros naturalistas iniciaram a exploração científica da região.

No Estado de Roraima, a presença de Cerrados - um bioma mais conhecido técnica e científicamente - indica uma grande oportunidade de exploração mais eficiente, com redução dos riscos ambientais. Nesse sentido, o direcionamento da expansão da fronteira agrícola para as áreas de cerrados certamente aliviará a ocupação de áreas de floresta na região. Estudos recentes da EMBRAPA, patrocinados pelo BNDES, relativos à **análise da viabilidade agrícola do cerrado roraimense**, identificou grande potencial para a produção de grãos nos municípios de Boa Vista, Bonfim, Cantá, Normandia, Amajarí, Alto Alegre, Mucajaí, Pacaraima e Caracaraí.

Acervo ISA

. Ocupação Seletiva e Desenvolvimento Sustentável

Ocupação seletiva e desenvolvimento sustentável: é este, em síntese, o propósito do direcionamento estratégico formulado no estudo ***"Subsídios para uma Estratégia de Desenvolvimento da Amazônia Setentrional"*** *, área de atuação do Programa Calha Norte - PCN, que tem como horizonte a presente década (2001-2010) e visa a três grandes objetivos.

I – A ordenação do processo de ocupação humana regional, que deve ser descontínuo, pontual, realizando uma *desconcentração concentrada da população* e das atividades produtivas. Deve evitar pressões antrópicas que possam sobrecarregar o meio ambiente e buscar a preservação e conservação dos recursos naturais - o ecodesenvolvimento.

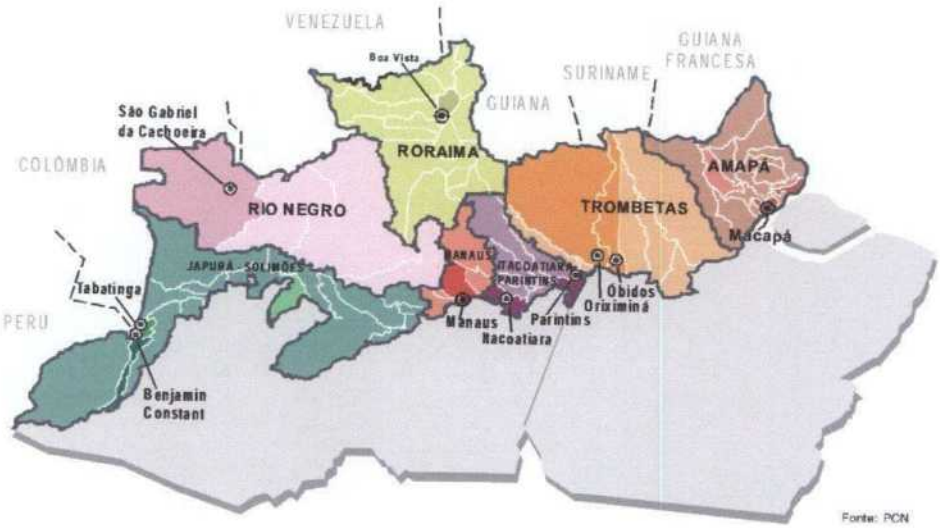
II – A aceleração do crescimento, de modo economicamente sustentado e ambientalmente sustentável.

III – O avanço do desenvolvimento humano, com igualdade de oportunidades, mais bem-estar, menos pobreza e melhor distribuição de renda.

Esses objetivos desdobram-se em três delineamentos estratégicos, fortemente interdependentes:

1. O primeiro deles volta-se para a **organização do território** da Amazônia Setentrional (área: 1.435,2 mil km²; população: 2,7 milhões; PIB: US$ 12 bilhões; PIB per capita: US$ 4.477; IDH: 0,669). Reparte-o em sete **Áreas Estratégicas**, subespaços de intervenção das ações de desenvolvimento propostas.

Áreas Estratégicas delimitadas e respectivos Pólos



Fonte: PCN

(*) - O estudo foi desenvolvido no final do segundo semestre do ano 2000, tendo como base populacional dados do IBGE, anteriores à divulgação do *Censo 2000*.

Acervo ISA

1) Rio Negro (área: 333,8 mil km²; população: 69,8 mil; PIB: US$ 108 milhões; PIB per capita: US$ 1.547; IDH: 0,489), polarizada por São Gabriel da Cachoeira;

2) Japurá–Solimões (área: 322,4 mil km²; população: 273 mil; PIB: US$ 309,3 milhões; PIB per capita: US$ 1.133; IDH: 0,462), polarizada por Tabatinga–Benjamim Constant;

3) Manaus (área: 52,4 mil km²; população: 1.269,8 mil; PIB: US$ 8.441,1 milhões; PIB per capita: US$ 6.648; IDH: 0,756), polarizada por Manaus;

4) Itacoatiara–Parintins (área: 75,9 mil km²; população: 186,7 mil; PIB: US$ 399,2 milhões; PIB per capita: US$ 2.138; IDH: 0,557), polarizada por Itacoatiara–Parintins;

5) Roraima (área: 225,1 mil km²; população: 247,1 mil; PIB: US$ 976,1 milhões; PIB per capita: US$ 3.950; IDH: 0,728), polarizada por Boa Vista;

6) Trombetas (área: 282 mil km²; população: 264,2 mil; PIB: US$ 533 milhões; PIB per capita: US$ 2.018; IDH: 0,517), polarizada por Óbidos–Oriximiná; e

7) Amapá (área: 143,5 mil km²; população: 379,5 mil; PIB: US$ 1.276,2 milhão; PIB per capita: US$ 3.363; IDH: 0,687), polarizada por Macapá.

Essas Áreas Estratégicas foram caracterizadas através de indicadores demográficos e econômico-sociais. Também influenciaram as interações demográficas e econômicas entre elas, que possibilitaram dimensionar os fluxos potenciais e as influências que os dois macropolos de desenvolvimento da Amazônia - Belém e Manaus - exercem sobre a Calha Norte .

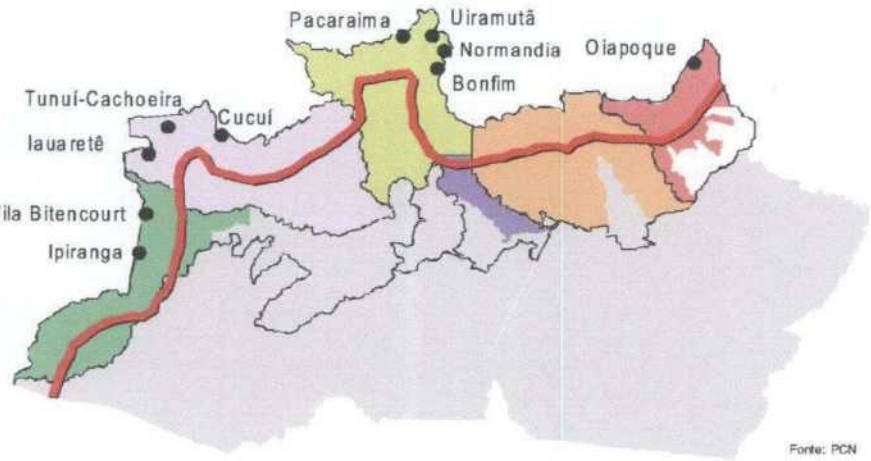
Com fundamento nessas análises, foi proposto um **sistema urbano prospectivo** para a região, identificando-se seus Pólos prioritários para reforçar suas infra-estruturas e serviços urbanos e sua promoção, ao longo da década. São eles: São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga–Benjamim Constant, ambos localizados na Faixa de Fronteira.

Sistema Urbano Prospectivo

Acervo ISA

Caracteriza-se, por fim, a região incluída na **Faixa de Fronteira** (área: 1.095,5 mil km²; população: 703,3 mil; PIB: US$ 1.698,7 milhão; PIB per capita: US$ 2.415; IDH: 0,577), identificando-se nela os Núcleos de Ocupação, bases para o esforço de vivificação e desenvolvimento dessas áreas limítrofes com seis países.

Faixa de Fronteira e Núcleos de Ocupação



2. O segundo delineamento volta-se para a **redução do hiato de competitividade sistêmica** entre a Amazônia Setentrional e o restante do país.

Essa redução, condição necessária ao crescimento e desenvolvimento regionais, poderá ser obtida mediante:

1) expansão e modernização da infra-estrutura de transportes, energia e comunicações, com ênfase em **eixos de integração e inserção**, rede básica de transportes fluvial e, complementarmente, rodoviária, capaz de facilitar os fluxos intra-regionais, inter-regionais e internacionais de pessoas, bens e serviços;

2) grande avanço na formação de recursos humanos, com ênfase na educação básica, na formação tecnológica e na qualificação para o trabalho, com foco na população de baixa renda;

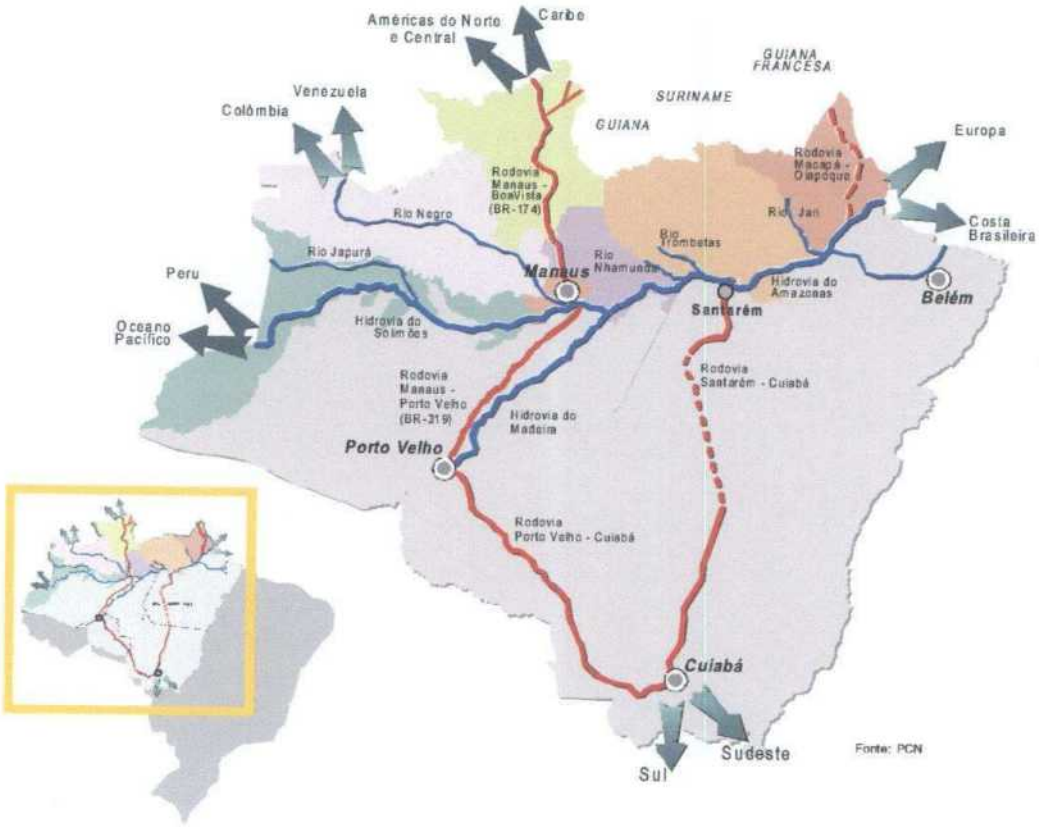
Acervo ISA

3) desenvolvimento urbano, envolvendo mais integração do sistema regional de cidades e melhoria da infra-estrutura e dos serviços urbanos;

4) montagem de sistema regional de ciência e tecnologia, para a ampliação da fronteira de conhecimento na região e sua disseminação e emprego, com prioridade para o aproveitamento racional e não-predatório dos recursos naturais, em especial da biodiversidade;

5) preservação e conservação do meio ambiente, de modo a assegurar a conciliação do crescimento e do desenvolvimento com a proteção da natureza.

Eixos de Integração e Inserção



3. O terceiro delineamento busca realizar importante **transformação produtiva** na região, mediante atuação nos setores-chave de sua economia. São eles:

Acervo ISA

1) aextrativismo e agropecuária, vistos integradamente como atividades complementares, ambientalmente sustentáveis e econômica e socialmente sustentadas;

2) *agribusiness,* compreendido como cadeias produtivas que, partindo dos produtos do extrativismo e da agropecuária, evoluam, articuladamente, para o beneficiamento industrial e a comercialização nos mercados regional, nacional e mundial;

3) mineração e indústria, contemplando a extração e a industrialização das reservas minerais que se revelem economicamente viáveis, respeitados os constrangimentos ecoambientais e os direitos das populações indígenas sobre as áreas reservadas, bem como o desenvolvimento de bioindústrias;

4) turismo, essencialmente o ecoturismo tropical;

5) outros serviços, em especial o comércio e, nas maiores cidades, os chamados serviços modernos, intensivos em conhecimento.

Na parte final do estudo ***"Subsídios para uma Estratégia de Desenvolvimento da Amazônia Setentrional"***, empreende-se exercício de prospecção econômico-social, na perspectiva desta década, com a construção de **cenários de desenvolvimento** para **cada uma das Áreas Estratégicas** e para a região como um todo. É discutida também a **missão do Programa Calha Norte** nesse contexto, em particular sua atuação como agente aglutinador de decisões e ações de desenvolvimento, com ênfase na Faixa de Fronteira.

. A Área Estratégica de Roraima

O Estado de Roraima forma uma das sete Áreas Estratégicas propostas. Ocupa o extremo norte do País, parcialmente encravado entre a Venezuela e a Guiana. Todos os seus quinze municípios são fronteiriços ou têm partes de seus territórios na Faixa de Fronteira.

Fonte: Governo do Estado/SEPLAN

Roraima tem 964 km de fronteira com a República Cooperativista da Guiana, a Leste. A Norte e a Oeste, tem 958 km de fronteira com a República da Venezuela. Possui uma área territorial de 225.116 km². Limita-se ao Norte com a Venezuela; ao Sul com os Estados do Amazonas e Pará; ao Leste com a Guiana; e a Oeste com o Amazonas e a Venezuela.

Em Roraima encontra-se o ponto mais extremo do Brasil. Trata-se do Monte Caburaí, fato desconhecido até pouco

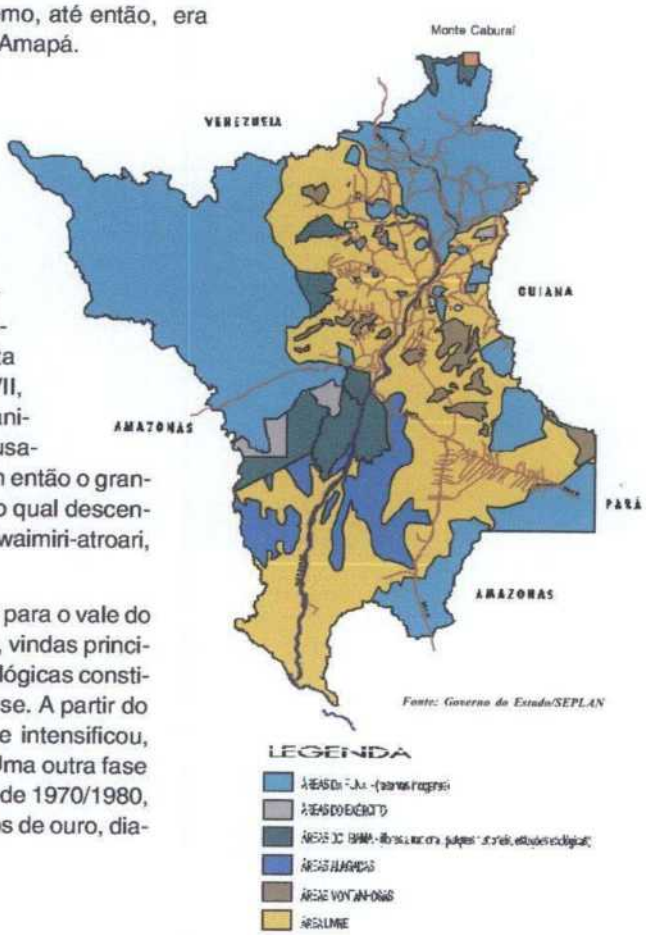
Acervo ISA

tempo, uma vez que o ponto mais extremo, até então, era considerado como sendo o Oiapoque, no Amapá.

Ocupação

É um Estado constituído por diversas etnias, que no início de sua colonização pelos portugueses habitavam a região, principalmente o lavrado e as serras. Pertencentes ao tronco lingüístico karibe, os índios de Roraima acabaram por se constituir na grande ajuda que os desbravadores precisavam para ocupar esta parte setentrional do Brasil, no século XVII, pela facilidade que tinham no trato dos animais, como muares, que os portugueses usavam como transporte. Os karibe formavam então o grande tronco étnico que habitava Roraima, do qual descendem as tribos macuxi, taurepang, ingaricó, waimiri-atroari, maiongong, wai-wai e ianomami.

Foram os portugueses que trouxeram para o vale do Rio Branco as primeiras levas migratórias, vindas principalmente do Nordeste, cujas raízes genealógicas constituíram as famílias e a população roraimense. A partir do século XVIII, esse processo migratório se intensificou, mas foi marcante no início do século XX. Uma outra fase migratória expressiva ocorreu nas décadas de 1970/1980, com a abertura indiscriminada dos garimpos de ouro, diamante e cassiterita no Estado.



Aspectos Geográficos

Roraima apresenta três tipos de cobertura vegetal, bem distintas. Ao Sul, uma floresta tropical densa e abundante, entrecortada por rios caudalosos, é habitada por exuberante fauna e flora. Na região central, o domínio dos campos gerais, lavrados ou savanas, igarapés e buritizais, toma o horizonte cada vez mais longínqüo e, ao mesmo tempo, nítido e belo. Ao Norte, o cenário vai mudando, de acordo com o avanço da Rodovia BR-174 rumo a Venezuela. A fronteira é uma região de serras, acima dos 1.000 metros de altitude, com um clima que varia de 10 °C a 27 °C.

ÁREA	km²	%
RORAIMA	**225.116**	**100,00**
FUNAI	100.965	44,85
IBAMA	13.169	5,85
EXÉRCITO	2.747	1,22
ÁREAS ALAGADAS	13.394	5,95
ÁREAS MONTANHOSAS	5.943	2,64
ÁREA LIVRE	88.898 (50% Disponíveis)	39,49

Somente o sudoeste de Roraima e sua parte centro-oriental (onde se encontra a capital, Boa Vista) são espaços livres para a ocupação demográfica e produtiva, pois as demais sub-áreas estão legalmente preservadas, sendo constituídas principalmente por terras indígenas, onde são encontradas nações como os waimiri-atroari, ingaricó, wai-wai, macuxi, wapixana e taurepang. Em Roraima encontram-se também os humanos mais primitivos do planeta: o povo ianomami.

Acervo ISA

População

Com 225 mil km² e população de 324 mil habitantes *(Censo 2000/IBGE)*, Roraima apresenta uma densidade populacional de 1,44 hab/km² e taxa de urbanização de 70%. O crescimento demográfico, elevado e crescente nos anos 1970 e 1980 (taxas anuais de 6,8% e 10,4%, respectivamente), decresceu para 2,6% ao ano em 1990-1996. Foi, porém, intenso (de 7,2% ao ano) se tomado todo o período 1970-1996.

Roraima é a síntese do Brasil pois aí fixaram-se sulistas, nordestinos e nortistas de todos os Estados.

Economia

A infra-estrutura econômica que existia antes da transformação em Estado em 1988, permitia a exploração dos recursos naturais de forma incipiente, apesar de abundantes (segundo levantamentos do Projeto Radam Brasil, que mapeou através de aerofotogrametria toda a região amazônica na década de 70).

O trabalho do Radam permitiu que os brasileiros tomassem conhecimento das riquezas naturais dos solos da Amazônia, como jazimentos de ouro, cassisterita, bauxita, gás natural, petróleo, pedras e areias raras de alto valor comercial e os minérios nobres e radiotivos como urânio, tório e bário.

Em Roraima, foram descobertos jazimentos de ouro, diamantes, cassiterita e urânio, este encontrado com alto valor de pureza na região da Serra dos Surucucús, no Oeste de Roraima. Essas descobertas motivaram um novo processo migratório para Roraima, com a vinda de milhares de garimpeiros. Além dos minérios, o Radam detectou recursos naturais como a madeira, para exploração em escala comercial, e indicou o potencial da agricultura e da pecuária - que pode ser explorada com pastos plantados, diferentemente da criação bovina da fase do Território Federal utilizada nos campos nativos do lavrado.

Infra-estrutura

Os dois primeiros governos estaduais investiram pesado na formação da infra-estrutura de transporte, construindo e asfaltando estradas que servissem de corredor para o escoamento da produção advinda da exploração desses recursos naturais. Roraima possui uma grande malha rodoviária, estadual e federal.

Três importantes rodovias federais cortam o território roraimense: a BR-174, que liga o Estado à Venezuela, ao Norte, e ao Estado do Amazonas, ao Sul; a BR-210 (Perimetral Norte); e a BR-401, que liga Boa Vista à Lethem, na fronteira com a Guiana, ao Leste. São ao todo cerca de 1.380 quilômetros de estradas federais, além das dezenas de estradas estaduais e vicinais dos projetos de assentamento de colonos (pág. 20). A BR-174 está totalmente asfaltada entre Manaus e Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, enquanto que as

Fonte: Governo do Estado/SEPLAN

FGV/ISAE

Acervo ISA

BR's 401 e 210 possuem alguns trechos asfaltados.

O projeto **Arco Norte** é a denominação da rodovia que fará a ligação do Amapá ao Amazonas, passando pela Guiana Francesa, Suriname, Guiana (Inglesa) e Roraima . A ligação de Roraima com a Guiana é uma realidade do lado brasileiro; o acesso é feito pela rodovia BR-401, que liga Boa Vista até Bonfim, na linha de fronteira com esse país.

A **Linha de Guri** é uma rede de transmissão de energia que sai do *Complexo Energético de Guri*, na cidade de Puerto Ordaz/Venezuela e termina em Boa Vista. Com este projeto, o Estado de Roraima passa a dispor de energia constante e segura, podendo assim iniciar um processo de industrialização na sua economia, fomentando o estabelecimento de empresas dos diversos segmentos industriais e agroindustriais.

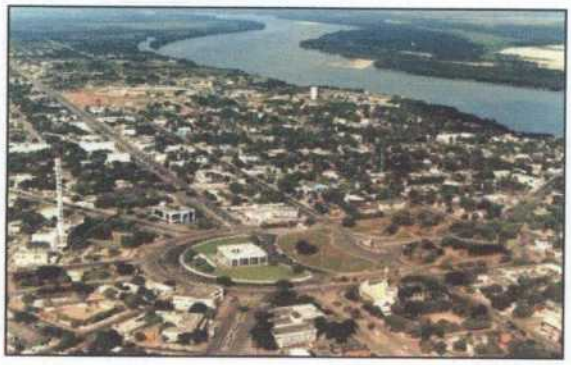
Boa Vista

Capital do Estado de Roraima, Boa Vista tem uma população de 200.383 habitantes *(Censo 2000/IBGE)*, 39,15 hab./km^2, 98,28 % na sede municipal e 1,72 % na zona rural.

A estrutura econômica está assentada no setor terciário. Por abrigar a sede estadual, a geração de emprego é realizada, sobretudo, pelo setor público, que emprega o maior contingente, vindo a seguir o setor comercial.

A produção primária está assentada na pecuária e na cultura do arroz sequeiro e irrigado. Outras culturas de importância são as de soja e de milho, em função das áreas de cerrado existentes.

O extrativismo no município é insignificante. O setor secundário abriga quase totalidade da produção industrial do Estado, tendo como principais ramos: madeireiro, metalúrgico, alimentos, oleiro-cerâmico e construção civil.



Vista aérea de Boa Vista/RR

Roraima é uma nova fronteira da Amazônia. Com o segundo PIB per capita da região norte-amazônica, tem caminhando, nos últimos anos, para nova fase de progresso. Mesmo que grandes parcelas de seu território estejam bloqueadas à ocupação (por abrigar terras indígenas ou por constituir áreas de conservação) há, ao longo da BR-174 e na parte central e centro-norte do Estado, espaço razoável para sustentar essa nova expansão, no médio prazo.

Entretanto, para que dinamizar essa nova fronteira econômica, será necessário criar infra-estruturas que despertem a captação de novas unidades produtivas, sem descuidar do fomento e incentivo das já existentes, atentando para as vocações e potencialidades da região.

É necessário, portanto, dar seqüência ao processo de desenvolvimento integrado e sustentável, já iniciado em Roraima, orientado para *o aproveitamento das suas potencialidades; a criação de condições favoráveis ao investimento; a consolidação do parque fabril; o desenvolvimento tecnológico; o fortalecimento das pequenas empresas; e o estímulo a atividades que mantenham o eqüilíbrio ambiental.*

Acervo ISA

. Regiões Geo-Políticas de Roraima

Em termos geo-políticos, o Estado de Roraima é composto por 15 municípios, agrupados, segundo critérios do IBGE, em duas Sub-regiões, as de **nºs 17 e 18.**

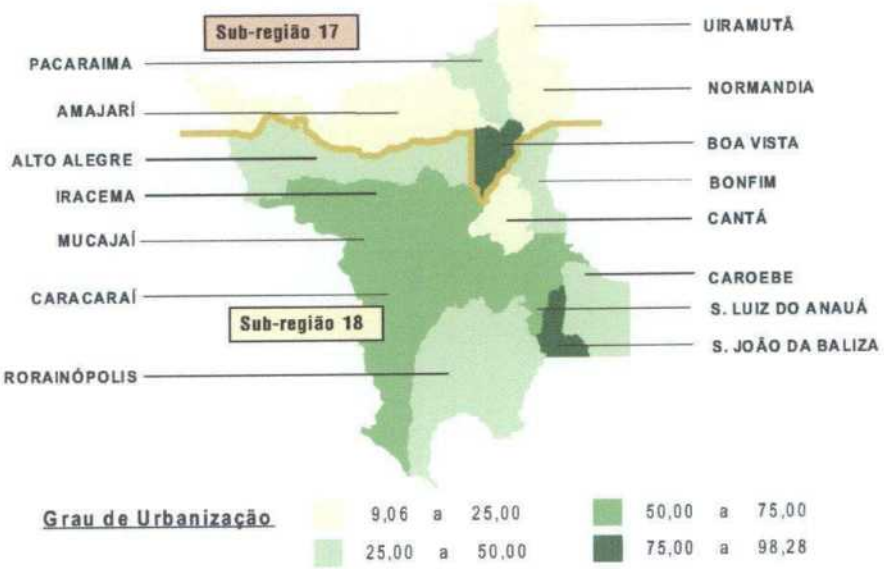
A **Sub-região 17** é formada por cinco municípios: Amajarí, Boa Vista, Normandia, Pacaraima e Uiramutã.

A **Sub-região 18** é formada por 10 municípios: Alto Alegre, Mucajaí, Iracema, Bonfim, Cantá, Caracaraí, São Luiz do Anauá, Caroebe, São João da Baliza e Rorainópolis.

As condições necessárias para alavancar o processo de desenvolvimento de Roraima já estão disponíveis. A BR-174, totalmente pavimentada, interliga Roraima de norte a sul. Ao Norte, com acesso aos mercados da Venezuela e Caribe. Ao Sul, ligação com Manaus, o maior centro comercial do Norte brasileiro.

Na parte Norte, a presença de cadeias de montanhas. Na parte Central, uma área de quatro milhões de hectares de cerrados, propícia para o desenvolvimento da agroindústria de exportação. Na parte Sul, predomina a floresta amazônica.

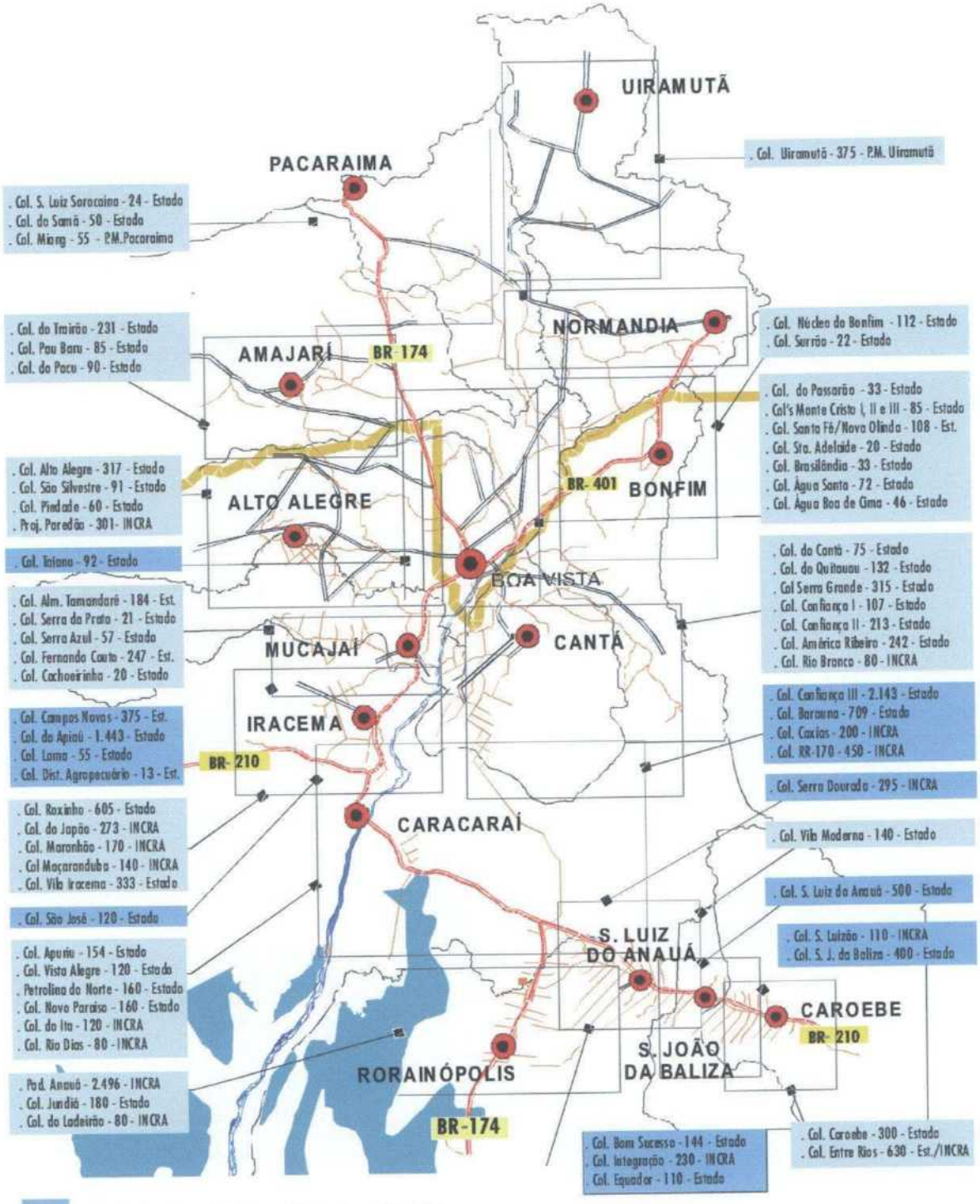
Grau de Urbanização (2000)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas. Censo Demográfico 2000 (Resultados Preliminares).

Acervo ISA

Mapa Esquemático das Colônias Agrícolas, por Município
(Denominação - Número de lotes demarcados - Responsabilidade Institucional)



Colônias cujas áreas estão plotadas em superfícies contíguas a dois municípios.

FGV/ISAE

Acervo ISA

Atividades Produtivas com Prioridade para Investimentos Governamentais

SETOR RURAL

- **Produção de Sementes e Mudas** - Áreas Potenciais: Todo Estado.

- **Fruticultura** (açaí, citricultura, cupuaçu, pupunha, coco, abacaxi, abacate, banana, graviola, mamão, caju, acerola, uva, caçari, goiaba, melancia, melão, maracujá, morango) - Áreas Potenciais: Capoeira (região de mata)/ Cerrado/ Região de altitude.

- **Grãos** (milho, soja, sorgo, arroz de sequeiro e arroz irrigado) - Áreas Potenciais: Capoeira (região de mata)/Cerrado/ Várzea.

- **Criação de Pequenos Animais** (animais silvestres, apicultura) - Áreas Potenciais: Cerrado/Mata.

- **Bovinocultura** (corte e leite)- Áreas Potenciais: Cerrado/Capoeira (região de mata).

- **Horticultura** - Áreas Potenciais: Cerrado/ Capoeira (região de mata).

- **Manejo Florestal** (florestamento e reflorestamento) - Áreas Potenciais: Todo o Estado.

- **Piscicultura** - Áreas Potenciais: Cerrado/ Mata.

- **Pesca Artesanal** - Áreas Potenciais: Cerrado/Mata.

- **Integração de Sistemas Agroflorestais para Pequenos Produtores** - Áreas Potenciais: Capoeira (mata).

SETOR INDUSTRIAL

- **Agroindústria** (café, dendê, cana-de-açúcar, urucum, mandioca, algodão, girassol, pimenta-do-reino, guaraná) - Áreas Potenciais: Todo o Estado.

- **Artefato de Couro e Pele** - Áreas Potenciais: Boa Vista, Amajari, Normandia, Bonfim, Cantá, Mucajaí, Caracaraí, Iracema e Sul do Estado.

- **Curtume** - Áreas Potenciais: Boa Vista e Região Sul do Estado.

- **Extração e Beneficiamento da Madeira** - Áreas Potenciais: Todo o Estado.

- **Fabricação de Artefatos de Madeira** - Áreas Potenciais: Todo o Estado.

- **Indústria Moveleira** - Áreas Potenciais: Todo o Estado.

- **Oleiro Cerâmico** - Áreas Potenciais: Todo o Estado.

- **Indústria Compensado/Laminado** - Áreas Potenciais: Todo o Estado.

- **Indústria Metalúrgica** - Áreas Potenciais: Boa Vista.

- **Indústria de Reciclagem** - Áreas Potenciais: Boa Vista.

- **Mineração não Metálica Integrada** - Áreas Potenciais: Todo o Estado.

- **Pedras Ornamentais e Semipreciosas** - Áreas Potenciais: Todo o Estado.

SETOR DE SERVIÇOS

- **Empreendimentos turísticos** - Áreas Potenciais: Pólo Norte (Amajari, Pacaraima, Uiramutã, Boa Vista e Normandia).

- **Hotelaria** - Áreas Potenciais: Todo o Estado.

- **Artesanato** (Programa de Artesanato de Roraima) - Áreas Potenciais: Todo o Estado.

- **Turismo Ecológico** - Áreas Potenciais: Todo Estado.

- **Armazenagem e Transporte** - Áreas Potenciais: Todo o Estado.

Fonte: Governo do Estado/SEPLAN

Mineração - O Estado de Roraima possui elevado potencial mineral, mas estima-se que cerca de 90% das áreas de ocorrências, encontram-se em áreas indígenas, pretendidas pela FUNAI ou destinadas a parques florestais ou reservas ecológicas.

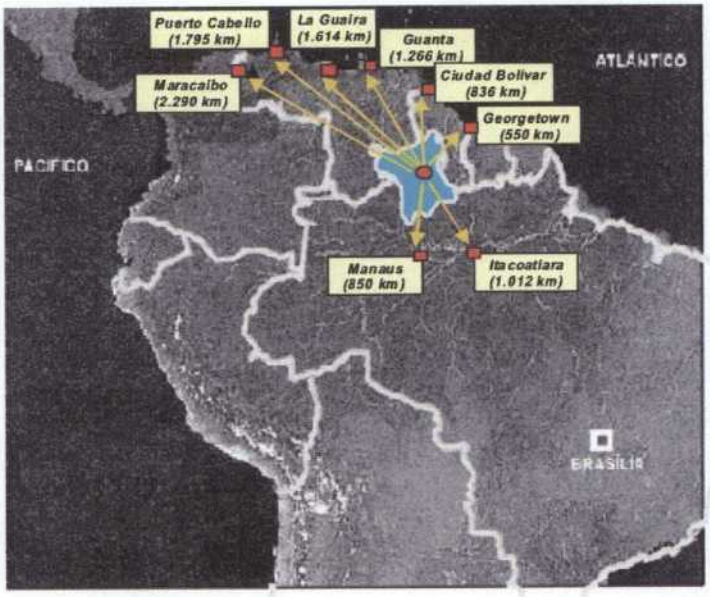
Historicamente, Roraima já se destacou pela extração de ouro e diamantes, que inclusive chegou a exportar, apesar da base produtiva ser limitada a uma exploração composta por garimpos.

A exploração de recursos minerais, está a reclamar posicionamentos políticos no sentido de instalar e fazer crescer o género industrial da mineração no Estado de Roraima. Acredita-se que, uma vez superada a problemática das terras indígenas, essa atividade tem condições de deslanchar e apresentar sua grande contribuição para o desenvolvimento de Roraima.

Acervo ISA

Cenário Prospectivo

Os recursos públicos, especialmente federais, responderam por grande parcela da formação da renda roraimense, mesmo após a transformação do Território em Estado e até, pelo menos, meados da década passada. Foi quando a iniciativa privada deu início a novas oportunidades de negócios, com destaque para a produção de grãos, principalmente a soja. Essa cultura já ocupa grandes áreas de savanas, percorridas pela BR-174. Os grãos produzidos nessa região podem dirigir-se a mercados internacionais, quer através do porto de Itacoatiara, no Amazonas, quer através da Venezuela: escoando pelo Mar do Caribe em direção à Europa ou ao Japão (pelo Canal do Panamá). A forragem derivada da soja poderá dar novo impulso à pecuária intensiva e moderna, base para a exportação de carne e o beneficiamento industrial local.



Fonte: Governo do Estado/SEPLAN

O desempenho econômico e social dessa Área Estratégica dependerá da maturação e dos desdobramentos dessas iniciativas. Dependerá ainda da implantação de infra-estrutura básica que lhe assegure melhores condições de competitividade.

De fato, Roraima acumulou, na condição de Território Federal, problemas decorrentes da adoção de modelos de desenvolvimento que, em geral, não levavam em consideração as peculiaridades da organização de seu espaço, a diversidade e as potencialidades de suas bases de recursos. Tais modelos também não consideraram a sua identidade cultural, provocando uma instabilidade social crescente, representada nos conflitos pela ocupação do espaço rural, entre diferentes grupos e categorias sociais.

Esse panorama vem sendo modificado, ao longo dos últimos anos, pelos investimentos do Governo do Estado nas áreas de infra-estrutura econômica e social.

Sob esse prisma, a análise de seus indicadores sociais aponta que houve sensível evolução, traduzida no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,818, considerado de alto grau e acima da média nacional, que é de 0,809.

O **salto para a modernidade** pressupõe a inversão de uma tendência histórica de paradigmas de desenvolvimento, baseado no papel concentrador do Estado, nas esgotadas políticas de desenvolvimento regional, nas restrições de ordem institucional (fundiária, mineral e indígena), na fragilidade da infra-estrutural e no isolamento geopolítico/geoeconômico.

Acervo ISA

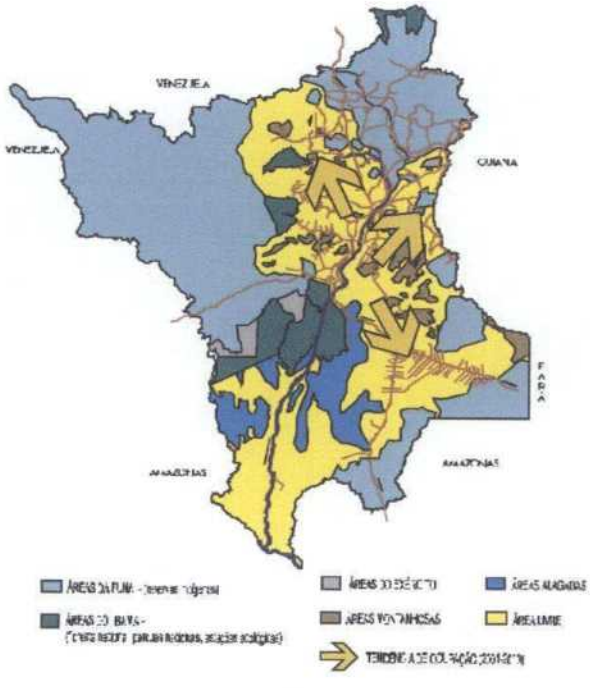
A estratégia que está subjacente à implantação das ações em andamento em Roraima, baseia-se em novos paradigmas para o desenvolvimento estadual, os quais reconhecem como limites da atuação do Estado: *a importância da iniciativa privada como agente de desenvolvimento; o poder local e a participação da sociedade como ferramentas indispensáveis para minimizar os desequilíbrios; e o respeito às gerações futuras e suas necessidades.*

Para o Estado de Roraima, esse novo paradigma repousa, essencialmente, num modelo de valorização das potencialidades locais, envolvendo ações de natureza ambiental, econômica, social e política. Essas ações devem maximizar as vantagens comparativas regionais do Estado e promover maior justiça no acesso ao mercado e na distribuição da riqueza gerada.

Portanto, vale dizer que a complementaridade e a interdependência entre os fatores de sustentação do desenvolvimento proposto, dependem da revitalização produtiva, através da consolidação e ampliação da infra-estrutura econômica. Dependem ainda do reordenamento e orientação de governo, voltados para um melhor desempenho das atividades produtivas; da adequação da infra-estrutura social e do fortalecimento das ações de cidadania; e da reestruturação institucional, cuja proposta é modernizar os instrumentos de gestão estadual, como forma de garantir crescimento duradouro.

Assim, a estratégia de desenvolvimento sustentável do Estado de Roraima será resultante da co-participação e da sinergia de três conjuntos de agentes: Governos; Organizações Comunitárias/Setor Privado e Órgãos de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento/ONGs (Organizações Não-Governamentais). Esses três conjuntos compõem o corpo através do qual serão encaminhadas as ações das políticas para o desenvolvimento da população roraimense.

Tendência de Ocupação (2001 - 2010)



Acervo ISA

. Ações Operacionais para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável

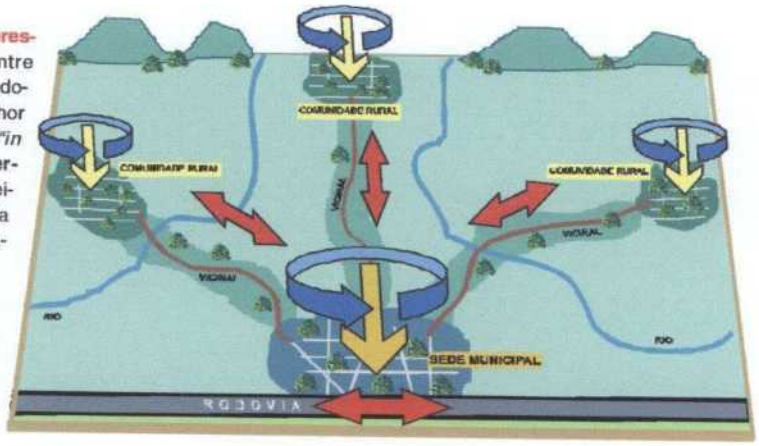
As ações operacionais que possibilitarão a **redução do hiato de competitividade sistêmica** e a **transformação produtiva** de Roraima *(vide págs. 13 e 14)*, deverão ser implementadas a partir dos seguintes referenciais estratégicos, que orientarão as diversas dimensões do futuro cenário sócio-econômico do Estado:

1. Deverão ser estabelecidos elos de interesses sócio-econômicos *(cooperativas)* entre as populações urbanas e rurais, que atuarão sob a forma de ***"agronegócios de produtos amazônicos"***. Para tanto: a) **as populações rurais** serão reeducadas e qualificadas para a prática da ***semeadura/coleta/captura e parte do beneficiamento*** dos produtos; b) **as populações urbanas** serão qualificadas para a prática do ***beneficiamento final e comercialização***. Nessa interação, haverá agregação de valor em cada uma das duas fases do processo produtivo.

Ilustração:

A implantação de **elos de interesses sócio-econômi-cos**, entre produtores rurais e empreendedores urbanos, possibilitará melhor colocação dos produtos *("in natura" e beneficados)* no **mercado local,** suprindo, num primeiro momento, as demandas da **merenda escolar** e da população em geral.

Num segundo momento, além do mercado local, deverá ser promovida a colocação dos produtos nos **mercados regional e extra-regional.**



Nesse sentido, a ação pretende estabelecer concretos mecanismos operacionais para a formação de ambientes sócio-econômicos vitalizados - tanto na zona rural quanto na zona urbana - lastreando-os ao uso sustentável dos recursos naturais e ao conhecimento do potencial de consumo dos mercados local, regional e extra-regional - aí incluídos os mercados dos países fronteiriços.

Acervo ISA

Notas:

1. Na zona rural, deverão ser implantados **"Módulos Comunitários de Produção Sustentável e Diversificada"**;

2. Na zona urbana, serão implantados **"Módulos Comunitários de Beneficiamento e Comercialização"**;

3. As associações entre esses Módulos resultarão nas **cooperativas rurbanas** a serem criadas;

4. Em termos de **"marketing"**, deverão ser destacados os seguintes aspectos, que atuarão como fatores de diferenciação e competitividade dos produtos nos mercados: a) - a **qualidade** (adoção do Selo Verde / ISO 14.000); b) - os **preços** adequados dos produtos (com base na determinação das Cadeias Produtivas, da produção à comercialização); c) - a **grife** "AMAZÔNIA/RORAIMA".

2. A estrutura produtiva regional deverá ser potencializada através do incentivo ao uso dos recursos naturais, promovendo o desenvolvimento com base em técnicas de sustentabilidade ambiental, de acordo com as seguintes linhas estratégicas:

- **Promoção de política de vitalização dos assentamentos e das comunidades indígenas,** com a introdução de técnicas para o uso sustentável dos recursos e o incentivo à produção familiar.

- **Difusão de inovações e capacitação técnica sobre extrativismo sustentável.**

- **Promoção do fortalecimento gerencial das colônias de pescadores** do Estado e fomento à aqüicultura.

- **Aproveitamento da biodiversidade** voltada para a bioagroindústria (indústria farmacêutica e cosmética) e para o ecoturismo.

- **Promoção da mecanização agrícola.**

- **Modernização da atividade madeireira**, com a adoção de política de manejo.

- **Modernização da atividade mineradora**, garantindo a adoção de técnicas ambientais específicas.

Nota:

Deverão ser priorizados produtos que já apresentam potencial de aceitação nos mercados local, regional e extra-regional. Para fomentar esses produtos, deverão ser adotadas ações integradas de sustentabilidade para reeducar, reorientar e redimensionar todos os recursos humanos e tecnológicos componentes do sistema produtivo.

3. O direito sobre a terra (regularização fundiária) atuará como **fator concreto** ao uso sustentável dos recursos. **Prioritariamente, deverão ser regularizadas as áreas já em uso** - de uso recente ou de uso mais antigo. A medida visará: a) desestimular a expansão desordenada; b) preservar a biodiversidade das áreas ainda não usadas.

Nota:

Três fatores ligados à questão fundiária condicionam o processo de desenvolvimento de Roraima:

- Morosidade institucional para solucionar questões fundiárias e indígenas;
- Ausência de políticas claras para equacionar e disciplinar a ocupação das terras indígenas e a regularização fundiária; e
- Incerteza quanto a demarcação de novas áreas indígenas e expansão das existentes.

Acervo ISA

4. Os investimentos governamentais deverão ser gerenciados para dinamizar, de forma integrada, as ações das seguintes dimensões setoriais:

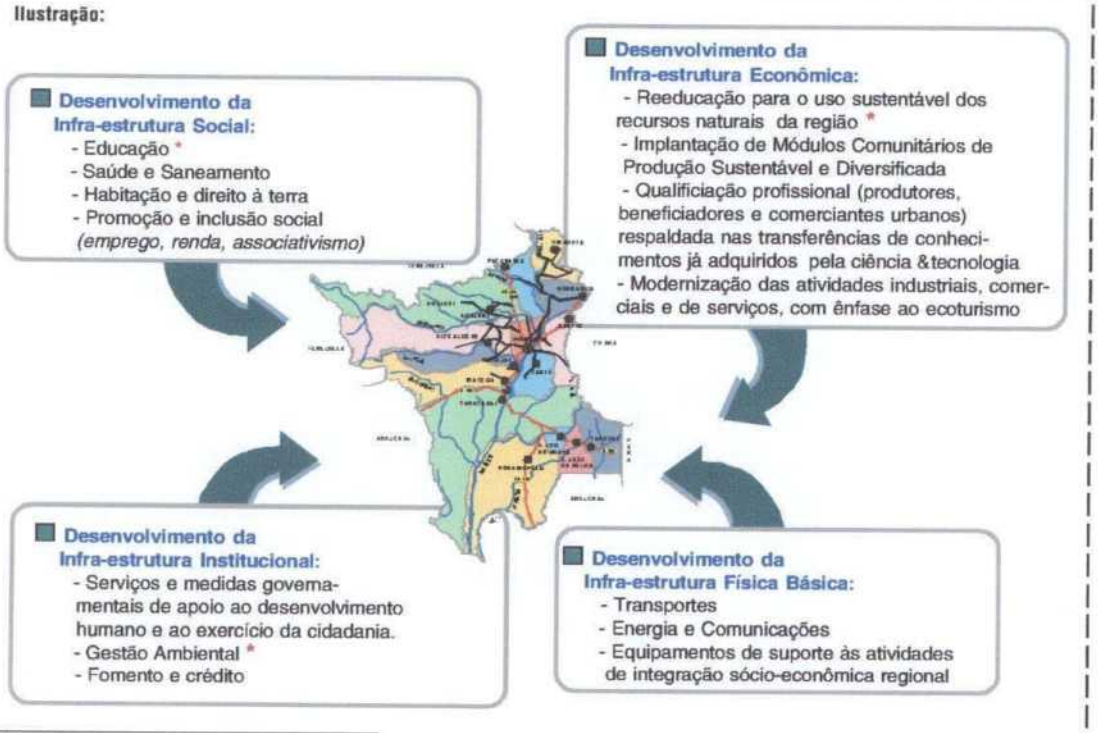
■ **Infra-estrutura Social**: educação, saúde, saneamento, habitação, regularização fundiária, promoção e inclusão social.

■ **Infra-estrutura Econômica**: qualificiação profissional, através da reeducação para o uso sustentável dos recursos naturais da região, utilizando as inovações e os conhecimentos da ciência & tecnologia para o desenvolvimento dos segmentos produtivos (agropecuária, extração vegetal, animal e mineral); modernização das atividades comerciais e de serviços, com ênfase ao turismo ecológico;

■ **Infra-estrutura Física Básica:** transporte, energia, comunicações e equipamentos de uso comum;

■ **Infra-estrutura Institucional:** modernização dos serviços governamentais, fomento e crédito.

Ilustração:



(*) - *Da "Agenda Positiva do Estado de Roraima" - setembro/99:*

"Segundo dados do INPE e do INPA, o incêndio que, em 1998, alterou a cobertura vegetal entre 11 e 13 mil km² do território de Roraima, criou maior consciência ambiental entre produtores rurais, assim como uma mobilização de toda a sociedade e do Governo do Estado para evitar desastres como este no futuro. Há consenso de que o produtor não queima porque quer, mas porque não tem outra alternativa acessível e depende desta atividade para sobreviver. Há, hoje, no Estado, um maior compromisso pelo fortalecimento das políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável, aumentando a produtividade da agricultura e incentivando novas tecnologias, como o plantio direto, o controle biológico e os sistemas agroflorestais. Há também o incentivo à implantação de atividades novas, como o turismo."

Acervo ISA

Dentre os inúmeros programas, projetos e atividades direcionadas ao desenvolvimento integrado e sustentável, destaca-se, pela alta importância sócio-econômica, o **Projeto Incorporação de Áreas Remanescentes da União ao Patrimônio Imobiliário do Estado**. Esse Projeto sintetiza o esforço do Governo de Roraima em estabelecer uma nova política agrária para o Estado, mais justa, consistente e diferenciada, capaz de resgatar uma imensa dívida social com milhares de agricultores e suas famílias. É um projeto fundamental para alcançar um modelo de produção agrícola seguro e moderno, que redirecione o capital e a tecnologia ao romper definitivamente com um dos fatores estruturais seculares no Estado: a indefinição fundiária que limita o avanço das atividades agroflorestais e agrava a questão social no campo.

Nesse sentido, os objetivos básicos do Projeto são os seguintes:

- Proceder a transferência definitiva das terras de cerrado, da União para o Estado;

- Promover a ocupação econômica em áreas selecionadas, visando dinamizar a produção agropecuária;

- Integrar o homem do campo no processo produtivo, buscando levar-lhe justiça e paz e assegurar-lhe a oportunidade de acesso à propriedade da terra.

Com efeito, o Projeto será um instrumento que vai orientar o Estado a articular, de forma harmoniosa, o aparelho institucional do setor público e da sociedade agrária, com o objetivo de romper entraves e disfunções vigentes na estrutura fundiária de Roraima.

Neste contexto, os benefícios decorrentes da implantação do Projeto concentram-se no esforço de se viabilizar, de imediato, a transferência para o Estado de áreas remanescentes pertencentres à União. Essas áreas totalizam oito glebas selecionadas para fins de programas e projetos prioritários, que perfazem uma área líquida de 27.920,70 km².

Acervo ISA

PARTE II

PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE MUCAJAÍ (RR)

Mucajaí surgiu em meados da década de 1970, em decorrência da instalação de uma unidade do 6º BEC à margem do rio Mucajaí, a qual estava encarregada de construir a BR - 174 que iria ligar a capital do Estado de Boa Vista ao porto de Caracaraí. O acampamento militar foi acrescido de moradias para as famílias dos operários, florescendo no local um pequeno núcleo comercial, a partir da parada obrigatória dos viajantes. O rio Mucajaí deu origem ao nome do Município.

Ao ser iniciado o tráfego pela rodovia, a povoação foi transformada em local de repouso e abastecimento, passando a receber grande número de novos moradores, atraídos pela proximidade do local com Boa Vista e pelo potencial madeireiro e agrícola da região.

Acervo ISA

Parte II

Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Município de Mucajaí (RR)

. Caracterização Geográfica e Sócio-Econômica do Município

LOCALIZAÇÃO, CLIMA, RELEVO e HIDROGRAFIA

Mucajaí foi criado pela Lei nº 7.009, de 01 de julho de 1982 e está localizado na região centro-oeste do Estado. A sede municipal dista 52 km de Boa Vista, pela rodovia BR-174.

Predomina o clima tropical úmido, com temperaturas médias variando entre 28 e 38 °C. A estação das chuvas ocorre a partir da segunda quinzena de abril até a primeira quinzena de agosto. A média da temperatura anual é de 27 °C e a precipitação pluviométrica é de 2.000 mm.

O relevo fortemente ondulado (40%), também é composto por superfície plana (50%) e elevações isoladas (10%). As terras abrangem desde as várzeas da margem direita do rio Branco até as Serras da Parimã e do Urucuzeiro, com altitudes que atingem até mais de 1.000 metros.

A bacia hidrográfica de Mucajaí compõe-se de formadores da bacia do rio Branco, destacando-se, ao Norte, os rios Couto de Magalhães, Mucajaí e Apiaú, este com várias cachoeiras, entre elas a do Cachimbo, a do Garimpo e da Missão. Ao Sul: correm os rios Apiaú e Catrimãni com as cachoeiras: Alagação, Encanto e Poraquê. A Leste, o Município é banhado pelo rio Branco.

A cobertura vegetal característica é a *floresta tropical úmida* e a *floresta de transição*.

As principais vilas são: Apiaú, Lama, Tamandaré, Prata e São Raimundo.

LIMITES

Norte: Município de Alto Alegre

Sul: Município de Iracema

Leste: Municípios de Boa Vista e Cantá

Oeste: Município de Iracema

Distâncias rodoviárias de Mucajaí às sedes municipais mais próximas:

● Iracema	40 km
● Boa Vista	52 km
● Caracaraí	86 km

Acervo ISA

POPULAÇÃO

A população do Município apresenta os seguintes indicadores, de acordo com o IBGE - Censo 2000 /Resultados Preliminares *(dezembro/2000)*:

POPULAÇÃO	
TOTAL:	*11.198 habitantes*
- Zona Urbana:	*6.991 habitantes*
- Zona Rural:	*4.207 habitantes*
- Homens:	*5.931 habitantes*
- Mulheres:	*5.267 habitantes*
Domicílios urbanos:	*1.400*
Domicílios rurais:	*840*
Total:	*2.240*
Número de Eleitores:*	*7.420*

(*) - Fonte: TRE-RR

O Município apresenta uma densidade demográfica de 0,93 hab/km², com uma taxa média anual de crescimento demográfico de 0,69% e representa um percentual de 3,45% da população do Estado.

A população indígena é 1.357 habitantes (10 aldeias) equivalente a 12,12% da população total do Município *(projeção para o ano 2000/Governo de Roraima).*

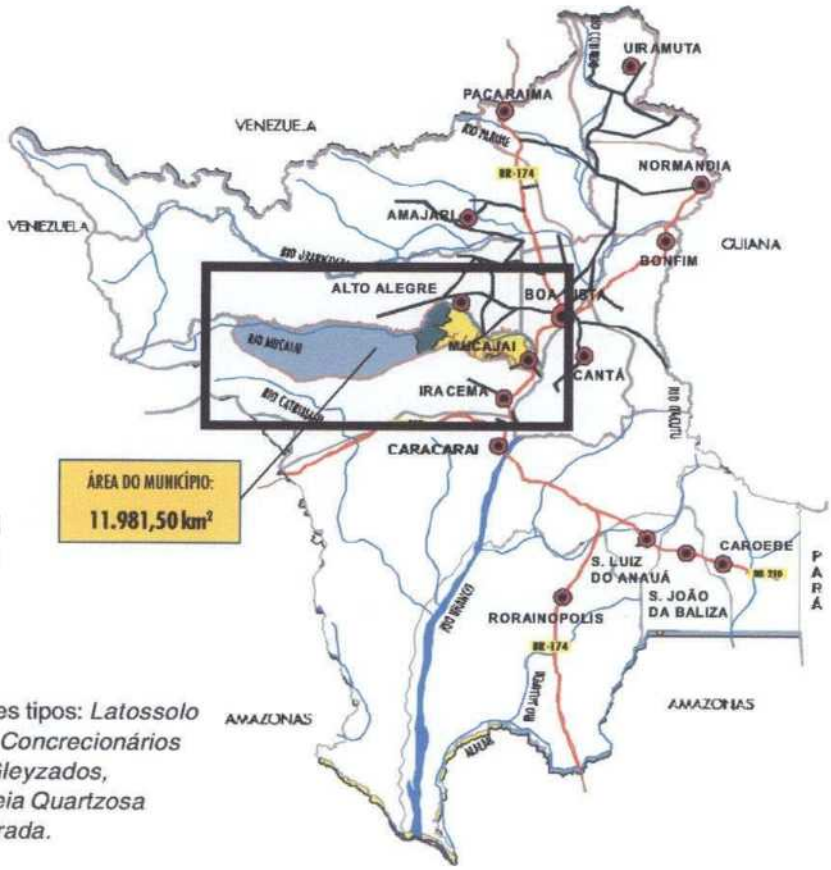
O fluxo migratório é composto, na sua maioria, por colonos que, em virtude da abundância de madeira existentes na região, além da possibilidade de desenvolver a agricultura e a pecuária. Na zona urbana é expressivo o fluxo migratório de comerciantes e, em menor escala, o de funcionários de Órgãos Públicos. No interior, as estradas vicinais que representam uma malha viária de 446,0 km favorecem o estabelecimento dos migrantes em suas terras.

DESTINAÇÃO E USO DO SOLO

- ÁREA LIVRE
- ÁREAS DA FUNAI - (reservas indígenas)
- ÁREAS DO IBAMA - (floresta nacional, parques nacionais, estações ecológicas)

Terras Indígenas:

- Área Total: 5.666,28 km²
- Participação em relação ao total de terras do Município: 47,29 %



SOLOS

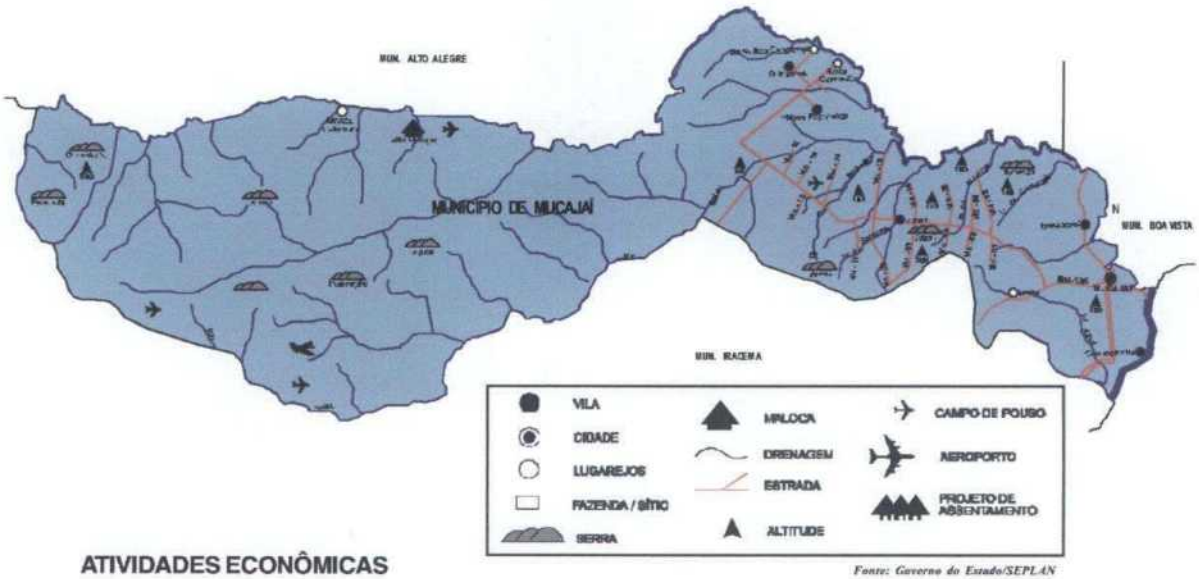
São constituídos pelos seguintes tipos: *Latossolo Vermelho-Amarelo, Litólico, Solos Concrecionários Lateríticos, Solos Hidromórficos Gleyzados, Podzólicos Vermelho-Amarelo, Areia Quartzosa Hidromórfica e Terra Roxa Estruturada.*

Acervo ISA

ECOSSISTEMA

Mucajaí apresenta um tipo de ecossistema *(a Mata de Transição)* com aptidão para as seguintes atividades:

- ***Agricultura:*** milho, mandioca, arroz, feijão caupi, cana-deaçúcar, batata-doce, banana, pastagem (capim) e a silvicultura.
- ***Pecuária semi - intensiva:*** bovínocultura de leite e de corte (recria)
- ***Apicultura.***



Fonte: Governo do Estado/SEPLAN

ATIVIDADES ECONÔMICAS

- **Produção agrícola:** arroz, milho, mandioca (farinha, goma e outros derivados), feijão e hortifrutigranjeiros em geral (tomate, pepino, pimenta de cheiro, banana, melancia e mamão).
- **Pecuária** leiteira e de corte: abate de gado bovino para o consumo local. O sistema criatório bovino é o extensivo de gado solto, porém existem criadores que realizam a subdivisão de pastagens, para o melhor aproveitamento pelo rebanho. A produção de leite é expressiva mas não apresenta sistema adequado de beneficiamento; a produção é entregue à CODESAIMA-Boa Vista.
- Exploração e venda de **madeira** em tora e carvão. Beneficiamento de madeira, que é exportada para Boa Vista, Amazonas e Venezuela.
- Exploração de **areia e brita.**
- **Pesca Comercial.**
- **Comércio e serviços:** bares e restaurantes, postos de gasolina, distribuidora de gás, oficina mecânica, correios, supermercado, drogaria, comércio de produtos agropecuários, vestuário, materiais de construção e madeireiras.
- **Turismo ecológico:** praias, corredeiras, caça e pesca, montanhas, serras e quedas d'água; passeios à pedra onde é encenada a peça teatral da "Paixão de Cristo".
- As **indústrias** estão centradas no ramo madeireiro, em decorrência principalmente, da disponibilidade de matéria-prima existente na região.

Acervo ISA

PRINCIPAIS POTENCIALIDADES ECONÔMICAS

(produtos e atividades viáveis de acordo com as vocações naturais de Mucajaí)*

1. Agricultura de Curto Ciclo:			
- Hortaliças[1]	■		
- Arroz	■		
- Feijão	■		
- Milho	■		
- Tubérculos[2]	■	□	
- Frutas[2a]	■	□	■
2. Agroindústria:			
- Beneficiamento de frutas regionais[3]	■	□	■
- Mandioca *(farinhas, amido)*	■	□	
- Carne *(embutidos, frigorificados, couro)*	■	□	■
- Leite *(queijo, iogurte, manteiga)*	■	□	
- Peixe *(salga, defumação, couro)*	■	□	■
- Castanha de caju	■	□	■
- Café	—		
- Soja	—		
- Dendê	—		
- Arroz irrigado	—		
- Côco	■	□	■
3. Bio-agroindústria: (matéria-prima):			
- Plantas medicinais[4] ●	■	□	■
- Óleos essenciais[5] ●	■	□	■
- Especiarias e corantes naturais[6] ●	■	□	■

4. Pecuária:			
- Avicultura	■		
- Suinocultura	■	□	
- Bovinocultura de corte	■	□	■
- Bovinocultura leiteira	■	□	
- Eqüinos e caprinos	■		
5. Extrativismo animal:			
- Pesca comercial	■	□	
- Piscicultura ●	■	□	
- Apicultura	■	□	■
6. Extrativismo vegetal (c/manejo):			
- Madeira *(serrada e pré-beneficiada)*	■	□	■
- Madeira beneficiada *(móveis e utilidades)*	■	□	
- Castanha-do-Amazônia	■	□	■
- Produção de mudas agrícolas e florestais	—		
7. Extrativismo mineral		□	■
8. Prestação de Serviços[7]	■		
9. Turismo Ecológico [8] ●	■	□	■
10. Comércio[9]	■		
11. Artesanato ●		□	■
12. Indústria[10]	■	□	

Mercados Potenciais:
■ - mercado local
□ - mercado regional
■ - mercado extra-regional (amplo)

Condições naturais favoráveis para implementação da produção ou atividade: ●

(1) - tomate, pimentão, maxixe, quiabo, feijão-de-metro, cheiro verde, coentro, pimenta-de-cheiro, couve, cebolinha, alface, pepino, repolho, abóbora.

(2) - batata doce, batata inglesa, macaxeira, mandioca.

(2a) - abacaxi, banana, cupuaçu, cítricos (laranja, limão), acerola, maracujá, mamão, melancia, coco, abacate, caju, graviola, goiaba.

(3) - frutas amazônicas de excelente sabor e alto valor como alimento, dentre elas: açaí, patauá, bacaba, buriti, camu-camu, acerola, manga, cupuaçu, pupunha, tucumã, graviola, caju, melão. A partir dessas e de outras frutas amazônicas ou aclimatadas poderão ser produzidos sucos, compotas, geléias e doces, destinados aos mercados interno e externo.

(4) - crajirú, cipó-alho, amor-crescido, carapanaúba, mucuracaá.

(5) - andiroba, copaíba, capim-santo, louro-pimenta, puxiri, para perfumes, sabonetes e cosméticos de base vegetal, resinas (copaíba, andiroba, jatobá) e gomas elásticas e não-elásticas (sorva)

(6) - urucu, pimenta-do-reino, cravo-da-índia, cuminho, canela, anil, gengibre, gergelim e outras especiarias tropicais, retomando-se, em bases técnico-empresariais modernas, o ciclo de extração das *drogas do sertão*.

(7) - praticamente todas as atividades existentes no setor de prestação de serviços para pessoas física e jurídica.

(8) - hotéis convencionais e de selva *(lodge)* operadoras de turismo, empreendimentos de lazer, turismo rural.

(9) - comércio de alimentos, material de construção, produtos escolares, artigos esportivos e estivas em geral.

(10) - frigorífico, matadouro.

(*) - 1. Foram prospectados os **mercados potenciais** para os principais produtos existentes no Município em termos de aceitação nos níveis local, regional e extra-regional (amplo).

2. Quanto às atividades de comércio, indústria e serviços, as mesmas devem ser entedidas como necessidades requeridas e/ou com espaços a serem supridos no Município.

Acervo ISA

. Ações para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura Social

Em sintonia com as Diretrizes Estratégicas para o Desenvolvimento da Infra-estrutura Social das Regiões de Roraima, as ações voltadas para promoção social devem criar oportunidades de acesso à população ao sistema produtivo, capacitando-a para inseri-la na economia e na sociedade. A meta é propiciar um padrão de vida condigno, na medida em que a economia seja capaz de gerar os mecanismos de inclusão social correspondentes, por meio do processo de desenvolvimento em andamento, no qual é incentivada a diversificação produtiva.

Nesse sentido, as ações de promoção social devem ser de natureza integrada, através da sinergia entre as atividades das áreas de educação, saúde, saneamento, habitação, capacitação profissional, conhecimento ambiental e a conseqüente geração de emprego e renda. Essas ações terão como público-alvo prioritário as populações carentes (as quais comumente não são alcançadas pelas políticas sociais que não sejam especificamente dirigidas a elas).

ASPECTOS SÓCIO-AMBIENTAIS

(Da "Agenda Positiva de Roraima" setembro/1999 - MMA/PNUD)

- Promover a alfabetização de jovens e adultos, com parceria entre o Estado e as ONGs como requisito para a adoção de novas tecnologias.
- Realizar programa de capacitação na área ambiental através de financiamento do Ministério do Trabalho.
- Instituir nas escolas rurais as disciplinas de educação ambiental e práticas agrícolas.
- Incluir o Fórum de Educação Ambiental do Estado como instrumento de políticas nas ações que envolvam o referido tema.
- Promover o associativismo e o cooperativismo para o desenvolvimento do artesanato.
- Realizar cursos para capacitação em atividades de turismo e programas de iniciação escolar ao turismo.
- Promover parcerias objetivando acabar com o trabalho infantil penoso nas atividades rurais.
- Treinar as comunidades rurais e indígenas para a realização de queimadas comunitárias (cursos em todos os assentamentos e áreas indígenas em parceria com instituições governamentais e não-governamentais).
- Incentivar as prefeituras a desenvolverem programas de aumento das áreas arborizadas nos núcleos populacionais, com espécies nativas.

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS

As ações terão por base a construção de um programa regional de educação qualitativa, inserido na realidade amazônica, visando o desenvolvimento sustentável, oferecendo a estrutura necessária às escolas públicas - urbanas e rurais - e propiciando maior conhecimento sobre o patrimônio natural e cultural.

Quanto à educação escolar indígena, esta não deverá ser tratada como apenas um programa de escola das comunidades dos índios, mas deve assumir, como vem assumindo, a dimensão essencial de um processo educacional que insista na descoberta, reconhecimento e valorização das culturas destas populações.

A qualificação dos docentes é essencial para que as ações educacionais integradas atinjam seus objetivos.

O processo de integração social e de desenvolvimento da consciência comunitária terá como meio de suporte a vitalização e ampliação dos equipamentos e serviços de apoio à Cultura, ao Esporte e ao Lazer.

A **Prefeitura Municipal** e a **Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos - SECD** atuarão de forma integrada com os demais órgãos afins, com vistas à otimização dos resultados almejados.

Educação, Cultura e Desportos

(Metas Básicas)

- **Qualificação dos professores.**
- **Redução do analfabetismo.**
- **Aumento do número de vagas na rede de ensino.**
- **Redução da evasão escolar.**
- **Programas de conscientização ambiental na rede estadual de ensino e associações comunitárias.**

Acervo ISA

Principais Indicadores da Rede Pública de Ensino de Mucajaí

A rede física de ensino de Mucajaí conta com 37 escolas, das quais 28 localizadas na área rural e nove localizadas na área urbana. No total, são 5.446 alunos matriculados por nível e modalidade do ensino.

O quadro geral da rede escolar em 2001 está apresentado na tabela seguinte:

. Total de Escolas	37			
. Escolas Estaduais	25	. Área Urbana	9	Escolas
. Escolas Municipais	12	. Área Rural	28	Escolas
. Total de Alunos	5.446			
. Educação Infantil	777 alunos	. Ensino Médio	509	alunos
. Ensino Fundamental	2.950 alunos	. Ensino Supletivo	1.210	alunos
. Professores	230	. Número de Salas	126	salas

Fonte: Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos (2001)

Indicadores positivos:
- Vaga para todos
- Boa estrutura física das escolas
- Transporte escolar
- Campus Avançado da UFRR

Indicadores de necessidades:
- Ensino Profissionalizante
- Informatização nas escolas
- Programa de qualificação de professores
- Medidas para contenção da evasão escolar

Crescimento da Demanda Escolar em Mucajaí
(índices médios anuais)

- Educação Infantil :	9,3 %
- Ensino Fundamental:	3,4 %
- Ensino Médio:	4,2 %
- Ensino Supletivo:	30,0 %
- Ensino Especial:	-

Escola Coelho Neto

Escola Jesus de Nazaré, onde são ministradas aulas da UFRR

Para o período 2001/2004, as ações educacionais em Mucajaí deverão continuar contando com integração das três esferas de Governo, com vistas a implementar os seguintes programas, projetos e atividades:

Acervo ISA

Implantação do Sistema de Gestão Escolar Municipal, que consistirá no aprimoramento das ações administrativas e financeira do sistema, principalmente nas questões ligadas à qualidade do processo ensino/aprendizagem, além da capacitação de profissionais direcionados ao gerenciamento de unidades escolares. Para tanto, serão desenvolvidas as seguintes ações:

• ***Realização de Cursos de Formação de Diretores e Profissionais da Educação*** envolvendo questões ligadas à Gestão Escolar na busca da qualidade do ensino;

• ***Ampliação*** do quadro de pessoal administrativo das escolas com vistas à melhoria dos fatores de atendimento, manuntenção e higiene.

• ***Acompanhamento e avaliação*** das atividades didáticas e pedagógicas desenvolvidas pelos professores através da supervisão sistemática, contando com a orientação de pedagogos, com especialização em orientação e supervisão educacional.

• ***Assistência às atividades docentes,*** verificando a aplicabilidade da metodologia e dos conteúdos propostos;

• ***Aprimoramento do processo de Avaliação da Aprendizagem*** levando em conta aspectos cognitivos e afetivos além da ampliação dos instrumentos de avaliação do aluno de forma integral, tendo como objetivos:

*- **Eliminação do analfabetismo** - tanto formal quanto funcional -, seja mediante a alfabetização de adultos, concomitante com o treinamento profissional mínimo para inserção adequada no mercado de trabalho (com ênfase na população jovem), seja através da extensão da escolaridade dos adultos com menos de oito anos de estudo e inadequada formação para o trabalho;*

*- **Construção de um projeto regional de educação** que, inserido na realidade amazônica, vise o desenvolvimento sustentável, ofereça a estrutura necessária às escolas públicas, urbanas e rurais e propicie maior conhecimento sobre o patrimônio natural e cultural.*

*- **Realização de campanhas de educação ambiental** , voltadas para o público que lida com a produção rural e com o treinamento dos produtores familiares visando a disseminação da legislação ambiental (ação conjunta com os órgãos ambientais)*

SIIG - Sistema Integrado de Informações Gerenciais da SECD (Modernização da Gestão)

A Secretaria de Estado de Educação (SECD), tem como uma de suas metas, informatizar todos os processos que são hoje desenvolvidos nos diferentes ambientes da gestão educacional assim como o aperfeiçoamento dos mesmos. Para isso, em parceria com o MEC através do FUNDESCOLA, está sendo executado o projeto SIIG.

ENSINO MÉDIO

A SECD definiu 4 componentes básicos como medidas para promover uma mudança qualitativa efetiva do Ensino Médio, quais sejam:

- Fortalecimento Institucional;
- Desenvolvimento Curricular;
- Racionalização e Melhoria no Atendimento da Rede; e
- Reordenamento e Expansão da Rede.

Qualificação e Capacitação de 230 Professores

Necessidades básicas de capacitação :

- *Pedagogia, para professores da Pré-escola e de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental;*
- *Educação Especial;*
- *Ensino Médio e Profissionalizante;*
- *Turismo e Meio Ambiente*

Interação Escola/Família/Comunidade:

• ***Criação de mecanismos*** operacionais para que os pais participem mais ativamente da vida dos filhos na escola;

• ***Participação da Secretaria Municipal de Educação*** nas reuniões de pais e mestres e nas reuniões das comunidades rurais objetivando integrar a escola com a comunidade;

• ***Implementação da APMC*** - Associação de Pais, Mes-

Bolsa Escola

Bolsa-Escola é uma ação que objetiva universalizar o acesso à escola de todas as crianças que pertençam a famílias com renda mínima per-capita de até R$ 90,00. O benefício só é pago às famílias que garatirem a presença dos filhos em pelo menos 85% das aulas. É enviado por meio de cartão eletrônico fornecido pela Caixa Econômica Federal. A seleção e cadastramento das famílias a serem beneficiadas é de responsabilidade da Prefeitura.

Acervo ISA

tres e Comunitários em todas as escolas da rede;

• ***Coordenação*** dos seguintes conselhos: FUNDEF (Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorizacão do Magistério), COMAE (Conselho Municipal de Alimentação Escolar) e CME (Conselho Municipal de Educação).

Dinamização gerencial do Programa de Merenda Escolar através da ampliação do atendimento, qualidade e regionalização do cardápio, com aquisição de produtos oriundos do Município, *com vistas a estimular e valorizar a economia local, com observância da qualidade e do preço adequado desses produtos.*

Centro de Educação de Jovens e Adultos, cujo objetivo será o desenvolvimento de programas para atender crianças e jovens fora do período escolar (Faz parte da Agenda de Prioridades do Programa Comunidade Ativa).

(Em execução: programa de aceleração, distorção idade/série, e supletivo Piracema; PETI e Agente Jovem; PETEM e Albetização Solidária)

Alfabetização Solidária - Mais do que o ato de aprender a ler e escrever este Projeto é um instrumento de resgate da cidadania que deve ser exercida por todos os participantes.

Operacionalmente, além dos aspectos formais do ensino/aprendizado, as aulas enfocarão assuntos ligados a questões como valorização dos recursos ambientais, desenvolvimento humano, planejamento familiar, direitos e deveres do cidadão, dentre outras.

Construção Casa de Apoio ao Estudante - A Escola Venceslau Catossi será transformada em *Casa do Estudante* e será dotada de escola padrão (já consta no orçamento de 2002 da SECD). (Faz parte da Agenda de Prioridades do Programa Comunidade Ativa).

Ensino Supletivo - Aprimoramento da infra-estrutura necessária para continuidade da Educação Supletiva (de 1ª a 4ª séries).

Educação Indígena

A preservação da cultura indígena, como fator primordial da valorização humana, tem sido tratada com responsabilidade e determinação em Roraima. De fato, só através da manutenção de suas identidades, as diversas etnias indígenas compreenderão que o entedimento e a união com o homem branco podem trazer-lhes benefícios. Os índios de Roraima têm compreendido que os conflitos que enfrentam, na defesa da demarcação de suas terras, ocorrerem por falta de um conhecimento mais amplo da realidade em que vivem. Nisso, a educação do índio tem sido fundamental para a sua percepção como fator central de todas as discussões que os envolve na disputa de suas terras.

- Formação de Professores

A exemplo do que investe na capacitação de professores da rede pública na capital e no interior do Estado, o Governo de Roraima tem investido maciçamente na habilitação dos professores índios, através do *"Projeto Magistério Parcelado Indígena"*, que foi laureado com o *"Prêmio Paulo Freire de Educação"*, pela Fundação Roberto Marinho e Ministério da Educação. Desde a sua criação em 1998, o programa já habilitou 230

Acervo ISA

professores/índios no nível de Magistério. Se encontram em processo de habilitação mais168 professores que, no período do recesso escolar, são trazidos para o Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM), em Boa Vista, onde recebem a sua habilitação, com direito a hospedagem, alimentação e transporte de gratuitos.

Região de Fronteira: alunos do Pré-Escolar

- Melhoria e Ampliação da Rede Física de Ensino

Como Estado que mais investe na educação dos seus indígenas, Roraima atendeu somente no 2000 mais de oito mil estudantes/índios, nas 167 escolas mantidas pelo Governo Estadual nas áreas indígenas. Para atender à demanda, o Estado contratou 380 professores, também índios e 41 professores não indígenas. Todos os professores indígenas recebem salários iguais aos dos professores da rede estadual de ensino, inclusive com direito ao FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental.

A preocupação do Governo de Roraima com a educação indígena levou a Secretaria de Educação Estadual a criar no seu organograma a Divisão de Educação Indígena, órgão dirigido por um índio e professor.

Todas as escolas indígenas em funcionamento nas sedes dos municípios e nas malocas, mantém a etnia de cada povo, com o ensino regular na sua própria língua: macuxi, wapixana, tau-repang, ingaricó, iecuna, xiriana e ianomami.

Assim, a escola indígena em Roraima está sendo construída, democraticamente, através da operacioanalização da reivindicação das próprias lideranças e comunidades indígenas, conforme suas especificidades e valores culturais e com respeito absoluto aos seus costumes e tradições.

■ **Implementação das Ações de Saúde Escolar**, em conjunto com a SESAU, especificamente nas questões de Saúde Geral, Saúde Bucal e Oftalmologia:

Clínica Geral - objetiva promover a saúde através de ações educativas, preventivas e curativas.

Oftalmologia - objetiva identificação precoce das deficiências visuais, tratamento das mesmas e doação de óculos.

Odontologia - Consiste no combate e prevenção da cárie dentária através de ações educativas, preventivas e curativas (bochecho fluoretado e escovação).

(As ações de Saúde Escolar serão conjuntas entre os órgãos municipais da área de promoção social).

■ **Implantação da Informática no processo educacional** com apoio financeiro do Programa Nacional de Informática na Educação (**ProInfo**), gerenciado pela Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC).

A proposta da informática educativa, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, é uma forma de aproximar a cultura escolar dos avanços que a sociedade vem desfrutando com a utilização das redes técnicas de armazenamento, transformação, produção e transmissão de informações.

Faz parte da programação da SECD a instalação, até 2002, de 14 computadores na rede urbana de ensino e cinco na rede rural.

Acervo ISA

Atividades Extra-classe - A Prefeitura oferecerá meios operacionais no sentido de estimular a participação dos estudantes na observação e convivência das diversas ações que fazem parte do dia-a-dia do Município, particularmente nas atividades de **infra-estrutura econômica** e de **promoção social**, com vistas a despertar os valores de cidadania e solidariedade.

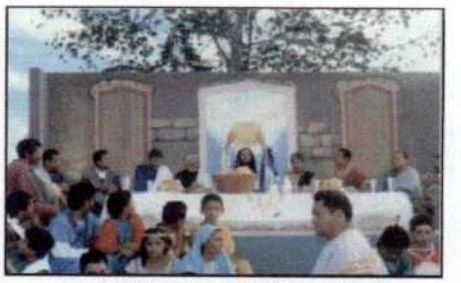
Transporte Escolar - deverá ser reivindicado junto ao Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE/MEC). Serão necessários cinco veículos para atendendimento da população escolar residente nas vicinais do Município. (Faz parte da Agenda de Prioridades do Programa Comunidade Ativa).

Dinamização das atividades desportivas, através das seguintes ações:

- ***Realização sistemática*** de Campeonatos, Jogos Estudantis e Olimpíadas;
- ***Realização sistemática*** de torneios nas categorias infantil e juvenil de FUTSAL, Futebol de Campo e Voleibol;
- ***Realização sistemática*** do Campeonato de Futebol Seniores;
- ***Estabelecimento dos Jogos Interbairros*** durante o período de comemoração do aniversário do Município.

Dinamização das atividades cívicas, artísticas e culturais, objetivando a participação direta das escolas no calendário de eventos do Município, a fim de integrar a comunidade estudantil nas suas diversas manifestações culturais e recreativas, com vistas a despertar e promover a sociabilidade dos jovens educandos, destacando-se os seguintes eventos:

- ***Comemoração*** das datas cívicas Municipal, Estadual e Nacional;
- ***Promoção sistemática*** da Feira de Ciências, estimulando o desenvolvimento do senso criativo e científico dos alunos das redes Estadual e Municipal de Ensino (Fundamental e Médio);
- ***Incentivo e apoio*** às Escolas e Grupos Populares, visando promover a livre manifestação cultural.
- ***Estímulo*** às crianças, jovens e adultos a se manifestarem culturalmente através de teatrinhos, dramatizações com fantoches, concurso de música e artesanato.
- ***Construção da Cidade Cenográfica da Paixão de Cristo*** - A Secretaria-Executiva do Programa Comunidade Solidária articulou a parceria dos governos Federal, Estadual e da Prefeitura e, até o final de 2002, Mucajaí deverá ter uma cidade cenográfica de 200 mil metros quadrados. A obra vai gerar novos empregos, mais oportunidades de renda, além de aquecer o turismo e fortalecer a cultura na região. A estrutura será aproveitada ao longo do ano para outros eventos culturais e sociais, como feiras de artesanato, festivais de música, teatro e cinema, além de campanhas de prevenção à saúde, de educação e preservação do meio ambiente.



Santa Ceia - um dos cenários da peça

O Banco da Amazônia S.A (BASA) deverá entrar com o patrocínio, a Secretaria de Planejamento e a Secretaria Estadual de Cultura apoiarão a execução do projeto e a Prefeitura já doou uma área de 240 mil metros quadrados. Com a articulação do Programa Comunidade Ativa também estão sendo tocadas outras ações para o desenvolvimento turístico

Acervo ISA

do Município com o apoio do SEBRAE e do Programa Nacional de Municipalização do Turismo.
(Faz parte da Agenda de Prioridades do Programa Comunidade Ativa).

• ***Centro de Esporte, Turismo e Lazer*** - o projeto prevê a construção de espaços com o objetivo de promover atividades recreativas, sócio-educativas e esportivas que estimulem o desenvolvimento das potencialidades pessoais, da criatividade, da iniciativa, do espírito de grupo e da cooperação da população. Além de salas destinadas para atividades culturais e artísticas diversas, o Centro funcionará também como espaço para organização do setor artesanal de Mucajaí, visando transformar a atividade em negócio, promovendo a geração de emprego e renda.

(Faz parte da Agenda de Prioridades do Programa Comunidade Ativa).

Eventos que movimentam a Cidade

● **Em fevereiro** - Carnaval acontece no Atlético Progresso Club e/ou no Ginásio de Esporte (FASP), tendo apresentação de blocos nas ruas.

● **"Encenação da Paixão de Cristo"** - uma peça teatral ao ar livre e que já se caracterizou como tradição no Estado, na época da semana santa.

● **No mês de maio** outro evento de caráter religioso: a Festa de Nossa Senhora de Fátima - padroeira do Município.

● **Em junho** - festas juninas com a participação especial de quadrilhas dos municípios próximos. É realizado um concurso entre as quadrilhas da comunidade, com premiação para as melhores.

● **1º de julho** - Aniversário do Município, com a realização de passeio ciclístico, gincanas educativas, apresentação de grupos de dança, torneios de futsal, shows de artistas locais e baile dançante.

● **Em agosto** - Festa Folclórica direcionada à história do Município, com a apresentação de contos, lendas, teatro. Há também uma exposição de artesanato.

● **Em setembro** - torneio de pesca no rio Mucajaí.

● **Em outubro** - o FEMUM (Festival de Música para moradores do Município).

● **Em novembro** - o Festival de Teatro (concurso de teatro local, com a participação e apresentação de municípios vizinhos).

● No campo acadêmico, em 1997 foram criados os **jogos intercolegiais (JICOM)**, onde são disputadas as seguintes modalidades de esportes: futebol de salão, vôlei, basquete e atletismo.

■ Melhoria das instalações físicas da rede municipal de ensino e das instalações desportivas.

• ***Recuperação, melhorias e manutenção sistemática*** da rede física de ensino, particularmente da zona rural, com observância dos aspectos referentes às instalações hidráulicas e sanitárias, abastecimento d'água e ventilação.

• ***Construção e Reforma de Escolas,*** com vistas a prover a demanda projetada para o período 2001/2004:

- Construção de quatro escolas nas vicinais;
- Reforma das escolas componentes da rede de ensino.

• ***Vitalização da Biblioteca Pública Muncipal e do Teatro.***

• ***Aquisição de material didático e pedagógico*** para alunos e professores da rede de ensino.

• ***Manutenção e melhoramento sistemático*** das infra-estruturas esportivas *(quadras esportivas, ginásio coberto, complexo poliesportivo, campo de futebol, pista de atletismo e quadra para jogos diversos).*

Teatro Municipal

Acervo ISA

PROMOÇÃO SOCIAL

As **ações de Promoção Social** objetivam o resgate, a motivação e a reintegração da população de excluídos ao exercício da cidadania, através da qualificação e da requalificação profissional, da geração de emprego e renda, e de políticas de proteção à criança, ao adolescente, ao deficiente e ao idoso.

A Prefeitura, contando com o apoio da SETRABES, deverá exercer papel de integração e coordenação das ações desenvolvidas pelos diversos organismos federais, estaduais e privados, evitando paralelismos, dispersão de esforços ou choques de orientação. Desenvolverá ações concretas que possibilitem meios e condições para a elevação do padrão de vida das famílias e dos seus membros, ressaltando deveres e resgatando direitos, como o acesso aos benefícios das políticas públicas de desenvolvimento sócio-econômico.

Através das ações integradas de promoção social, serão estabelecidas as bases motivadoras para a implantação de mecanismos que estimulem o associativismo entre produtores rurais e urbanos voltados para a produção, beneficiamento e comercialização dos produtos agroflorestais. A meta é criar fortes elos de interesses econômicos com base nas vantagens de geração de renda, por meio da exploração sustentável dos recursos naturais da flora e da fauna.

Promoção Social
(Metas Básicas)

Geração de trabalho e renda:
- Cursos de qualificação de trabalhadores.
- Centro de Produção Comunitária.
- Programa Balcão de Ferramentas (disponibilizando ferramentas para prestadores de serviços).
- Seguro desemprego.
- Apoio operacional a projetos de geração emprego e renda.

Promoção e Assistência Social:
- Apoio às Associações e às Ações Comunitárias.
- Atendimento a menores carentes.
- Assistência aos idosos.
- Assistência social à família de baixo poder aquisitivo.
- Apoio aos migrantes.

Nesse sentido, a **Prefeitura** e a **Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social - SETRABES** serão as agências catalisadoras das ações integradas, com vistas a implementar os seguintes programa, projetos e atividades:

Geração de Emprego e Renda

As ações patrocinadas no campo da geração de emprego e renda, podem ser agrupadas em três grandes segmentos:

O **primeiro** está orientado aos esforços de melhoria da qualidade da mão-de-obra local, por intermédio de programas de qualificação profissional. Estão aí envolvidos, os diversos cursos de qualificação e requalificação da mão-de-obra local, buscando aumentar a empregabilidade da força de trabalho roraimense, com uma ação desenvolvida em parceria com o Ministério do Trabalho e do Emprego, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Além deste, o Governo Estadual aposta na Bolsa Qualificação, que prevê a garantia de auxílio pecuniário, auxílio transporte e uniforme associados à qualificação do trabalhador local.

Acervo ISA

■ O **segundo** articula as iniciativas governamentais destinadas ao apoio ao auto-emprego e à criação do "próprio negócio". Deste grupo, destacam-se:

- ***Implementação do Centro Multiuso,*** com implantação do NAF e programas de capacitação de produtos de artesanato e de micro indústrias, visando ampliar o atendimento de famílias carentes e com dificuldades de inserção no mercado de trabalho. **(Faz parte da Agenda de Prioridades do Programa Comunidade Ativa).**

O Centro visará formar um ser humano que saiba provocar mudanças positivas em sua vida e na sociedade, através de cursos de iniciação profissional que propiciem, durante o processo de ***aprender/fazer/produzir,*** conhecimentos sobre a qualificação profissional, qualidade dos produtos, mercado, direito do consumidor, relações e legislação trabalhista, dentre outros.

As principais atividades práticas do Centro (formação de recursos humanos) serão as seguintes:

. ***Cursos de Atividades Técnicas***

- ***marcenaria e movelaria***
- ***serralheria e mecânica***
- ***construção civil***
- ***gráfica, papelaria e comércio varejista***

. ***Cursos Rápidos,*** voltados para a geração de renda para a comunidade, sobre os seguintes temas, dentre outros:

- ***fabricação de Compotas (beneficiamento de polpas de frutas)***
- ***derivados do Leite e Pães Caseiros***
- ***produtos da Pupunha***
- ***reaproveitamento de Alimentos (alimentos alternativos)***

. ***Cursos de Atividades Artísticas e Culturais***

- ***artesanato e tecelagem***
- ***música, teatro e dança***
- ***folclore e turismo***
- ***artes plásticas e artes gráficas***
- ***vestuário***
- ***patrimônio histórico, cultural e artístico***

Centro Social

- ***a ampliação do Programa Balcão de Ferramentas,*** em que o Governo avaliza o financiamento e entrega máquinas e equipamentos para famílias interessadas em abrir seu próprio negócio; e

- ***o Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda – PRONAGER/AMAZÔNIA,*** a ser implementado em parceria com as Agências de Desenvolvimento Regional.

■ O **terceiro** engloba as ações de geração de emprego em caráter mais urgente e por iniciativa do próprio Estado. Neste caso, merecem ser destacados:

- ***o Programa Emprego Urgente,*** que corresponde à criação de frentes de trabalho em todos os municípios do Estado para superação de problemas mais emergencias e urgentes de desemprego,

- ***o Programa Emprego Mínimo,*** voltado para a garantia de emprego aos formandos da Universidade Federal de Roraima, que são contratados em regime especial, pelo Governo do Estado, garantindo à população jovem, a oportunidade de desempenhar sua profissão no próprio Estado e contribuir para o seu desenvolvimento.

Acervo ISA

Desenvolvimento Comunitário

Objetivará o desenvolvimento de ações voltadas para a interação social entre as populações urbanas e rurais, motivando-as a atuar como agentes catalisadores de formação de consciências despertas, ativas e solidárias. O objetivo é fazer com que entendam o contexto social, econômico e ecológico no qual estão inseridas, passando a agir como verdadeiros agentes de transformação. Nesse sentido, serão necessários projetos concretos que promovam o desenvolvimento dessas comunidades, a exemplo dos seguintes:

- Implementação de mecanismo que estimule o associativismo cooperativado de produtos da floresta, através de cursos de capacitação (SEBRAE) com a participação das lideranças das comunidades rurais e das sedes municipais. A meta é criar elos de interesses econômicos, com base nas vantagens de geração de rendas através da exploração sustentável, no beneficiamento e na comercialização dos recursos naturais da flora e fauna.

As associações a serem implantadas deverão ser estruturadas de modo a ampliar gradativamente suas ações, tanto na venda de produtos quanto na compra de insumos e créditos. Num segundo momento, poderão exercer papéis de fórum oferecendo indicativos sobre normas e investimentos governamentais e não-governamentais.

- Implementação do Conselho de Defesa Comunitário - objetivando estímular o exercício da cidadania, com atuação nas questões ligadas à infra-estrutura social, infra-estrutura econômica, infra-estrutura física e infra-estrutura institucional, envolvendo as seguintes principais áreas de interesses:

Infra-estrutura Social:
- Educação
- Saúde e Saneamento
- Habitação e direito à terra
- Promoção e inclusão social *(emprego, renda, associativismo)*

Infra-estrutura Econômica:
- Reeducação para o uso sustentável dos recursos naturais da região
- Qualificação profissional

Infra-estrutura Física Básica:
- Transportes
- Energia e Comunicações
- Equipamentos de uso comum

Infra-estrutura Institucional:
- Serviços e equipamentos governamentais de apoio ao exercício cidadania
- Regularização fundiária

Programas em Andamento

(Secretaria de Estado do Trabalho e Bem Estar Social - SETRABES e Prefeitura de Mucajaí)

- **Atendimento ao Trabalhador** - com emissão de documentos básicos.
- **Balcão de Ferramentas** - atividades voltadas à geração de emprego e renda, estimulando o surgimento de micro unidades produtivas.
- **Preparação de Mão-de-Obra** - qualificando o trabalhador para sua inserção no mercado de trabalho formal ou informal, como modo de garantir a renda familiar.
- **Assistência Básica** - atendimento à população de baixo poder aquisitivo. São usuários desses serviços: desempregados, donas de casa, clubes de mães, associações de moradores e comunidades indígenas.
- **Posto de triagem do Jundiá** - realiza o registro de pessoas que entram e saem do Estado.

Creche Dr. Silvio Lofego Botelho

Acervo ISA

Programas Especiais de Assistência e Promoção Social

1 - Proteção à Criança e ao Adolescente

Contribuir para a eliminação do trabalho infantil, prostituição infanto-juvenil, uso de drogas, violência e promover o acesso da criança e do adolescente ao sistema de ensino, saúde e ao esporte e lazer, de acordo com as seguintes diretrizes:

• Envolvimento dos diferentes segmentos sociais, consolidando alianças e parcerias visando combater os atos que impeçam a proteção a crianças e adolescentes, como injustiça social, discriminação, violência, arbitrariedades, negligência, exploração, crueldade e opressão;

• Conscientização da sociedade para o problema, através da divulgação pelos diversos meios de comunicação;

• Desenvolvimento de ações que despertem o interesse da comunidade para o grave problema em questão, conscientizando-a para participar ativamente no Conselho Tutelar do Menor e no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, a serem criados;

• Desenvolvimento de ações de acompanhamento psico-sócio-familiar, acompanhamento médico, odontológico e nutricional, integração, sociabilidade e permanência na escola;

• Finalmente, os Programas pretendem alcançar as seguintes metas:

- Estimular a criança e o adolescente a criar um projeto de vida para si, descobrindo caminhos através, por exemplo, do artesanato em todas as modalidades, arborização e paisagismo da cidade, reciclagem de lixo, música, dança, esporte (futebol de campo, futsal, volei, judô, dentre outros), cultura e lazer para que ela possa se desenvolver física, mental, social e espiritualmente;

- Manter o adolescente sempre informado no que diz respeito às drogas, doenças sexualmente transmissíveis, prostituição e planejamento familiar;

- Oferecer equipamentos e instalações adequadas para despertar a profissionalização das crianças e adolescentes (hortas e padarias comunitárias, por exemplo), além da ampliação de ofertas de equipamentos de lazer e recreação.

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no município (PETI) - até junho de 2001, um total de 3.079 crianças e adolescentes já havia sido atendido pelo programa em todo o Estado. A partir da expansão, iniciada em julho, serão beneficiadas mais 1.910 jovens nos municípios que já implantaram o **Portal do Alvorada**. O objetivo principal do programa, que atua através de oficinas sócio-educativas, é trabalhar com atividades direcionadas às crianças e a própria família, nas áreas de pintura em cerâmica, artesanato, crochê em barbante, pintura em tecido, biscuit, além de recreações e jogos.

Redução da Mortalidade Materno - Infantil - Roraima já possui o mais baixo índice de mortalidade infantil do país. A mortalidade infantil e a mortalidade materna estão sendo combatidas através de programas coordenados pela SESAU, SETRABES e Municípios. Roraima detém índice de mortalidade infantil de 16 mortes para cada mil nativivos. Isto é o resultado da eficiência de programas como o **Estado Saudável** - que leva 40 médicos nas casas das pessoas para fazer consultas e exames clínicos, do **Médico 24 horas**, do **Apoio à Gestante**, incentivando a realização do exame pré-natal, através da doação de enxoval e do programa **Leite do Beb**, que distribui leite para crianças de 0 a 2 anos de idade com acompanhamento de pediatras e nutricionistas.

2. Implantação do Centro de Atendimento Infanto-Juvenil

Público-alvo e Objetivos:

Trata-se de um projeto de estímulo e motivação para que crianças e adolescentes desenvolvam suas potencialidades artísticas, culturais e desportivas.

• Estimular o jovem a participar do contexto sócio-econômico;

• Ajudar o jovem a compreender que é possível planejar e construir o seu próprio futuro;

• Permitir ao jovem a descoberta da auto-estima visando a superação de mazelas como as drogas e a violência e, a partir daí, contribuir para a transformação da sua comunidade;

• Estreitar vínculos familiares, comunitários e sociais;

• Fazer com que estes jovens retornem a escola.

Linhas de ação:

Acervo ISA

• Preparação e capacitação nas áreas de saúde, esporte, cultura, justiça, turismo, meio ambiente e cidadania;

• Atuação dos jovens na própria comunidade, através do Núcleo de Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano;

• Asistência médico-odontológica.

3 - Assistência Social ao Idoso

Objetivo: Promover a valorização da pessoa idosa no que concerne à sua saúde, independência funcional e assistência social.

Este programa contribuirá para a criação de uma cultura de valorização dos idosos, acima de 59 anos, tendo por base as seguintes diretrizes operacionais:

• Incentivo à participação dos idosos em atividades comunitárias,

• Acompanhamento médico-odontológico e nutricional;

• Valorização do idoso, possibilitando condições e oportunidades para *fazer o que sabiam fazer e deixaram de fazer por falta de oportunidade*, levando a cada um trabalhos de artesanatos, em todas as modalidades, reciclagem de lixo, música, dança e atividades sociais diversas.

• Fornecimento de meios para que os idosos tenham acesso à aposentadoria pelo INSS, colaborando com o que for necessário, sobretudo com orientação para o processo, além de possibilitar encontros e palestras para esclarecimento de dúvidas sobre a Previdência Social e assuntos correlatos.

Trata-se, portanto, de um programa de atendimento ao idoso, visando o resgate de sua auto-estima e sua reintegração na sociedade.

Linhas de ação:

• Estimular e promover atividades que motivem a continuidade do desempenho físico, mental e social dos idosos;

• Estimular uma maior integração do idoso na família e na sociedade;

• Informar e educar os idosos para uma velhice sadia;

• Promover uma melhor qualidade de vida.

Para tanto, as seguintes atividades deverão ser desenvolvidas:

• Atividades educativas e informativas sobre temas de interesse da idade;

• Atividades desportivas, recreativas e de lazer;

• Atividades artísticas e artesanais;

• Promoção da saúde, através de atendimento médico-odontológico e acompanhamento nutricional.

PASI

As ações do programa são desenvolvidas nas Unidades de Saúde e nos Centros Sociais, numa parceria entre SETRABES e SESAU.

4 - Programa de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência

A promoção da integração das pessoas portadoras de deficiência à vida comunitária será o objetivo maior do programa. Para tanto, deverão ser implementadas as seguintes ações:

• Promoção de medidas de âmbito municipal que assegurem o ajustamento e o bem estar dos portadores de deficiências como cidadãos conscientes e participativos;

• Promoção de meios para a realização de eventos esportivos e culturais para os portadores de deficiências;

• Conveniar com órgãos públicos, federais e municipais, bem como solicitar e receber auxílio ou subvensão de órgão público ou particular;

• Estabelecimento de procedimentos intersetoriais *(interfaces operacionais)*, nos quais se incluem as áreas de saúde, educação, trabalho, assistência social, dentre outras, com vistas a criar altenativas de atendimentos:

Acervo ISA

a) - Preparação Para o Trabalho.

Interface: Educação e Trabalho

Através da utilização de recurso educacional que empregue o trabalho como meio de educação, habilitação e reabilitação, aliado a atividades como música, esportes, escolaridade, lazer e outras, visando o desenvolvimento de competências sociais e habilidades básicas de trabalho. Caracteriza-se como etapa de transição entre atividades escolares e trabalho produtivo, objetivando sua incorporação na força de trabalho competitivo ou protegido.

b) - Capacitação de Recursos Humanos

Interface: Educação, Saúde, Trabalho e Justiça

Ações que visam capacitar profissionais para o trato com a pessoa portadora de deficiência, a partir do princípio da igualdade de oportunidades, sem prescindir do caráter técnico e científico que a questão requer.

c) - Atendimento aos Idosos Portadores de Deficiência

Interface: Saúde, Esporte e Lazer

Através de iniciativas que promovam o idoso portador de deficiência individualmente ou em grupo, utilizando os recursos comunitários de saúde, ocupação e lazer.

Programas das Secretarias da Educação, Cultura e Desportos (SECD) e da Sáude (SESAU)

Educação Especial - É um processo que visa promover o desenvolvimento das personalidades de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas de alta habilidade, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referências teóricas e práticas compatíveis com as necessidades específicas de seu aluno.

Centro de Educação Especial - Atendimento educacional especializado destinado a educandos portadores de deficiências, onde são desenvolvidos e utilizados por profissionais qualificados, currículos adaptados, programas e procedimentos metodológicos diferenciados apoiados em equipamentos e materiais didáticos específicos, favorecendo assim o desenvolvimento de suas potencialidades.

Atenção e Prevenção às Deficiências (PADS) - O objetivo do Programa é implementar medidas para reduzir ou impedir situações de risco que levam às deficiências, bem como identificar e intervir precocemente nas deficiências.

5 - Dinamização do Clube de Mães

• Através do Clubes de Mães, oferecer cursos, palestras e treinamentos, bem como atividades que possam incrementar a renda familiar, objetivando:

• Ressaltar o papel feminino na renda familiar;

• Orientar para a educação dos filhos e convivência em sociedade;

• Fornecer cursos e treinamentos que possam ser transformados em materiais de venda para complementar a renda familiar;

• Proporcionar novos rumos e reflexões sobre o cotidiano feminino.

6 - Dinamização da Creche

Público-alvo:

• Crianças de famílias carentes.

Linhas de ação:

• Fornecimento de alimentação balanceada como forma de resgatar o desenvolvimento normal da criança e combater a desnutrição;

• Oferta de lazer e acompanhamento didático-pedagógico.

• Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança;

• Educação para uma vida saudável;

• Introdução da alimentação alternativa nos hábitos familiares;

• Acompanhamento de saúde e medicina preventiva e social.

7 - Mutirão Comunitário

Ocorrerá semestralmente na sede do Município, com o objetivo de desenvolver ativida

Acervo ISA

des de prestação de serviços públicos, sem burocracia, a exemplo de:

- expedição de documentos (certidão de nascimento, carteira de identidade, carteira de trabalho, título de eleitor, dentre outros);

- check-up de saúde (medição de pressão, testes, consultas, serviços odontológicos, dentre outros);

- atividades de lazer (competições para jovens e adultos valendo medalhas);

- atividades sócio-educativas (grupos de dança e de música), palestras, exposição e venda de produtos, além de serviços e obras de infra-estrutura.

8 - Projeto "Troque Lixo por Leite"

"Uma ação criativa pela qualidade de vida: Lixo por Leite, Doença por Saúde, Poluição por Preservação Ambiental."

Qualquer uma das frases acima traduz o objetivo do projeto inédito que a Prefeitura irá promover.

"Troque Lixo por Leite " é uma idéia inovadora e de simples execução, com o objetivo primeiro de garantir a saúde da comunidade.

Qualquer morador da cidade poderá trocar dez quilos de lixo por um litro de leite.

O Projeto proporcionará também a preservação ambiental e evitará o acúmulo de lixo nas ruas.

Como funcionará?

A Prefeitura troca 10 kg de lixo por um litro de leite. A troca poderá ser feita nos bairros, quando da realização dos ***" Mutirões Comunitários"***.

Os moradores serão avisados com antecedência para que possam separar e guardar o lixo.

Obs.: O produto de troca poderá ser mudado em cada campanha.

9 - Assistência às Comunidades Carentes

Objetivo: Promover ações conjuntas para garantir o atendimento das necessidades básicas da populações carentes.

10 - Apoio ao Migrante

Objetivo: Promover ações de assistência ao migrante.

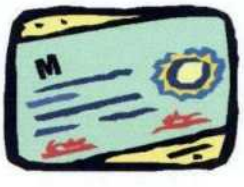
11 - Defesa Civil

Objetivo: Prevenir e minimizar desastres, socorrer e assistir às populações atingidas e recuperar áreas afetadas.

12 - Assistência Jurídica

Objetivo:Garantir prestação de assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, ao cidadão necessitado.

13 - Instituição de "Comendas Honoríficas", na forma de diplomas ou medalhas, destinadas às pessoas que prestem relevantes serviços à população do Município, a serem entregues em datas e ocasiões especiais.



Acervo ISA

SAÚDE E SANEAMENTO

Através da união de esforços com as esferas federal, estadual e municipal, o Estado de Roraima conseguiu avançar no processo de reestruturação das ações para a descentralização da gestão da saúde para os Municípios, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Saúde e com o efetivo apoio da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

Em termos operacionais, as ações integradas deverão ser voltadas para a execução de programas de melhoria dos serviços de Saúde e da infra-estrutura de saneamento básico-ambiental nas áreas urbanas e rurais. A meta é eliminar doenças provocadas pela ausência de instalações sanitárias e de hábitos saudáveis de limpeza.

Igualmente, serão desenvolvidas ações de apoio logístico ao funcionamento do Distrito Especial Sanitário Indígena (DESI), administrado pela FUNASA, incluindo a sistemática realização de treinamentos e qualificação do pessoal de campo, principalmente líderes indígenas de comunidades com alto grau de contato com a sociedade.

Saúde
(Metas Básicas)

- **Recuperação e aparelhamento das Unidades de Saúde.**
- **Treinamento técnico dos profissionais da saúde.**
- **Redução da mortalidade infantil.**
- **Combate às doenças infecto-contagiosas.**
- **Imunização (vacinação).**
- **Implantação e operacionalização do novo modelo organizacional e gerencial para o Sistema Integrado de Saúde.**

Principais Indicadores de Saúde de Mucajaí

- nº de unidades de saúde na sede municipal : **5**
- nº de unidades de saúde no interior: **5**
- nº de leitos hospitalares na sede municipal : **35**
- nº de leitos hospitalares no interior : **0**

Hospital de Mucajaí

Qualificação dos profissionais

- Diretor: 1
- Atendente de Enfermagem: 9
- Aux. Enfermagem: 18
- Cirurgião Dentista: 2
- Médico: 4
- Farmaceutico: 1
- Bioquímico:1
- Ag. Operacional: 9
- Enfermeiro: 3
- Microcopista: 3
- Tec. Laboratório: 2
- Ag. Administrativo: 1
- Recepcionista: 3
- Ag. Portaria: 5
- Aux. Cozinha: 5
- Copeira: 5
- Motorista de Ambulância: 6
- Servente de Limpeza: 12
- Vigia: 4

Acervo ISA

A FUNASA - Fundação Nacional de Saúde, através da parceria firmada com a Secretaria Estadual de Saúde, mantém um posto no Município que tem como objetivo controlar o número de casos de malária e outras doenças endêmicas.

As ações de vigilância sanitária são executadas pelo Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU.

Doenças registradas pela Divisão de Epidemiologia/SESAU: malária, verminoses, leishmaniose, tuberculose e casos de hanseníase.

Para o período 2001/2004, as ações visando a vitalização dos serviços de Saúde deverão continuar contando com a integração das três esferas de Governo, objetivando implementar os seguintes programas, projetos e atividades:

Programa de Melhoria e Ampliação das Atenções Básicas e Hospitalar:

1. Ampliação do quadro de Profissionais de Saúde, de acordo com as seguintes necessidades para os próximos 4 anos:

- Médicos	1	- Enfermeiros	4
- Dentistas	1	- Auxiliares	5
- Farmacêuticos	1		

2. Capacitação Profissional:

Treinamento de recursos humanos para as seguintes áreas principais:

- Enfermagem e Pequena UTI;
- Eletrocardiograma e ultra-sonografia;
- Relações Humanas para atendentes;
- Os serviços dos Agentes Comunitários de Saúde, deverão prestar atendimento à toda população da área urbana, contando com um quadro de 30 Agentes.
- Nas comunidades rurais deverão atuar Agentes Comunitários e, para tanto, serão devidamente treinados cerca de 30 Agentes;
- Medicina Caseira, Saúde Preventiva e Educação Sanitária.

3. Gerenciamento, Instalações Físicas e Equipamentos de Apoio:

- Aquisição de uma ambulância;
- Melhoramento físico e operacional das Unidades de Saúde;
- Construção de um Postos de Saúde na zona rural;
- Modernização gerencial incluindo a informatização dos serviços.

Acervo ISA

Os governos Estadual e Federal desenvolvem inúmeros Programas que objetivam apoiar as ações municipais de saúde e, ao mesmo tempo, qualificar o Município quanto à operacionalização do novo modelo organizacional e gerencial para o Sistema Estadual de Saúde. Dentre esses Programas, destacam-se os seguintes:

Estado Saudável

As ações são realizadas em parcerias com as diferentes coordenações do Departamento de Programas Estratégicos da SESAU, visando o apoio dos Clubes de Idosos e Adolescentes, das Associações de Bairros e dos Clubes de Mães que desenvolvem junto ao programa um apoio fundamental na saúde na comunidade.

As principais atividades concentram-se nos campos da prevenção, promoção e reabilitação.

Implantação do PSF

O Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e o Programa de Saúde da Família (PSF) desenvolvem, de acordo com a qualificação de cada profissional, ações de vigilância à saúde, vigilância epidemiológica, controle de doenças transmissíveis, infecto-contagiosas em geral, doenças crônico-degenerativas e doenças relacionadas ao trabalho e ao meio ambiente. O objetivo é valorizar a relação e a criação de vínculo com o usuário e a família, além de promover a elevação da qualidade de vida através da educação continuada, contribuindo para a preservação e conservação de um meio ambiente mais saudável. **(Faz parte da Agenda de Prioridades do Programa Comunidade Ativa).**

O PSF está funcionando em Mucajaí contando com três equipe médicas: médico, enfermeiro, auxiliar e quatro agentes de saúde (capacitação em prevenção, controle e acompanhamento das doenças transmissíveis por vetores).

Médico em Sua Casa

As práticas de Medicina Preventiva passaram a ser um componente habitual dos serviços de saúde em todos os países do mundo. O programa se caracteriza principalmente pela reorganização de práticas de trabalho, de assistência à saúde das famílias, desenvolvendo ações de promoção, prevenção, diagnóstico precoce, tratamento e reabilitação.

Estratégias de intervenção:

Em termos populacional:

- Promoção de mudanças em saúde nos estilos de vida

Em termos individuais:

- Controle dos fatores de risco;
- Identificação precoce das enfermidades;
- Conscientização das enfermidades crônicas.

Acervo ISA

Assistência na Saúde Materno Infantil

O programa objetiva promover assistência à saúde da mulher e da criança prevenindo e combatendo os agravos, para melhoria dos níveis dos mesmos, proporcionando a toda as mulheres, informações e acesso aos serviços oferecidos pelo poder público.

As metas básicas são as seguintes:

- Fomentar e ampliar o controle pré-natal;
- Incentivo ao aleitamento materno;
- Implantação do programa de crescimento e desenvolvimento da criança;
- Reativação do programa de infecção respiratória aguda;
- Reativação do programa de infecção diarréica aguda;
- Implementar o programa de suplementação alimentar dirigida à gestante, à nutriz e aos menores de seis anos.

Programa Saúde do Adolescente e do Jovem (PROSAD)

O programa fundamenta-se numa política de promoção de saúde, com a identificação de grupos de risco e detecção precoce dos agravos com tratamento adequado e reabilitação, respeitando as diretrizes do Sistema Único de Saúde, tendo como público-alvo adolescentes de ambos os sexos, entre 10 e 19 anos de idade.

Os tipos de atendimentos envolvem serviços de enfermagem, clínica geral, psicologia, serviço social, planejamento familiar e pré-natal, além das seguintes atividades: cursos/treinamentos, campanhas educativas, orientação a grupos de gestantes e grupos heterogêneos (ambos os sexos), oficinas educativas, orientação individual, palestras/debates, seminários e sessões de vídeo.

Programa de Atenção aos Idosos (PASI)

As ações do programa são desenvolvidas nas Unidades de Saúde e nos Centros Sociais com atendimento preventivo, educativo, assistencial e ocupacional, tendo como parceira a Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social - SETRABES.

O Programa vem desenvolvendo e executando propostas e ações de trabalho que visam melhorar as condições mínimas de vida e saúde dos idosos do Estado, tendo como meta principal a mobilização e comprometimento da sociedade com a população idosa.

Programa de Atenção e Prevenção às Deficiências (PADS)

O objetivo do Programa é implementar medidas para reduzir ou impedir situações de risco que levam às deficiências, bem como identificar e intervir precocemente nas deficiências. Desde sua implantação o Programa desenvolve um trabalho voltado para **"Educação em Saúde"**, realizando elaboração de material informativo e de divulgação, como folderes e álbum seriado, palestras para a comuni-

Portador de Deficiência

Acervo ISA

dade e capacitação de multiplicadores das ações do Programa.

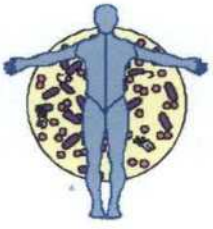
Educação em Saúde

Fomento ao desenvolvimento de ações educativas, compatíveis com os indicadores epidemiológicos e ambientais do Estado, buscando práticas inovadoras de educação em saúde e aperfeiçoando o conhecimento tradicional, além de priorizar a difusão educativa na população escolar.

Programa de Controles Imunológicos (Vigilância em Saúde)

1. Imunizações:

- Ampliar a cobertura de vacinação a 100%;
- Difundir e informar a importância das vacinas;
- Treinamento de novos vacinadores e reciclagem dos antigos vacinadores;
- Ampliação no numero dos postos de vacinação;
- Garantir abastecimento e manutenção de imuno-biológicos;
- Assegurar postos volantes na área rural a fim de viabilizar o cumprimento do calendário de vacinação;
- Manter o índice de 0% de *Paralisia infantil, Sarampo e Coqueluche.*



2. Vigilância epidemiológica:

- Implementação de um sistema ativo de vigilância epidemiológica;
- Ampliar os recursos de informação, coleta, processamento e análise de dados;
- Capacitação de profissionais de nível superior e médio para coleta de dados e busca ativa de novos casos;
- Divulgação das informações pertinentes a outros níveis;
- Retroalimentação periódica do sistema de informação e das medidas de controle geradas;
- Disponibilização de uma área física para a vigilância epidemiológica;
- Estabelecimento de organograma e fluxograma pertinentes.

3. Vigilância Sanitária:

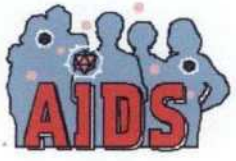
- Adequação ou construção de um local para funcionamento da vigilância sanitária;
- Capacitação dos recursos humanos e difusão da importância das ações da vigilância sanitária para a população;
- Implantação de um Centro de Zoonoses para ações preventivas nas doenças relacionadas;
- Orientações normativas para melhoramento da manipulação, conservação e venda de alimentos, medicamentos e produtos de consumo humano;
- Cadastramento e fiscalização periódica de estabelecimentos de venda e locais públicos como restaurantes, hotéis, lanchonetes e açougues;
- Ações sistemáticas de monitoramento em relação à higiene nas escolas, limpeza dos açudes e do lixo hospitalar;

Acervo ISA

- Criação de um comitê de defesa ao consumidor.

Programas Especiais

1. Prevenção, controle e tratamento das DST`s



- Intensificação das ações do programa de DST e AIDS;
- Informação constante para a população em geral e atividades educativas à percepção do risco;
- Promoção e adoção de medidas preventivas;
- Detecção de casos e tratamento imediato.

2. Combate às Drogas

- Apoio à Associação dos Alcóolicos Anônimos;
- Fiscalização ao comércio de medicamentos controlados;
- Divulgação nas escolas sobre os malefícios das drogas.

3. Saúde Bucal

- Promoção de fluoretação a população escolar de 6 à 14 anos;
- Fluoretação da água distribuída na cidade para reduzir a incidência de cárie dental;
- Realização de campanhas de esclarecimento e informação sobre o programa de saúde bucal.

4. Ações e Campanhas sistemáticas

- Planejamento e execução de campanhas educativas visando a difusão de ações preventivas de saúde como Controle da Tuberculose, Controle da Hipertensão, Controle da Diabetes, Controle do Câncer e Tabagismo (colo do útero, mama, boca, próstata e pele), Hanseníase, Saúde Mental, Zoonoses.

Atividades complementares das Ações Integradas de Assistência à Saúde desenvolvidas pela **Secretaria de Estado da Saúde - SESAU**:

- **D.C.D.**- Busca Ativa e Educação em Saúde para Portadores de Doenças Crônicas Degenerativas.

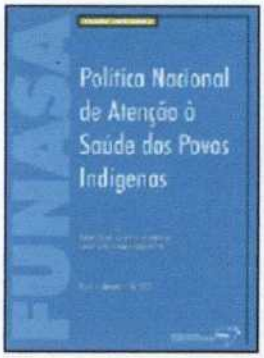
- ***Centro de Recuperação Humana (CRPH)*** - trabalha com uma equipe multiprofissional e atua no tratamento de dependentes de álcool e outras drogas (cocaína, maconha, tranqüilizantes, inalantes...) em termos ambulatoriais.

5. Saúde Indígena/FUNASA

São diretrizes da Política de Saúde Indígena: organizar o subsistema de saúde dos povos indígenas, no âmbito do SUS, sob a forma de Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI; assegurar ações de atenção básica nas aldeias; criar mecanismos de participação social por intermédio de conselhos distritais e locais; respeitar os aspectos etno-culturais dos povos indígenas;

Acervo ISA

operacionalizar as ações de saúde dos povos indígenas, preferencialmente, por intermédio de órgãos e entidades públicas e privadas que detenham experiência no setor.



6. Saneamento Básico

Os programas direcionados para a melhoria dos equipamentos e serviços de saneamento básico, com vistas à melhoria das condições de saúde da população do Município, estão apresentados no próximo item - *"Ações para o Desenvolvimento da Infra-estrutura Física Básica"*.

No entanto, é importante ressaltar no presente item, o papel da FUNASA que direciona, em termos nacionais, as ações de saneamento para as comunidades cujos indicadores de saúde denotam a presença de enfermidades causadas pela falta e/ou da inadequação de saneamento.

Atua apoiando técnica e/ou financeiramente o desenvolvimento de ações de saneamento nos municípios, a partir de critérios epidemiológicos e ambientais em saúde, voltadas para a promoção à saúde e para a prevenção e controle de doenças e agravos, com destaque para a redução da mortalidade infantil.

Em parceria com órgãos e entidades públicas, presta consultoria e assistência técnica e/ou financeira para o desenvolvimento de ações de saneamento.

Alguns exemplos dos efeitos das ações de saneamento na melhoria da saúde da população:

- **Água de boa qualidade para o consumo humano e seu fornecimento contínuo** asseguram a redução e controle de: diarréias, cólera, dengue, febre amarela, tracoma, hepatites, conjuntivites, poliomielite, escabioses, leptospirose, febre tifóide, esquistossomose e outras verminoses.

- **Coleta regular, acondicionamento e destino final adequado do lixo** diminuem a incidência de casos de: peste, febre amarela, dengue, toxoplasmose, leishmanioses, cisticercose, salmonelose, teníase, leptospirose, cólera e febre tifóide.

- **Drenagem** contribui para a eliminação, redução ou modificação dos criadouros de vetores transmissores da malária e de seus índices de prevalência e incidência.

- **Esgotamento sanitário** contribui para reduzir ou eliminar doenças e agravos como a esquistossomose, outras verminoses, diarréias, cólera, febre tifóide, cisticercoce, teníase e hepatites.

FUNASA
Fundação Nacional de Saúde
Ministério da Saúde

- **Melhorias sanitárias domiciliares** estão relacionadas com a redução de: esquistossomose, outras verminoses, escabiose, tracoma e conjuntivites, cólera, diarréias, febre tifóide e hepatites.

- **Melhoria habitacional permite** habitação sem frestas e com condições físicas que impeçam a colonização dos vetores de diversos tipos de doença.

7. Saneamento em Áreas Indígenas

Nas áreas indígenas, a FUNASA estimula a instalação e o funcionamento de obras de abastecimento de água e a construção de estabelecimentos assistenciais de saúde específicos para as comunidades indígenas, além de melhorias sanitárias como tanques, pias, fossas sépticas e vasos sanitários.

A equipe de gerência do DSEI é responsável pela viabilização, elaboração e execução de projetos de obras de saneamento em sua área de abrangência, definidos pelo plano de saúde aprovado pelo Conselho Distrital de Saúde. Essa equipe deverá acompanhar, fiscalizar e supervisi-

Acervo ISA

onar a contratação e execução das atividades de saneamento, além de viabilizar treinamento e supervisão constante de Agentes Indígenas de Saneamento para operar e manter os sistemas de saneamento implantados, com vistas à prevenção de doenças e promoção da saúde.

Consultoria e Assistência Técnica em Saneamento e em Edificações de Saúde

Este programa, gerenciado pela FUNASA, tem o objetivo de fomentar políticas e ações de saneamento, desenvolver programas de cooperação técnica e modelos de gestão nos Estados e Municípios, na busca da organização, estruturação e manutenção dos serviços de saneamento, abrangendo as ações de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Resíduos Sólidos, Drenagem, Melhorias Sanitárias Domiciliares e Melhorias Habitacionais para doença de Chagas.

Outras importantes atividades de assistência técnica são desenvolvidas, tais como:

Serviços Municipais de Saneamento

A FUNASA presta cooperação técnica aos serviços implantados de abastecimento de água e de tratamento de água, esgotamento sanitário e de resíduos sólidos.

Oficinas Municipais de Saneamento

A Oficina Municipal de Saneamento é um espaço físico organizacional que tem a função de fomentar e difundir o conceito de saneamento como ação de saúde pública, por meio da proteção sanitária, principalmente dos domicílios. São responsáveis pelo diagnóstico das condições de saneamento; orientação e planejamento das ações de saneamento; confecção de peças sanitárias pré-moldadas como: vasos sanitários, pias de cozinha, tanques de lavar roupa, lavatórios, caixas de água e recipientes para lixo.

Centros de Treinamento e Capacitação de Agentes Municipais de Saneamento

A FUNASA instituiu 15 Centros de Treinamento e Capacitação visando o apoio aos municípios na capacitação técnica e gerencial de seus quadros nas questões de saneamento. O Agente é o responsável *in loco* pela aplicação das ações de saneamento, em constante cooperação com os agentes comunitários de saúde e com os líderes comunitários.

— — — — — — — — —

PROGRAMAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

Principais entidades de apoio às ações integradas desenvolvimento que deverão participar da implantação dos Programas:

- Governo do Estado de Roraima:
  - Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos,
  - Secretaria de Estado da Saúde
  - Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social
  - Secretaria de Estado do Planejamento, Indústria e Comércio
  - Gabinete Civil

Acervo ISA

- Gabinete Militar
- Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
- Companhia de Desenvolvimento de Roraima
- Instituto de Terras de Roraima
- Agência de Fomento do Estado de Roraima

- Prefeituras Municipais
- Ministério da Educação e do Desporto
- Ministério da Cultura
- Ministério da Saúde/FUNASA
- Ministério da Previdência e Assistência
- Ministério do Trabalho
- Comando da Aeronáutica
- Comando do Exército
- Comando da Marinha
- Comunidade Solidária
- ADA - Agência de Desenvolvimento da Amazônia
- SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus
- UFRR - Universidade Federal de Roraima
- EMBRAPA e INPA
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas
- Escola Técnica Federal de Roraima - ETFRR, SENAI, SENAR, SENAC
- Entidades Representativas das Classes Empresariais
- Entidades Representativas das Classes dos Trabalhadores
- FUNAI - Fundação Nacional do Índio
- Banco do Brasil - BB Educar e BNDES
- Organizações Não-Governamentais
- FGV/ISAE

Acervo ISA

. Ações para Vitalização da Infra-Estrutura Física Básica

Uma das principais Estratégias do presente PDLIS é a promoção da integração sócio-econômica entre produtores rurais e empreendedores urbanos, com vistas a aumentar as opções de geração de emprego e renda no Município. Essa integração é possível através da criação de ***elos de produção, com base na coleta de produtos agroflorestais, com um mínino de beneficiamento (na zona rural)***, seguida do ***beneficiamento final, acondicionamento e comercialização (nas sedes municipais)***. Com efeito, em ambas as etapas, deverá haver agregação de valor aos produtos.

A implantação desse sistema, poderá constituir-se numa das alavancas do desenvolvimento municipal, tornando-se um instrumento capaz de estimular a sustentabilidade das atividades econômicas municipais.

Dentre os componentes da infra-estrutura física básica municipal capazes de contribuir para o êxito da estratégia proposta, destacam-se os seguintes:

- Saneamento - Deverá ter atenção especial através de ações voltadas para a implantação de melhorias sanitárias domiciliares; da rede de drenagem de águas pluviais e do sistema integrado de tratamento de resíduos sólidos (coleta, transporte e disposição final do lixo). Deverá cuidar ainda da revitalização e ampliação da rede de distribuição de água.

- Transportes e Obras de Urbanização - Execução de serviços de manutenção da rede de estradas rurais e urbanas, ampliação dos equipamentos de lazer e paisagismo, melhorias habitacionais, dentre outros, serão tratados de maneira a dar um sentido dinâmico e moderno ao processo de desenvolvimento da cidade.

Infra-estrutura Física
(Metas Básicas)

- **Melhorias sanitárias domiciliares.**
- **Expansão da rede de distribuição de água.**
- **Melhoria da rede de drenagem pluvial.**
- **Melhoria do sistema de coleta, transporte e destino final do lixo.**
- **Melhoria do sistema viário urbano.**
- **Construção e melhorias de estradas.**
- **Obras de urbanização e paisagismo.**
- **Melhoria da eletrificação urbana e rural.**
- **Melhoria dos serviços de comunicação.**

- Energia - Necessidade de expansão dos serviços através do aumento do número de luminárias da iluminação pública e ampliação do abastecimento na zona rural.

- Comunicações - Ampliação do acesso da população aos serviços de telecomunicações.

Nesse sentido, para o período 2001/2004, as ações voltadas para a vitalização da infra-estrutura física básica do Município, deverão ser implementadas através da seguinte programação executiva:

Acervo ISA

Abastecimento de água

A sede de Mucajaí conta com abastecimento de água fornecida pela CAER (Companhia de Águas e Esgotos de Roraima), através da adutora do rio Mucajaí, atendendo cerca de 100% da população urbana (1.650 ligações).

A taxa média de demanda anual de ligações urbanas é de cerca 0,7% a.a.

Para dar continuidade ao abastecimento regular, deverá ser fomentada a ampliação do sistema público de abastecimento e distribuição, de acordo com a demanda da população, além da sistematização das seguintes ações:

- Reparação da tubulação;
- Redução do desperdício de água potável;
- Preservação das matas ciliares do rio Mucajaí.

Drenagem

São necessárias obras de drenagem na sede municipal, uma vez que o escoamento das águas pluviais é feito através da superfície, mediante as depressões laterais das ruas. Conseqüentemente, os dejetos domiciliares são eliminados através de fossas sépticas (privadas higiênicas) e fossas secas.

Nota: As obras de drenagem requeridas para a sede municipal têm por objetivo eliminar os criadouros de anofelinos - mosquitos transmissores da malária em áreas urbanas. As ações de drenagem deverão abranger *esgotamento de águas pluviais, canalização e/ou limpeza de igarapés.*

Nesse sentido, é necessário implantação de obras de drenagem no igarapé Sumaúma para controle da malária, projeto este que faz parte da Agenda do Programa Comunidade Ativa.

Melhorias Sanitárias Domiciliares (em execução)

Com um custo médio unitário de R$ 700 é possível construir módulos sanitários para famílias de baixa renda, de acordo com o modelo desenvolvido pela FUNASA.

As ações de *Melhorias Sanitárias Domiciliares* da FUNASA envolvem: ligações à rede de água e de esgoto e construção de banheiros, fossas sépticas, poços rasos, sumidouros e outras benfeitorias, de uso coletivo como chafarizes. Além disso, poderão ser instaladas e confeccionadas peças sanitárias pré-moldadas como vasos sanitários, pias de cozinha, tanques de lavar roupa, filtros e recipientes para lixo, lavatórios e caixas de água. A confecção das peças é realizada em *Oficinas Municipais de Saneamento*, permitindo o aproveitamento de mão-de-obra local, transferência de tecnologia e educação sanitária para a comunidade.

Acervo ISA

Resíduos sólidos

A Prefeitura dispõe de um serviço de coleta dos resíduos, que é feito por um caminhão compactador, além de caçamba, contêiner, carrinho de coleta e lixeiras. O lixo é depositado em um aterro sanitário que necessita ser operado de forma adequada. A Prefeitura encaminhou solicitação ao DEMA/SEPLAN para licenciamento ambiental.

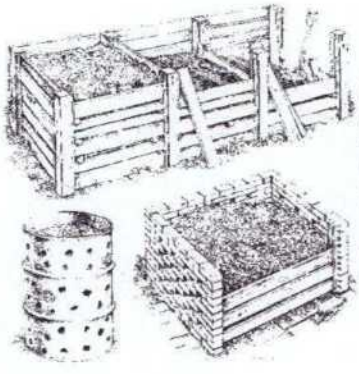
Local do futuro Aterro Sanitário

De imediato, as ações executivas necessárias para a promoção da melhoria dos serviços de coleta, transporte e disposição final dos resíduos sólidos em em Mucajaí deverão constar de:

- Programação operacional de limpeza da cidade (horário e freqüência) envolvendo a coleta seletiva do lixo;
- Manejo adequado do aterro sanitário.

(Faz parte da Agenda de Prioridades do Programa Comunidade Ativa).

Para a ***Zona Rural***, pretende-se uma melhor adequação no que diz respeito ao destino final dos resíduos, com aproveitamento dos resíduos domiciliares para a produção de compostagem, que servirá de adubação da terra.



Modelos de Composteiras

As composteiras devem ter cerca de 1,5 m de lado por 1,5 m de profundidade quando feitas de madeira ou de madeira e tijolo. Devem ter a frente removível e, nas laterais, brechas para ventilação.

Um tambor de óleo também pode ser transformado em composteira.

Manutenção e Melhoramento dos Equipamentos e Serviços de Transportes

1. Manutenção, Melhoramentos e Pavimentação de Vias Urbanas e Rurais

Este serviço objetiva conservar, corrigir, melhorar e manter constantemente o trabalho de conservação do sistema viário da sede do Município. Será composto por um conjunto de ações e procedimentos operacionais com o fim de solucionar pequenas avarias, desgastes, falhas e danos que normalmente ocorrem nas vias de maior tráfego, ou ainda de problemas derivados da rede de distribuição d'água.

Nesse sentido, os serviços de manutenção e pavimentação, devem abranger, anualmente, todas as ruas do sistema viário urbano, envolvendo a construção de sarjetas, calçadas e meio-fio.

Para a zona rural, as vicinais serão ampliadas e deverão receber obras de melhoramentos, estando programados pelo DER a execução de 197 km.

Ruas de Mucajaí

Acervo ISA

(Faz parte da Agenda de Prioridades do Programa Comunidade Ativa).

A Prefeitura enviou solicitação ao Calha Norte para recuperação de três vicinais.

2. Patrulhas Mecanizadas

Aquisição de equipamentos de terraplanagem *(um trator de esteira D-8, uma moto niveladora, uma pá-mecânica, duas caçambas basculantes)* com vistas a aumentar a ação dos serviços de manutenção e abertura de vias urbanas e rurais, além de uma patrulha agrícola para dar suporte às atividades produtivas da zona rual.

3. Sinalização Horizontal e Vertical do Sistema Viário Principal

Consistirá na implantação de um adequado sistema de sinalização, dotado de faixas e placas que orientem os visitantes e turistas.

O fluxo de veículos é intenso. Às margens da BR-174, o Município é passagem obrigatória dos que trafegam na rodovia que liga as capitais dos Estados de Roraima e Amazonas.

5. Manutenção dos Campos de Pouso

Em Mucajaí existem dois campos de pouso: um localizado na sede municipal, tem dimensão de 1.200 metros de comprimento por 18 de largura; o outro, localizado em Apiaú possui 850 metros por 25 de largura, ambos com piso compactado, servindo de apoio a aeronaves de pequeno porte. A sistemática manutenção desses equipamentos virá contribuir com as atividades sócio-econômicas do Município.

Pista de pouso

Programa de Paisagismo

1. Recuperação e Construção de Praças

O projeto terá duas linhas de ações: a) Reconstrução das praças existentes, dotando-as de um novo visual estético, paisagístico e funcional; b) Construção de novas praças - *dotadas de um novo visual estético, paisagístico e funcional* - inclusive nas principais comunidades rurais.

(As obras das praças deverão observar adequações convenientes a fim de servirem de apoio aos programas de ação social e lazer da população).

Vista geral da cidade

2. Arborização

O projeto objetiva o plantio de árvores e colocação de gradios, com vistas a aumentar a densidade de áreas verdes do centro comercial da cidade e demais ruas.

Prevê-se a plantação de 1.000 árvores, a serem fornecidas pelo ***"Parque Zôo-Botânico Municipal"***

Acervo ISA

a ser implantado pela Prefeitura, que também produzirá mudas frutíferas.

O projeto será agregado à construção da Cidade Cenográfica e a comunidade deverá ser estimulada a participar ativamente do empreendimento.

(Faz parte da Agenda de Prioridades do Programa Comunidade Ativa).

3. Paisagismo Rodoviário (Entrada da Cidade)

A entrada da cidade e as áreas das duas margens da BR-174 deverão receber tratamento paisagístico. O objetivo é tornar o trecho urbano cortado pela rodovia, um conjunto ambiental harmonioso e esteticamente integrado ao contexto da cidade. O projeto prevê ajardinamento, arborização, placas de sinalização e pórticos.

4. Revitalização de Imóveis

Reparações e melhorias estéticas dos imóveis públicos *(repartições e patrimônio histórico)* e privados *(comerciais e residencias)*, através da execução de reformas físicas e cromáticas, para realçar o visual paisagístico da cidade, tornando-a atrativa, alegre e ambientalmente saudável, e contribuindo para a elevação da auto-estima da população.

O projeto será executado através da parceria entre Prefeitura e proprietários dos imóveis que aderirem ao projeto.

5. Urbanização e Melhorias Habitacionais

O Projeto consistirá na implantação e execução de obras e atividades integradas voltadas à urbanização da cidade, através da ação conjunta dos órgãos municipais. O objetivo é desenvolver serviços de melhorias habitacionais, com a participação das comunidades a serem atendidas. Nesse sentido, estão programadas as seguintes ações:

. Abastecimento d'água, melhorias sanitárias domiciliares e energia elétrica;

. Melhoramento das vias (calçadas, meios-fios, drenagem e pavimentação);

. Paisagismo (arborização e ajardinamento) e equipamentos de esporte e lazer;

. Construção e melhoramento de moradias, construção de cercas, pintura e ajardinamento, na forma de mutirão.

Equipamentos Urbanos de Apoio à Produção

Com vistas a possibilitar melhor desenvolvimento das atividades econômicas de Mucajaí, três importantes equipamentos de apoio deverão ser implantados:

- **Central de Abastecimento;**
- **Matadouro Municipal (com frigorificação);**
- **Usina de Beneficiamento do Leite.**

Programas de Energia e Comunicações

1. Energia

O abastecimento e distribuição de energia elétrica da cidade de Mucajaí é feita pela CER - Companhia Energética de Roraima, que distribui energia gerada em Boa Vista pela Eletronorte, sendo que as localidades de Vila Tamandaré e São Raimundo também estão

Acervo ISA

interligadas ao seu sistema.

Atende cerca de 1.500 consumidores, 4,0% dos quais localizados na zona rural.

Visando garantir os meios adequados ao desenvolvimento sustentável de Mucajaí, é importante a realização das seguintes ações:

- Aumento do número de luminárias da iluminação pública;
- Implantação de luminária na BR-174, no trecho adjacente ao perímetro urbano da cidade;
- Ampliação do abastecimento das zonas urbana e rural *(Programa Luz no Campo)*.

2. Comunicações

Os tipos de serviços prestados pela TELEMAR em Mucajaí são os seguintes: telefonia fixa, discagem direta à distância/DDD, discagem direta internacional/DDI e a telefonia rural. Os serviços oferecidos no momento são supridos por 1.100 terminais.

A estação radiofônica local é a Rádio Comunitária de Mucajaí, operando na freqüência 99,9 MHz.

Os sinais das emissoras de TV são captados através de aparelho receptor com antena parabólica comunitária, que transmite os sinais para as residências através de uma torre. As emissoras de TV sintonizadas por este serviço são o *SBT* e *a Rede Globo*. Em muitas residências, existem parabólicas particulares que captam as demais emissoras do país.

Escritório da TELEMAR.

PROGRAMAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

Principais entidades de apoio às ações integradas de desenvolvimento que deverão participar da implantação dos Programas:

- Prefeitura Municipal
- Governo do Estado de Roraima
- Ministério da Educação e do Desporto
- Ministério da Cultura
- Ministério da Saúde/FUNASA
- Ministério da Previdência e Assistência
- Ministério do Trabalho
- Comando da Aeronáutica

Acervo ISA

- Comando do Exército
- Comando da Marinha
- Comunidade Solidária
- ADA - Agência de Desenvolvimento da Amazônia
- SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus
- UFRR - Universidade Federal de Roraima
- EMBRAPA e INPA
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas
- Escola Técnica Federal de Roraima - ETFRR, SENAI, SENAR, SENAC
- Entidades Representativas das Classes Empresariais
- Entidades Representativas das Classes dos Trabalhadores
- FUNAI - Fundação Nacional do Índio
- Banco do Brasil - BB Educar e BNDES
- Organizações Não-Governamentais
- FGV/ISAE

Acervo ISA

. Ações para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura Econômica

São amplas as potencialidades econômicas do Município, particularmente as atividades agroflorestais, que poderão ser aprimoradas e dinamizadas com o avanço do conhecimento da capacidade dos solos e da biodiversidade. Contribuirão, ainda, os progressos da biotecnologia e, em geral, das técnicas de beneficiamento e sua incorporação aos processos produtivos.

Essas atividades somente terão viabilidade, se adotadas novas técnicas baseadas na sustentabilidade agroflorestal, bem como no beneficiamento *com qualidade*, no transporte e na comercialização.

Trata-se, na verdade, de atuar sob um novo enfoque econômico, que combine, eficientemente, as atividades agroflorestais com o beneficiamento e a comercialização. Essa combinação é possível através de redes associativadas de empreendedores rurais e urbanos, dotadas de boa densidade tecno-científica, de novos métodos de gestão, de domínio da informação e conhecimento dos mercados, capazes, no seu conjunto, de gerar valor agregado e maior número de empregos.

A concepção de um sistema integrado voltado para a vitalização dos setores produtivos, parte da idéia de ***elos de produção e coleta de produtos naturais, com um mínino de beneficiamento (na zona rural)***, seguida do ***beneficiamento final, acondicionamento e comercialização (na sede municipal).*** Esse sistema, com as adaptações necessárias às peculiaridades de cada produto, poderá constituir-se numa das alavancas do desenvolvimento municipal e regional.

Infra-estrutura Econômica
(Metas Básicas)

- **Capacitação profissional nas áreas de produção e beneficiamento primário** (para os produtores rurais), **beneficiamento final e comercialização** (para os empreendedores urbanos).
- **Comercialização dos produtos nos mercados local, regional e amplo.** De imediato, a merenda escolar deve ser considerada como um dos maiores demandantes do mercado local.
- **Qualidade e Preços adequados.** A qualidade dos produtos beneficiados deverá ser ressaltada, insistentemente, a fim de lastrear o uso da "grife AMAZÔNIA/RORAIMA" como passaporte para a conquista de mercados.
- **Divulgação:** Os produtos amazônicos, quando respaldados na sustentabilidade, agregam um "valor ecológico" de reconhecimento mundial.
- **Meios de escoamento e acondicionamento adequados dos produtos.**
- **Assistência técnica e suporte de crédito.**

Assim, a interação entre as populações rurais & urbanas, movidas pelo interesse comum de geração de rendas a partir do uso sustentável dos produtos agroflorestais, deverá converter-se no instrumento capaz de estimular as atividades econômicas, tendo como base física de produção as Colônias Agrícolas existentes no Município. Nelas, deverão ser implantados *Módulos de Produção Sustentáveis e Diversificados,* envolvendo atividades comprovadamente viáveis a exemplo da produção de hortifrutigranjeiros, apicultura, banana e cana-de-açúcar, bem como o segmento de grãos; extrativismo vegetal; criação de animais silvestres, pecuária para gado de corte e leite, suinocultura, piscicultura e derivados do peixe; extrativismo mineral e manejo florestal, dentre as principais. Na sede municipal, deverão ser desenvolvidas as atividades de industrialização e comercialização de produtos.

Acervo ISA

CIÊNCIA & TECNOLOGIA

(Aplicações da Ciência & Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável)

Roraima, por ser uma região tradicionalmente importadora de alimentos, com potencial para se tornar produtora e exportadora, está concentrando esforços no desenvolvimento agrícola, especialmente na produção de grãos.

Com a conclusão da rodovia BR-174, que liga Roraima à Venezuela, ao Norte, e à Manaus e Itacoatiara, ao Sul, e com o equacionamento do fornecimento de energia elétrica, abre-se a possibilidade do Brasil promover uma maior integração comercial com os países vizinhos, por intermédio do Estado de Roraima.

Com isto, a exportação de grãos para a Venezuela e a utilização da estrutura portuária venezuelana no Caribe permitirão que se atinja os grandes mercados consumidores da Europa e Costa Leste dos EUA, em condições bem competitivas, ao mesmo tempo que se garanta o suprimento de insumos agrícolas para a região.

No entanto, para atender às demandas locais, regionais e internacionais, torna-se fundamental o conhecimento das tendências dos setores produtivos, das potencialidades dos recursos naturais, aliados à identificação de novas oportunidades de investimento. A compreensão de fenômenos que orientam a dinâmica de ecossistemas regionais é condição básica para promover o seu desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade. Escolhas ótimas de investimento devem, portanto, ser baseadas na integração de critérios ambientais, econômicos e sociais, com fundamentos na Ciência & Tecnologia.

Nesse sentido, para que o presente Plano atinja os objetivos almejados, necessário se faz a promoção da aliança entre o conhecimento em ciência & tecnologia e as experiências bem sucedidas de desenvolvimento sustentável. A atuação integrada de instituições como a EMBRAPA, INPA, IBAMA, Universidade Federal de Roraima, além das instituições afins, possibilitará a cristalização desses objetivos.

Ciência & Tecnologia
(Metas Básicas)

- **Transferência de conhecimentos de processos de produção sustentáveis.**
- **Capacitação da mão-de-obra rural e urbana.**
- **Pesquisas** (convênios com a EMBRAPA, INPA, MIRR, UFRR).
- **Estudos e pesquisas na área de biotecnologia.**
- **Co-participação do Município na execução do ZEE** (Zoneamento Ecológico e Econômico).

Assim, em vista do papel estratégico da ciência e da tecnologia como fatores indutores do desenvolvimento de Roraima - suas regiões e seus municípios - será necessário que as instituições ligadas à pesquisa possibilitem o acesso das populações aos conhecimentos que lhes forem necessários. Isso poderá ser efetivado através da **transferência de conhecimentos,** hoje existentes, diretamente nos *Módulos de Produção Sustentáveis e Diversificados*que serão implementados nas colônias agrícolas, visando a aplicação de soluções tecnológicas para o uso e manejo sustentável dos recursos naturais.

Programas executivos para o Desenvolvimento da Infra-estrutura Econômica (período 2001/2004)

Acervo ISA

DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA RURBANA (RURAL & URBANA)

Difusão Científica e Tecnológica

Estratégia: Os poderes executivo e legislativo do Município deverão empreender ações juntos às agências que atuam na área da Ciência & Tecnologia. O objetivo é promover, difundir e aplicar os conhecimentos adequados às peculiaridades municipais, a fim de estimular o uso das inovações tecnológicas e a diversificação da produção, a exemplo dos seguintes:

- Experiências sobre consorciamento de culturas - técnicas desenvolvidas através de pesquisas, tendo por base os conhecimentos e práticas tradicionais, o conhecimento dos ecossistemas e as condições ecológicas regionais, além de viabilizar soluções tecnológicas para fortalecer a produção de produtos agroindustriais, com ganhos sócio-econômicos e baixos impactos ambientais.

- Difusão de conhecimentos sobre a exploração de produtos florestais não-madeireiros - tecnologias de coleta, beneficiamento e industrialização apropriados e sustentáveis, considerando a viabilidade técnica e financeira, valorizando o marketing da floresta e priorizando os produtos oriundos dos produtores da região.

- Técnicas para incentivar o manejo florestal promovendo o uso de um número maior de espécies, facilitando e incentivando o manejo florestal comunitário e a transformação *in loco* da madeira estabelecendo o manejo florestal de uso múltiplo como modelo para viabilizar a produção florestal.

- Difusão de instrumentos que visem o desenvolvimento sustentável baseado em resultados de estudos das cadeias produtivas dos produtos florestais madeireiros e não-madeireiros.

Programas Integrados para Mucajaí, que fazem parte da Agenda de Prioridades do

Programa Comunidade Ativa

- **Capacitação de técnicos (25) e produtores rurais (75)** em atividades de produção e comercialização.
- **Capacitação para a gestão e da mão-de-obra do setor moveleiro (100).**
- **Organização do setor artesanal local.**
- **Aquisição de equipamentos agrícolas (patrulha mecanizada) para a cultura da mandioca e cana-de-açúcar.**
- **Implantação de 4 unidades para industrialização da farinha.**
- **Construção de açudes e tanques de derivação.**
- **Produção de mudas frutíferas e nativas.**
- **Modernização do processo de produção da cerâmica.**
- **Realização do diagnóstico turístico do Município.**

AGRICULTURA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

(Da "Agenda Positiva de Roraima" setembro/1999 - MMA/PNUD)

- Harmonizar políticas do INCRA e do MMA para evitar conflitos de orientação, inclusive reformulando as legislações ambiental e fundiária de modo a torná-las compatíveis entre si.
- Agilizar o recadastramento dos assentamentos efetuados pelo INCRA e ITERAIMA, com a finalidade de levantar áreas improdutivas e abandonadas e orientar a reocupação.
- Priorizar o assentamento de colonos nos projetos já existentes e ociosos, antes de criar novos assentamentos que deverão, necessariamente, possuir planejamento ambiental.
- Desenvolver programas de enriquecimento florestal nas propriedades dos colonos assentados, bem como criatório de animais e peixes, como alternativa de geração de renda, associada ao desenvolvimento de pequenos empreendimentos industriais para processamento da matéria-prima.
- Promover reutilização de áreas abandonadas com culturas temporárias de subsistência.
- Promover investimentos privados e públicos nas áreas de campos e cerrados visando a melhoria das pastagens e redução da pressão sobre as áreas de floresta.
- Criar um grupo de trabalho interinstitucional para o estudo de modelos sustentáveis para projetos agrícolas em Roraima (permacultura, sistemas agroflorestais e outros).
- Incorporar a apicultura como alternativa de atividade rural geradora de emprego e renda e melhoramento da produtividade agrícola.

Acervo ISA

- Informações sobre espécies medicinais - tendo como base o uso popular racional, sendo este processo regulamentado por leis referentes ao acesso de pesquisadores ao conhecimento tradicional e *sui generis,* a partir do consentimento das populações que detêm esse conhecimento, para evitar o uso indevido e a biopirataria.

- Elaboração e implantação de projeto de reflorestamento de espécies utilizadas como matéria-prima para confecção do artesanato indígena com a promoção do associativismo e o cooperativismo para o desenvolvimento do artesanato.

- Difusão de pesquisas sobre produção de corantes naturais.

- Tecnologia da Pesca, que contemple os aspectos de criação (processo "tanques-rede"), captura, conservação, processamentos, mercados e comercialização.

Capacitação e Qualificação Profissional

Cursos práticos objetivando aumentar os níveis de eficiência das atividades do ***produtor rural*** *e do* ***empreendedor urbano***, envolvendo temas práticos sobre métodos de produção, custos, comercialização e administração. Dentre os principais cursos a serem ministrados, ressaltam-se os seguintes:

1 - Técnicas de Agroecologia e sistemas agroflorestais sustentáveis: horticultura (*Incentivo à produção de hortaliças - cultivo de hortaliças em ambiente protegido)*, fruticultura, produção de sementes e mudas, manejo florestal; produção de plantas ornamentais direcionadas para exportação.

2 - Industrialização de frutas tropicais, de excelente sabor e alto valor como alimento. Estão entre elas: castanha-do-Brasil, açaí, araçá-boi, bacaba, bacuri, buriti, camu-camu, cupuaçu, pupunha, tucumã, graviola, cubiu, piquiá, taperebá, uxi, mari-mari, melão. A partir dessas e de outras frutas, amazônicas ou aclimatadas, poderão ser produzidos polpas, sucos, compotas, geléias e doces - destinados aos mercados interno e externo.

3 - Produtos farmacêuticos, a partir das inúmeras plantas medicinais. Devem ser aliados o conhecimento tradicional de seus efeitos terapêuticos à identificação de seus princípios ativos pela moderna biotecnologia.

4 - Produção de óleos essenciais para perfumaria (paurosa, copaíba, vetiver, jasmim, capim-santo, patchuli, louro-pimenta, puxiri, canela e tantos outros) destinada ao mercado interno brasileiro e às exportações, constitui também o ponto de partida para a indústria regional de perfumes, sabonetes e cosméticos de base vegetal.

5 - Produção de especiarias e corantes naturais - urucu, pimenta-do-reino, cravo-da-índia, canela, anil, urucu e outras tinturas vegetais, baunilha, açafrão, noz-moscada, gengibre, gergelim e outras especiarias tropicais, retomando-se, em bases técnico-empresariais modernas, o ciclo de extração das *drogas do sertão.*

6 - Utilização do peixe e seus derivados - piscicultura e outras modalidades de aquicultura; multi-beneficiamento do pescado; aproveitamento do peixe fresco para consumo interno e exportação, dentro dos padrões do Ministério da Agricultura, salga (*seca e úmida*), defumação, couro, farinha de peixe para consumo humano *(piracuí)* e cola.

Acervo ISA

7 - Agropecuária - melhoria no rebanho bovino; suinocultura; avicultura; criatórios de animais silvestres; compostagem; fabricação de ração; apicultura;

8 - Incentivo às culturas agroindustriais da cana-de-açúcar, dendê, pupunha, café, do guaraná e cacau; agroindústria de farinha; beneficiamento de arroz; agroindústria de embutidos; agroindústria de laticínios. Prioritariamente está previsto o incentivo à implantação de **quatro unidades para industrialização da farinha** além da aquisição de equipamentos agrícolas **(patrulha mecanizada) para a cultura da mandioca e cana-de-açúcar.**

9 - Treinamentos Administrativos, envolvendo os seguintes temas aplicativos:

a) - Associativismo - além do aspecto teórico, o treinamento terá um enfoque prático-vivencial, como forma de desenvolver habilidades. O objetivo central é criar condições permanentes de sustentabilidade, através da capacitação de formadores de opinião/líderes.

Temas a serem abordados: Gerência de Conflitos e Negociação, Habilidades de Comunicação, Reuniões Eficazes, Princípios e Técnicas de Qualidade, Construindo Equipes de Qualidade.

b) - Formação de Lideranças - consiste na identificação e desenvolvimento de lideranças eficazes, o que pressupõe construção de habilidades gerenciais, técnicas e administrativas. Haverá adaptação da linguagem aos clientes/usuários, inclusive do material didático.

c) - Conhecimentos práticos nas áreas de técnicas básicas de contabilidade; princípios e técnicas básicas de economia e mercado, e práticas comerciais; atendimento eficaz de clientes; controle de estoques e armazenamento; técnicas básicas de venda e marketing, e outras que se fizerem necessárias ao longo do processo.

10 - Educação Ambiental, envolvendo os seguintes temas aplicativos:

a) - Implantação de viveiros para produção de culturas perenes, utilizando a estrutura do futuro *Parque Zôo-Botânico* que deverá ser implantado no Município;

b) - Construção ecológica, com uso preferencial de matéria-prima do local, conforme as características ecológicas da região do assentamento (os assentados participarão da construção de suas próprias casas, ao mesmo tempo que receberão treinamento prático de construção com métodos ecológicos e sustentáveis e com a filosofia do aprender fazendo);

c) - Construção de sistemas de abastecimento de água e tratamento ecológico de esgoto (com participação/acompanhamento dos assentados e treinamento prático);

d) - Manejo sustentável de lixo e outros resíduos (também com treinamento prático);

e) - Artesanato e cerâmica, a partir de costumes e potenciais do Município.

Resultados esperados:

Acervo ISA

Capacitação de técnicos e produtores rurais em atividades de produção e comercialização;

- Agricultores rurais e beneficiadores urbanos dominando tecnologias e agregando valor à produção;

- Produção rural qualificada e em maior escala, com integração ao neo-extrativismo (exploração racional de produtos da biodiversidade);

- Aumento da renda para os meios rurais e urbanos, além da dinamização dos mercados;

- Acesso a bens e serviços (máquinas, utilidades domésticas, saúde no campo, comunicação);

- Melhoria qualitativa das condições de vida da família rural e desenvolvimento sócio-econômico das comunidades rurais e urbanas;

- Formação de jovens empreendedores rurais e urbanos.

Quintais Produtivos *Módulos Familiares de Produção Sustentáveis e Diversificados*

Nos quintais produtivos, a partir da utilização dos recursos disponíveis na área, a produção será implementada objetivando o aproveitamento máximo da disponibilidade dos recursos existentes.

Os requisitos mínimos necessários para a instalação de um um quintal produtivo se resumem na disponibilidade de uma pequena área, de água de boa qualidade, de insolação de 8 a 10 horas por dia, das orientações necessárias e da vontade de "arregaçar as mangas" e produzir. Nesse sentido, o quintal passará a ser um local de lazer e trabalho com a possibilidade de geração de renda para a família.

Os quintais produtivos deverão contemplar a produção diversificada com espaços para hortaliças, tubérculos, ervas, plantas medicinais e ornamentais, frutas, criação de pequenos animais (aves para abate e postura, suínos, silvicultura) e apicultura, com vistas ao auto-abastecimento e venda do excedente.

Projeto Rainha - produção de mel de abelha

Manejo Florestal Comunitário

Por força da Lei Florestal Brasileira, o seu artigo 44 dispõe que toda propriedade rural, maior que 100 ha, localizada na regiao amazônica deve permanecer com cobertura florestal em 80% da área. Esta área de floresta é denominada ***"reserva legal"*** onde somente é permitida a retirada seletiva de madeira, não podendo ser utilizada para fins agrícolas ou pecuários.

O projeto de Manejo Florestal Comunitário, atende essa disposição legal, na medida em que objetiva o desenvolvimento de um sistema ambientalmente sustentável, aplicado às áreas de *reserva legal*, visando a comercialização da madeira daí extraída, através da venda direta ou através da associação/cooperativa dos produtores.

Para tanto, será necessário a utilização dos seguintes procedimentos básicos:

• Discussão entre os associados/cooperados para formalizar a disposição para o trabalho conjunto no projeto de manejo;

Acervo ISA

• Engajamento de instituições de pesquisa para apoio técnico;

• Consulta prévia ao IBAMA, para verificação das possibilidades legais da(s) área(s) proposta(s) para o manejo;

• Contratação de Engenheiro Florestal ou Agrônomo, habilitado para elaboração e responsabilidade técnica do Plano de Manejo, que conterá, dentre os ítens principais, o inventário florestal preliminar das áreas propostas para o manejo;

• Apresentação do Plano de Manejo ao IBAMA;

•Implementação do Plano de Manejo com orientação técnica de negócios.

SETOR MADEIREIRO E FLORESTAL

("Agenda Positiva de Roraima" setembro/1999 - MMA/PNUD)

❑ Fomentar a produção de mudas nativas visando viabilizar o reflorestamento com espécies nativas, treinando equipes de campo para o plantio em áreas selecionadas.

❑ Estimular a discussão sobre a alteração da lei em vigor, visando autorizar o corte seletivo em 50% da área de cada lote e permitir corte seletivo em pequenas áreas

❑ Desburocratizar os procedimentos para a aprovação de planos de manejo para pequenos assentamentos, sendo realizados por associações e cooperativas, beneficiando-as com fomento, visando à verticalização da produção em favor do pequeno produtor.

❑ Promover o plantio extensivo de sistemas agroflorestais em áreas degradadas.

❑ Realizar projetos florestais comunitários sustentáveis nas áreas de reserva legal.

Promoção do Desenvolvimento da Pesca

Produção, beneficiamento e comercialização do pescado *a partir da piscicultura* concebida como um processo integrado de captura ou produção, tratamento primário e frigorificação. Para tanto serão necessárias as seguintes medidas:

- Treinamento e reeducação das pessoas envolvidas na cadeia produtiva, visando a adoção de técnicas e procedimentos simples e de baixo custo, que possibilitem otimizar os índices de produtividade e qualidade;

- Envolvimento das comunidades locais na manutenção dos ambientes aquáticos, valorizando a pesca artesanal e comunitária, manejo, recuperação e zoneamento de lagos naturais;

- Implantação de entreposto de pesca - para processamento/ beneficiamento e embalagem do pescado fresco e salgado, nos padrões do Ministério da Agricultura, e fábrica de gelo;

- Implantação de postos de armazenagem/conservação do peixe *in natura* e pré-beneficiamento de salga nas comunidades rurais;

- Criação da Comissão Municipal de Pesca e Comitês Comunitários, além de um serviço de extensão pesqueira do Estado, e incentivo às indústrias de transformação do pescado, com apoio dos órgãos de desenvolvimento;

- Estruturação e modernização das áreas de venda de pescado;

- Fortalecimento dos mecanismos de controle para coibir a prática da pesca predatória.

Está prevista a construção de açudes e tanques de derivação.

Incentivo às Atividades Minerais

O conhecimento adquirido nas últimas décadas, por meio dos trabalhos do DNPM/ CPRM, sobre os recursos minerais de Roraima, coloca a indústria extrativa mineral - e seus

Acervo ISA

desdobramentos produtivos - como uma das mais promissoras opções de desenvolvimento do Estado. É importante incentivar a exploração de areia, barro, pedra e seixo, além da **modernização do processo de produção de produtos cerâmicos**, que deverá ser implementada com o necessário monitoramento ambiental dessas atividades.

Fomento, Assistência Técnica e Extensão Rural

Reivindicação junto ao Governo do Estado da garantia a prestação de assistência técnica de qualidade aos produtores rurais do Município, através dos seguintes projetos integrados:

- ***Fundo de Aval*** para apoio aos pequenos produtores rurais;

- ***Defesa Sanitária e Produção Animal,*** visando assegurar a defesa sanitária e a inspeção de produtos de origem animal e estimular a expansão e a modernização da produção animal;

- ***Defesa Sanitária e Produção Vegetal,*** com o objetivo de assegurar a defesa sanitária e a inspeção de produtos de origem vegetal e estimular a expansão e a modernização da produção vegetal;

- ***Projeto Tipiti*** - uma iniciativa de apoio e incentivo à produção agrícola em comunidades indígenas, por meio da qual o Governo garante corretivos, fertilizantes, sementes e assistência técnica, beneficiando mais de mil famílias.

EXTRATIVISMO MINERAL e PESCA ARTESANAL

("Agenda Positiva de Roraima" setembro/1999 - MMA/PNUD)

- Monitorar a atividade mineradora, garantindo o reflorestamento da área degradada pela mineração ou o desenvolvimento da cultura agrícola adequada à área em questão.
- Promover o fortalecimento institucional das colônias de pescadores do Estado de Roraima e fomentar a aquicultura.

Mercado

Incentivo aos segmentos de Movelaria e Artesanato

Estabelecimento de política pública para incentivar os setores de movelaria, artefatos de madeira e artesanato, por se tratar de uma vocação sócio-econômica natural, com medidas executivas que promovam a alavancagem dos produtos a exemplo da introdução do artesanato nos eventos festivos do Município, além da sistemática capacitação profissional dos artesãos. A construção do Centro de Esporte, Turismo e Lazer virá ao encontro desses objetivos. Está prevista a **capacitação para a gestão e da mão-de-obra do setor moveleiro, além de ações voltadas para a organização do setor artesanal local**.

Nota: A SUFRAMA/FUCAPI vem desenvolvendo ações no sentido de promover, nacional e internacionalmente, os produtos artesanais amazônicos com a introdução do *design* tropical, ressaltando a "grife amazônica".

Vale salientar que o artesanato é uma das mais expressivas manifestações culturais dos povos indígenas de Roraima. Povos de uma cultura vasta e diversificada, os macuxi, wapixana, ingaricó, taurepang, ianomami e wai-wai têm na produção de cestas, balaios e redes de fibras silvestres e palhas, panelas, vasos e peças de arte de cerâmica e madeira, uma forma de sobrevivência. Seus produtos, com boa aceitação no mercado consumidor, contribuem para a geração de renda e ocupação profissional para as comunidades. O Governo de Roraima, com seus programas sociais, vem fortalecendo as comunidades de forma a torná-las auto-sustentáveis, buscando o desenvolvimento econômico e social, pelo estímulo à diversificação das atividades agropecuárias através da assistência técnica gerencial visando a melhoria do sistema de produção nas comunidades indígenas de Roraima.

Acervo ISA

Ações de Apoio ao Ecoturismo

Segundo o PROVAM (Programa de Estudos e Pesquisas dos Vales Amazônicos), Mucajaí conta com 12 pontos turísticos naturais, que representam 22,4% do total dos atrativos desta natureza catalogados no Estado, dentre os quais destacam-se os seguintes: área de montanhas e serras (Apiaú, Catrimani, e Couto Magalhães); sistema hidrográfico dos rios Mucajaí e Apiaú com inúmeras quedas d'água; serra do Apiaú, no centro do Município; rio Apiaú, onde estão localizadas as quedas d'água do Cachimbo, Missão e Garimpo.

Serra do Apiaú

O **agroturismo,** uma das modalidades do ecoturismo, é também uma opção real, uma vez que integra o cotidiano dos produtores rurais à atividade turística. Com isto a propriedade rural passa a fornecer aos visitantes não apenas lazer, mas também produtos (como queijos e outros derivados do leite, frutas, compotas, doces).

Assim, para promover e dinamizar o desenvolvimento do turismo no Município, será necessário, num primeiro momento, contar com substancial apoio dos poderes públicos municipal e estadual. Para tanto, os programas, projetos e atividades constantes no presente Plano de Desenvolvimento, convergirão para concretização dessa meta, na medida em que os itens a seguir relacionados alcancem os resultados positivos almejados:

- Melhoria da infra-estrutura e sua adequação ao turismo ecotropical, envolvendo os meios de transportes, a hotelaria, a alimentação, a segurança e hotéis de selva (pousadas de selva, como veículo de experiência interativa com a floresta, os rios, a gente da terra), além do folclore, do artesanato e da culinária local.

- Estímulo às manifestações culturais, envolvendo o tratamento artístico das manifestações folclóricas municipais e a teatralização das lendas e mitos da floresta.

- Capacitação de recursos humanos - essencial, não apenas na gestão e execução dos serviços de transporte, hotelaria, alimentação e segurança do turismo, como na capacitação de pessoal para apoio direto ao turista (recepção, guia, informação). O conhecimento de línguas, da natureza e da cultura roraimense é fundamental para as pessoas envolvidas nessas atividades.

Portanto, o elenco das ações que constituem o presente Plano, visando a dinamização dos segmentos sociais, econômicos, institucionais e de infra-estrutura física básica, possibilitará, de maneira direta, a formação do necessário suporte de apoio ao desenvolvimento do turismo ecológico. Assim, a vitalização da infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento do ecoturismo será resultante das ações integradas do Plano, as quais deverão ser complementadas com as seguintes:

- Campanha de divulgação dos atrativos naturais e eventos turisticos do Município;

- Construção da Cidade Cenográfica;

- Incentivo à Formação de Negócios voltados para o Turismo, a exemplo de hotéis e restaurantes, hotel-fazenda, artesanato, trilhas ecológicas, mirante, pesque-pague, área de acampamento (camping);

- **Elaboração do Diagnóstico Turístico de Mucajaí;**

- Preparação de guias para turismo ecológico;

TURISMO

("Agenda Positiva de Roraima" setembro/1999 - MMA/PNUD)

- ❑ Promover o ecoturismo como atividade econômica alternativa ao desmatamento, uma vez que sua matéria-prima é o meio ambiente conservado.
- ❑ Desenvolver o turismo receptivo divulgando os produtos turísticos do Estado.
- ❑ Desenvolver atividades turísticas nas comunidades indígenas.
- ❑ Regulamentar as áreas protegidas para o uso de ecoturismo.

Acervo ISA

- Implantação do "Parque Zôo-Botânico Municipal";
- Criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Comunidade Ativa

PROGRAMAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

Principais entidades de apoio às ações integradas de desenvolvimento que deverão participar da implantação dos Programas:

- Governo do Estado de Roraima:
  - Secretaria de Estado do Planejamento, Indústria e Comércio
  - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento
  - Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos
  - Companhia de Desenvolvimento de Roraima
  - Agência de Fomento do Estado de Roraima
  - Companhia Energética de Roraima
  - Instituto de Terras de Roraima
  - Departamento de Estradas e Rodagens
  - Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
- Prefeitura Municipais
- Ministério da Agricultura
- Ministério da Ciência e Tecnologia
- Ministério do Trabalho
- Comando da Aeronáutica
- Comando do Exército
- Comando da Marinha
- Comunidade Solidária
- UFRR - Universidade Federal de Roraima
- BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BASA - Banco da Amazônia
- CEF - Caixa Econômica Federal
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- INPA - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
- IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

Acervo ISA

- ADA - Agência de Desenvolvimento da Amazônia
- SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus
- SEBRAE, SESI, SENAI, SESC/SENAC
- Entidades Representativas das Classes Empresariais
- Entidades Representativas das Classes dos Trabalhadores
- Organizações Não-Governamentais
- FUNAI - Fundação Nacional do Índio
- FGV/ISAE

Acervo ISA

. Ações para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura Institucional

Além da função de gestor dos recursos da coletividade, o Poder Executivo Municipal passou a atuar também como indutor de oportunidades de desenvolvimento humano, incentivando a implantação de projetos que mobilizem os meios de toda a sociedade e não apenas os da administração pública.

Essa nova função vem acarretando importante reformulação do papel atribuído ao executivo municipal que, além de suas atividades normais nas áreas de infra-estrutura física e institucional, passou também a assumir responsabilidades crescentes nos setores de infra-estrutura social e infra-estrutura econômica. Esta reformulação visa dinamizar a base econômica local a fim de promover a geração de empregos e a elevação do padrão de vida da população.

A figura abaixo, sintetiza as principais responsabilidades do Executivo Municipal:

Desenvolvimento da Infra-estrutura Social:
- Educação
- Saúde e Saneamento
- Habitação e direito à terra
- Promoção e inclusão social *(emprego, renda, associativismo)*

Desenvolvimento da Infra-estrutura Institucional:
- Serviços e medidas governamentais de apoio ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania
- Fomento e crédito

Vitalização da Infra-estrutura Física Básica:
- Transportes
- Energia e Comunicações
- Equipamentos de suporte às atividades de integração sócio-econômica regional

Desenvolvimento da Infra-estrutura Econômica:
- Reeducação para o uso sustentável dos recursos naturais da região
- Implantação de "módulos de produção comunitária", nas comunidades rurais
- Qualificação profissional (produtores, beneficiadores e comerciantes urbanos) respalda nas transferências de conhecimentos já adquiridos pela ciência & tecnologia)

Acervo ISA

Por outro lado, as prefeituras dos pequenos municípios brasileiros, via de regra, apresentam inúmeras limitações operacionais que deverão ser superadas, visando a implantação do processo de desenvolvimento integrado e sustentável. Será necessária, a convergência de esforços das diversas instituições - governamentais e não-governamentais que, em conjunto com o poder público municipal e a população, deverão atuar no apoio à modernização e instrumentalização da gestão das ações municipais, a fim de produzirem os seguintes resultados:

- Modernização do sistema de gestão municipal por meio da capacitação de recursos humanos e da reformulação de métodos administrativos, a fim de que o Município assuma o papel de promotor do processo de Desenvolvimento Integrado e Sustentável, com atuações nas áreas de Infra-estrutura Social, Infra-estrutura Econômica e Infra-estrutura Institucional, em constante interação com a sociedade.

- Melhoria do padrão de vida da população através da implantação de programas, projetos e atividades que promovam e estimulem o desempenho de ocupações coletivas e individuais, voltadas à promoção do desenvolvimento social e econômico, tendo como premissas de sustentação a permanente oferta de oportunidades para qualificação do capital humano e a racional utilização dos recursos potenciais do Município.

- Fortalecimento das atividades econômicas por meio de ações que promovam a agregação de valores econômicos qualitativos e quantitativos à produção local.

- Ampliação das oportunidades de investimentos produtivos através do incentivo às potencialidades econômicas que apresentam aceitação nos mercados local, regional, nacional e internacional.

Acervo ISA

As ações a serem desenvolvidas no período 2001/2004, voltadas para a modernização do processo de Gestão Municipal, serão compostas pela seguinte programação de atividades:

Programa de Qualificação dos Servidores Municipais

O treinamento sistemático dos servidores públicos municipais será um fator fundamental para aperfeiçoar o sistema gerencial da Prefeitura, com a introdução da variável ambiental, para que incorporem essa dimensão em suas ações voltadas para o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a qualificação profissional será direcionada para as seguintes áreas principais:

- Planejamento Municipal, com ênfase nos seguintes temas:

. Elaboração, monitoramento, avaliação e atualização sistemática do Plano de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável (P.D.L.I.S), que deverá ser entendido como uma agenda executiva das ações de desenvolvimento, fomento e ordenamento das múltiplas atividades que se processam no espaço geo-econômico-social do Município. Estas ações deverão estar sintonizadas com as vocações naturais do Município e as formas adequadas de exploração racional, sem depredação do meio ambiente;

. Administração Municipal e Responsabilidade Fiscal;

. Fontes de Financiamento e Captação de Recursos;

. Gestão de Projetos;

. Estatísticas Municipais.

Ao final do treinamento, os servidores deverão estar habilitados para desenvolver as seguintes atividades:

- Elaboração de propostas técnicas para captação de recursos;

- Apoio operacional às ações de planejamento dos órgãos municipais, incluindo a elaboração dos Planos Setoriais Anuais;

- Desenvolvimento de programas de aperfeiçoamento dos recursos humanos do Executivo municipal;

- Articulação dos Programas e Projetos do Plano de Desenvolvimento Municipal com os programas e projetos das outras esferas de governo;

- Implantação e atualização constante de indicadores sócio-econômicos (banco de dados) necessários às ações de planejamento do desenvolvimento;

- Acompanhamento, avaliação e atualização dos objetivos e metas do Plano.

PRINCIPAIS INDICADORES INSTITUCIONAIS

O Poder Executivo do Município está assim estruturado:

- Gabinete do Prefeito
- Secretaria Municipal de Administração
- Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento, Finanças e Meio Ambiente
- Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desportos e Turismo
- Secretaria Municipal de Saúde
- Secretaria Municipal de Obras e Infra-estrutura
- Secretaria Municipal de Agricultura
- Secretaria Municipal de Ação Social
- Secretaria Municipal de Transporte
- Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Pessoal:

- 324 servidores públicos

OBS.: O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal constituída por onze vereadores.

Acervo ISA

- Administração e Finanças:

. Licitações, Contratos e Convênios;

. Prestação de Contas, Gerenciamento Tributário e Orçamentário;

. Gestão Financeira e Orçamentária;

. Contabilidade Municipal;

. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

. Plano de Cargos e Vencimentos;

. Gerenciamento de Recursos Humanos;

. Gerenciamento de Material e Patrimônio.

- Educação e Promoção Social:

. Capacitação de pessoal em Gestão Escolar;

. Capacitação de pessoal em Gestão de Saúde;

. Capacitação de pessoal em Assistência Social.

- Atividades de Apoio Administrativo:

. Capacitação de Secretárias;

. Serviços e Técnicas de Arquivo;

. Relações interpessoais e atendimento ao público;

. Redação Oficial, Protocolo e Serviços Gerais.

(Obs.: todos estes cursos fazem parte do Programa de "Capacitação de Trabalhadores em Gestão Municipal", do ISAE/FGV e estão disponíveis para as Prefeituras).

Programa de Modernização dos Serviços Administrativos

As ações executivas que fazem parte deste Projeto visam organizar e modernizar a estrutura administrativa da Prefeitura, através do aperfeiçoamento do funcionamento interno de todos os órgãos municipais, em face das novas missões que lhes caberão desempenhar.

Fundamentalmente, a nova filosofia de ação a ser implantada deverá ter como princípio o seguinte paradigma: ***"Serviço Público é Servir ao Público".***

Para tanto, serão implementadas as seguintes atividades:

- Redefinição da atuação operacional de cada órgão municipal com vistas a evitar paralelismo de ações e estimular as ações compartilhadas;

- Redefinição do fluxo de tramitação de documentos, com vistas à otimização dos resultados para o público e para a Administração;

- Padronização dos documentos oficiais dos órgãos municipais;

- Informatização dos principais serviços;

- Implantação de Banco de Dados para Planejamento Municipal, composto de:

Acervo ISA

• Estatísticas populacionais • Estatísticas sociais • Estatísticas econômicas

- ***Realização de Concurso Público Municipal,*** visando suprir as necessidades de recursos humanos dos órgãos municipais;

- ***Implantação de instrumentos complementares*** para aumento da eficácia da Gestão Municipal:

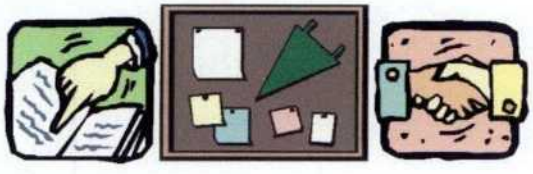
• Normas operacionais para Regularização Fundiária e Uso do Solo;

• Estabelecimento dos Códigos de Postura e Obra;

• Estabelecimento de um sistema de composição de custos de obras e serviços.

Programa de Apoio e Valorização das Empresas do Município

O Programa promoverá a valorização das empresas e empreendedores locais, servindo como um fator de estímulo, a fim de impulsionar a produção rural e urbana, contribuindo para a geração de emprego e renda no Município.



As ações do poder público municipal no sentido de fortalecer economicamente o mercado interno, poderão ser desenvolvidas por meio de diferentes formas, a exemplo das seguintes:

● Simplificação ou eliminação de procedimentos administrativos que dificultem o relacionamento de pequenos empresários com a Prefeitura;

● Terceirização de alguns serviços públicos utilizando pequenas empresas locais.

● Aquisição preferencial de bens e serviços locais;

● Estímulo ao desenvolvimento das empresas de participação comunitária;

● Apoio ao desenvolvimento das atividades artesanais;

● Realização permanente de cursos de capacitação profissional;

● Realização de encontros para difusão de experiências bem sucedidas;

● Promoção de iniciativas vinculadas à agregação de valor na produção local, através de fatores de melhoramento da qualidade;

● Incentivo permanente ao desenvolvimento das atividades voltadas ao turismo ecológico (preservação do patrimônio histórico, proteção do meio ambiente, promoção do folclore e das atividades culturais).

Programa Cidadania Ativa

Através deste Programa, a Prefeitura promoverá um processo de sinergia com a população, visando a implantação da Gestão Municipal Compartilhada, que consistirá na definição dos projetos prioritários a serem executados, assim como no acompanhamento e avaliação dos resultados alcançados, abrangendo as seguintes áreas, dentre as principais:

. *Educação, Saúde e Saneamento*

. *Habitação e regularização fundiária*

. *Programas sociais para crianças, jovens e idosos*

. *Limpeza pública*

. *Energia e Comunicação*

. *Abastecimento alimentar*

Acervo ISA

. *Setores produtivos (produtores urbanos e rurais)*
. *Lazer e Paisagismo*
. *Preservação do patrimônio ambiental, histórico e cultural*
. *Segurança Pública*
. *Sistema viário e Sistema de transportes*
. *Gestão municipal*

Programa Fundiário (Uso e Destinação do Solo)

A política fundiária de Mucajaí será implementada com base na ordenação do espaço municipal, sob os requisitos de uso, parcelamento e ordenamento da ocupação do solo, delimitação e reserva de áreas verdes e controle de edificações.

Durante os próximos quatro anos, serão desenvolvidas, em ação conjunta com o INCRA / ITERAIMA, objetivando a consecução das seguintes metas:

- Formulação, coordenação e execução da política do uso e destinação das terras municipais, tanto na área urbana como na área rural, que serão feitas por meio da administração do patrimônio dominial e de terras devolutas e ainda do estabelecimento de critérios para concessão, utilização, reserva e alienação.

Nesse sentido, as terras devolutas, as áreas desocupadas ou subutilizadas deverão ser, prioritariamente, destinadas aos seguintes usos:

- no meio urbano - para usos residenciais, comerciais e de serviços, mistos, instalação de equipamentos coletivos e áreas verde ou de lazer;

- no meio rural - agroindústria, programas de colonização e reservas de proteção ambiental.

- Consolidação dos projetos de assentamentos com vistas ao desenvolvimento sustentado do Município, valendo destacar que as ações de política agrícola e fundiária deverão ser compatibilizadas com as de reforma agrária, envolvendo demarcação topográfica e titulação.

- Aceleração do processo de demarcação das terras indígenas, buscando solucionar o problema do pagamento das indenizações de benfeitorias, discutindo com as comunidades a regulamentação das atividades econômicas de terceiros em terras indígenas, além de promover a desintrusão das terras invadidas, reassentando comunidades tradicionais que tenham direito de posse.

Estatuto da Cidade

As atribuições do poder público municipal foram expandidas após a promulgação da Constituição Federal. Nela, o Município ganha destaque na organização político-administrativa do país, sendo dotado de autonomia política, administrativa, financeira e legislativa. As possibilidades de ação do poder público municipal, com a vigência do Estatuto, se ampliam e se consolidam.

O Município, portanto, é responsável por formular a política urbana e fazer cumprir, as funções sociais da cidade, possibilitando acesso e garantindo o direito, a todos que nela vivem, à moradia, aos serviços e equipamentos urbanos, ao transporte público, ao saneamento básico, à saúde, à educação, à cultura e ao lazer, todos eles direitos intrínsecos aos que vivem na cidade.

Dentre os temas mais importantes, o Estatuto da Cidade trata da **usucapião especial de imóvel urbano**, regulamentando o artigo 183 da Constituição Federal, que estabelece a aquisição de domínio para aquele que possuir área ou edificação urbana de 250 metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, com a ressalva de que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. Onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, poderá ocorrer a usucapião coletiva, desde que os possuidores também não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.

Programa de Melhorias Habitacionais

- Execução de política habitacional. Essa política certamente envolverá consideráveis subsídios governamentais, soci-

Acervo ISA

almente justificáveis naquelas situações de carência crítica e no contexto dos programas integrados de combate à pobreza, via promoção social das próprias camadas carentes.

Programa de Comunicação & Marketing

É um mecanismo para atender a administração municipal, que deverá oferecer assessoria de imprensa, programação visual, realização de campanhas institucionais e promocionais, organização e divulgação de eventos. Deverá cuidar ainda da produção de impressos gráficos, vídeos e materiais diversos de propaganda, elaboração de cartilhas, jornais e publicações, dentre outros.

A Comunicação & Marketing é fundamental na difusão dos diversos projetos da administração visando atingir maior respaldo para as ações ligadas ao desenvolvimento do Município.

Este segmento poderá viabilizar recursos através do setor privado para realização de eventos permanentes e sazonais, dentre outras atividades.

Nesse sentido, as diretrizes básicas que orientarão o presente Programa são as seguintes:

- Inserção do Município na agenda dos meios de comunicação através da divulgação dos seus principais potenciais naturais, econômicos e culturais, destacando as oportunidades de investimentos;

- Participação do Município nos eventos de divulgações sócio-econômicas (feiras, exposições etc.);

- Promoção sistemática de encontros que possibilitem a difusão, no meio da população, de experiências bem sucedidas nos diversos campos de atividades;

- Encaminhamento de informações e visitas sistemáticas a dirigentes de entidades públicas e privadas, a fim de divulgar as potencialidades econômicas do Município.

- Divulgação de linhas de financiamento para Micro e Pequenas Empresas.

AGENDA DE ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Além de sua tradicional função de gerir de forma eficiente os recursos da coletividade, o Prefeito também atua como um motivador de oportunidades, por ser o líder na implantação de projetos que mobilizam os meios de toda a comunidade e não apenas os da Administração Pública.

Tal situação acarreta uma importante reformulação do papel atribuído ao Executivo Municipal que, além de suas atividades normais nas áreas de infra-estrutura física (conservação das vias públicas, trânsito e limpeza urbana), passa também a assumir responsabilidades crescentes nos setores de educação, saúde, alimentação, habitação, saneamento e geração de empregos, a partir da dinamização da base econômica do Município.

1. GESTÃO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO:

Como Chefe do Executivo municipal, cabem-lhe, sobretudo, as funções de planejar, comandar, coordenar, controlar e manter contatos externos.

Acervo ISA

- ***Planejar*** consiste em escolher, dentre as alternativas possíveis, os objetivos, as diretrizes, os programas e os meios mais adequados para a realização dos mesmos;

- ***Comandar*** é dar ordens, o que o Prefeito faz principalmente por intermédio de regulamentos, instruções, ordens de serviços, portarias e outros atos semelhantes, que deverão ser claros e objetivos;

- ***Coordenar*** é harmonizar a ação dos diversos órgãos, serviços e atividades da ação municipal, a fim de se conseguirem os objetivos desejados. A coordenação evita os conflitos entre serviços e programas, a duplicação e a dispersão de esforços. Havendo planejamento, a coordenação se torna mais fácil, pois os objetivos, os meios e os programas já foram previamente definidos.

- ***Controlar*** é verificar se as ordens foram cumpridas. A função de controlar completa a de comandar. Pouco adianta dar ordens, se o seu fiel cumprimento não for verificado. Pela sua própria natureza, o controle deve ser exercido permanentemente e não de maneira esporádica.

- ***Manter contatos externos*** é função que decorre principalmente do caráter democrático da investidura no cargo de Prefeito. Eleito pelo povo, simbolizando, de certo modo, as aspirações da maioria que o elegeu, assume o Prefeito a responsabilidade de dialogar com o povo, para continuar sentindo as suas aspirações e suas necessidades e para lhe dizer dos problemas, das dificuldades e dos meios e formas que encontra para atendê-las.

GESTÃO AMBIENTAL, CONTROLE DE INCÊNDIOS E QUEIMADAS

(Da "Agenda Positiva de Roraima" setembro/1999 - MMA/PNUD)

- Treinar as comunidades rurais e indígenas para a realização de queimadas comunitárias, através de cursos em todos os assentamentos e áreas indígenas em parceria com instituições governamentais e não-governamentais.
- Desenvolver trabalho preventivo para evitar incêndios de grandes proporções, com a parceria da sociedade civil.
- Criar novas brigadas de combate ao incêndio de caráter voluntário e fortalecer e equipar as existentes, assegurando ajuda de custo no período de estiagem.
- Viabilizar a participação paritária das organizações dos produtores rurais (especialmente agricultores familiares), indígenas e municípios, no Comitê de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais para o planejamento e aplicação dos recursos do MMA.

2. Mobilização dos Agentes de Desenvolvimento Local:

O processo de desenvolvimento local integrado e sustentável requer a presença de agentes de desenvolvimento governamentais, empresariais e da sociedade civil, todos em constante interação, com vistas a promover uma constante retroalimentação do processo. É a premissa do planejamento estratégico e participativo do qual devem fazer parte os seguintes agentes:

- *Órgãos do Governo municipal e das esferas estadual e federal;*

- *Instituições representativas (Associação dos Produtores Rurais; Associação dos Apicultores; Associação dos Pescadores; Associações de Pais e Mestres; Associação das Donas de Casa e Associação das Costureiras)*
- *Trabalhadores e sindicatos;*
- *Instituições educacionais e científicas.*

Assim, o gerenciamento do presente Plano de Desen-

PLANO DE METAS DO GOVERNO DO ESTADO

(Principais Ações Programáticas)

Desenvolvimento da Infra-estrutura Social:
- Qualificação profissional dos professores (Ensinos Fundamental e Médio)
- Redução do analfabetismo
- Redução da evasão escolar
- Aumento do número de vagas na rede de ensino
- Introdução da Informática na Educação
- Implantação de programa de conscientização ambiental na rede estadual de ensino e associações de bairro

- Treinamento técnico do profissional da saúde
- Implantação e operacionalização do novo modelo organizacional e gerencial para o Sistema Estadual de Saúde
- Redução da mortalidade infantil
- Combate à malária
- Imunização (vacinação)

(continua) →

Acervo ISA

volvimento possibilitará que o chefe do Executivo municipal exerça, de forma eficiente, uma "gestão de qualidade" onde todos os segmentos da sociedade considerem-se co-participantes dos resultados positivos que serão buscados visando o bem comum.

3. Agenda de Ações Reivindicativas

Além dos programas anteriormente enunciados, o Prefeito deverá manter contatos com instituições estaduais e federais, com vistas a reivindicar ações concretas para a solução de problemas que extrapolam a competência municipal, a exemplo dos seguintes:

- Segurança Pública - Melhoramento e aparelhamento *(comunicação, informatização e viaturas)* das instalações físicas e do efetivo da Polícia Militar. Igualmente importante é a instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros.

- Estabelecimento de políticas diferenciadas de juros para o setor extrativista, além da implantação, através do terceiro setor e/ou da Agência de Fomento do Estado, de ações de micro-crédito.

- Adequação da linha de financiamento do PRODEX (Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo) à realidade das populações extrativistas, incluindo as indígenas, adequando-lhes os encargos à renda e possibilitando investimentos em infra-estrutura..

- Elaboração de leis específicas para regulamentar o funcionamento das indústrias que trabalham com matéria-prima regional, além da aplicação dos recursos do fundo de reposição florestal obrigatória, como manda a legislação, de modo a incentivar o reflorestamento.

- Elaboração de leis que considerem o manejo florestal como atividade produtiva, para efeito de regularização fundiária, reduzindo o ICMS de produtos florestais originários de área de manejo legalmente registradas.

- FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações: Este fundo, criado pelo governo federal (Decreto 3.624 de 05/10/2000 - Lei 9.998 de 17/08/2000), estabelece que as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, encaminhem 1% da receita bruta mensalmente à ANATEL. Sua finalidade é o atendimento de *comunidades de baixo poder aquisitivo* na implantação de serviços telefônicos, redes digitais, Internet, serviços de TV por assinatura em estabelecimentos de ensino, bibliotecas e instituições de saúde.

(continuação)

- Recuperação e aparelhamento de unidades de saúde

- Ampliação da rede de esgoto sanitário
- Expansão da rede de abastecimento d'água
- Expansão da rede de distribuição
- Drenagem e desobstrução da rede de esgoto pluvial

- Redução do índice de mortalidade por acidentes de trânsito
- Repressão ao tráfico de drogas
- Aumento da eficiência da ação policial
- Aumento do policiamento
- Construção do IML
- Apoio aos migrantes
- Construção de habitações populares
- Programa de assistência social à família de baixo poder aquisitivo
- Centros sociais e recreativos
- Associações de moradores
- Clube de mães
- Atendimento a menores carentes
- Centro de convivência para idosos
- Centro de Produção Comunitária
- Programa Balcão de Ferramentas
- Cursos profissionalizantes aos carentes
- Cursos de qualificação de trabalhadores
- Seguro desemprego

Infra-estrutura Econômica:
- Implementação de programa de treinamento p/ produtores assentados em áreas agrícolas
- Implementação de programas de açudagem com piscicultura consorciada
- Incentivos para aumento da produção de grãos
- Incentivos para melhoria da qualidade do rebanho bovino
- Sementes e fomento da atividade agrícola
- Assistência técnica e extensão rural
- Implantação de Central de Abastecimento e Comercialização
- Implantação de pólos de produção (Grãos; Hortigranjeiros; Pecuários; Madeireiro/Moveleiro
- Desenvolvimento de comunidades indígenas
- Desenvolvimento de comunidades rurais
- Projeto de manejo florestal
- Programa de fortalecimento da indústria familiar
- Apoio ao desenvolvimento de atividades turísticas
- Construção / melhorias de estradas
- Eletrificação rural
- Linhas de transmissão

Ciência & Tecnologia:
- Efetivação do PED
- Pesquisa e extensão (convênios c/ EMBRAPA, INPA, MIRR, UFRR)
- Estudos, pesquisas e difusão de conhecimento da área de biotecnologia
- Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico

Acervo ISA

4. Gerenciamento do Plano (Monitoramento e Avaliação)

I. O capital humano é o recurso básico e fundamental do Processo de Desenvolvimento. Nesse sentido, **o homem é o meio e o fim dos objetivos e metas deste Plano de Desenvolvimento Sustentável**. Os demais recursos são instrumentos coadjuvantes do processo;

II. O Desenvolvimento Sustentável deve ser entendido como a constante geração de oportunidades para o exercício da cidadania. Nesse sentido **as ações gerenciais aqui recomendadas buscarão remover os fatores de exclusão social dos segmentos mais fracos da população** , através de atuações efetivas voltadas à oferta de educação, qualificação profissional, produção/emprego/renda, saúde e infra-estrutura ambiental;

III. A avaliação dos objetivos e metas a serem atingidos pelo Plano não deve residir apenas na questão de **medir o quanto será produzido a mais no Município** e sim, essencialmente, **aferir como as pessoas ampliarão as suas oportunidades de elevação do padrão de vida**, tendo como referencial a superação das suas necessidades de progresso pessoal;

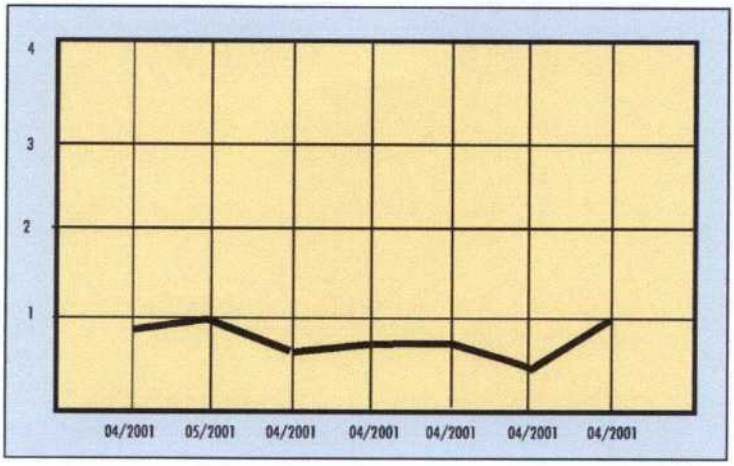
IV. A população tem que ter nítida consciência das potencialidades sócio-econômicas, culturais e ambientais do Município e dos fatores que emperram o acesso à exploração racional dessas potencialidades. Nesse sentido, as ações capazes de superar essas necessidades, apontadas no Plano, deverão ser objeto de constante participação popular, tanto como foi durante a fase de elaboração, como deverá ser nas fases de implantação, monitoramento e avaliação dos resultados a serem alcançados. Afinal, a população é, por definição, co-partícipe de todo o processo de desenvolvimento sustentável a ser desencadeado.

5. Total de Investimentos Projetados para o período 2001/2004

Investimentos Projetados (2001 - 2004) - em R$ 1,00	
. Infra-estrutura Social	3.842.000,00
. Infra-estrutura Econômica	1.695.000,00
. Infra-estrutura Física	5.190.000,00
. Infra-estrutura Institucional	565.000,00
TOTAL	11.300.000,00
Fontes:	
. Governo Municipal	9,0 %
. Governo Estadual	40,0 %
. Governo Federal	50,0 %
. Outras	1,0 %

Acervo ISA

Variação percentual do custo médio do m² da construção civil em Roraima



1. Custo médio da construção por metro quadrado (R$ 1,00) - outubro/2001

Brasil	348,43
Norte	345,06
Roraima	430,06

2. Custo médio da construção por metro quadrado em Roraima (R$ / m²) - outubro/2001

(Padrão de acabamento = Normal)

Casa popular, 1 pavimento, varanda, sala, 2 quartos, circulação, banheiro e cozinha	430,06
Casa popular, 1 pavimento, sala, 2 quartos, circulação, banheiro e cozinha	499,73
Casa residencial, 1 pavimento, varanda, sala, 2 quartos, circulação, banheiro, cozinha, área de serviço, quarto e WC de empregada	498,66
Casa residencial, 1 pavimento, varanda, sala, 3 quartos, circulação, banheiro, lavabo, cozinha, área de serviço, quarto e WC de empregada	426,06
Casa residencial, 1 pavimento, varanda, sala, 4 quartos, circulação, 2 banheiros, cozinha, área de serviço, quarto e WC de empregada	405,06

3. Custo médio da mão-de-obra da construção civil em Roraima (R$/hora) - outubro/2001

Carpinteiro de formas	2,64
Eletricista	2,79
Mestre	5,36
Pedreiro	2,64
Pintor	2,64
Servente	1,69

4. Composição de custos envolvendo mão-de-obra, serviços, equipamentos, material e transporte (R$ 1,00)

- Escola equipada (madeira - zona rural)	38.000,00
- Posto de Saúde equipado	70.000,00
- Poço artesiano completo	55.000,00
- Módulo sanitário domiciliar (mod. FUNASA)	700,00
- Aterro Sanitário (10 mil - 30 mil hab.)	300-550.000,00
- Pavimento rígido (plataforma de 6,0 m)	280.000,00 / km
- Pavimento flexível (plataforma de 6,0 m)	150.000,00 / km
- Meio-fio e sarjeta	15.000,00 / km
- Abertura de vicinal	30.000,00 /km
- Patrulha mecanizada padrão	550.000,00 / pat.
- Terminal e entreposto pesqueiro (mod. SUFRAMA)	950.000,00 / un.
- Barco *("voadeira")*	15.500,00 / un.
- Barco p/ transporte escolar	12.500,00 / un.
- Barco-Hospital equipado	700.000,00 / un.

Acervo ISA

PROGRAMAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA INSTITUCIONAL

Principais entidades de apoio ao desenvolvimento de ações institucionais que deverão participar da implantação dos Programas:

- Governo do Estado de Roraima:
  - Secretaria de Estado da Adminstração
  - Secretaria de Estado da Fazenda
  - Secretaria de Estado do Planejamento, Indústria e Comércio
  - Secretaria de Estado de Segurança Pública
  - Procuradoria Geral do Estado
  - Coordenadoria de Comunicação Social
- Prefeituras Municipais
- Ministério do Planejamento e Orçamento
- Ministério da Fazenda
- Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
- Ministério da Justiça - Polícia Federal
- Ministério do Meio Ambiente
- Ministério das Relações Exteriores
- Comando da Aeronáutica
- Comando do Exército
- Comando da Marinha
- Comunidade Solidária
- UFRR - Universidade Federal de Roraima
- ADA - Agência de Desenvolvimento da Amazônia
- SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis
- SEBRAE, SESI, SENAI, SESC/SENAC
- BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CEF - Caixa Econômica Federal
- Entidades Representativas das Classes Empresariais
- Entidades Representativas das Classes dos Trabalhadores
- Organizações Não-Governamentais
- FUNAI - Fundação Nacional do Índio
- FGV/ISAE

Acervo ISA

PARTE III

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

. Oportunidades de Investimentos com Base no Potencial Econômico do Estado.

- Potencial Econômico
- Segmentos Produtivos Prioritários
- Fomento a Projetos de Infra-estrutura Econômica e Social
- Ações Integradas Vinculadas aos Projetos de Desenvolvimento
- Incentivos Fiscais e Financeiros
- Informações Complementares

. Programação Operacional do Programa Calha Norte.

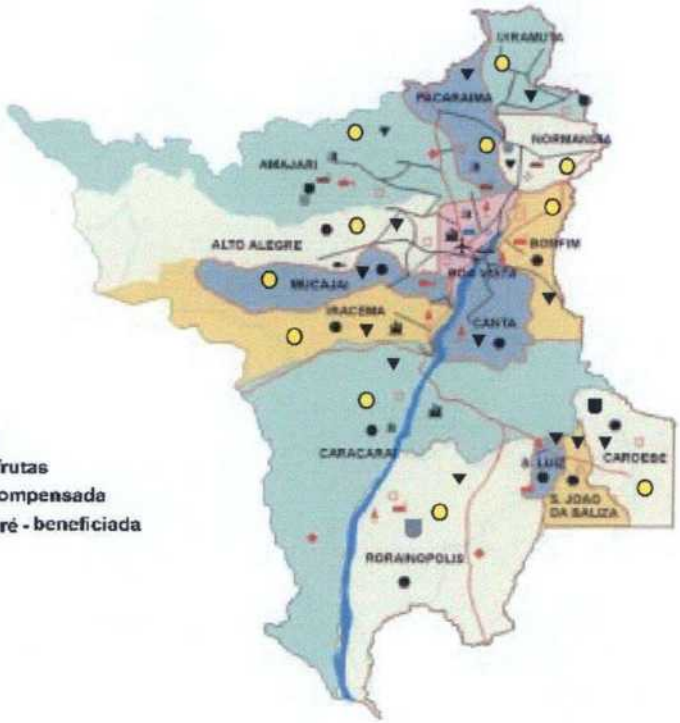
Acervo ISA

Oportunidades de Investimentos com Base no Potencial Econômico do Estado

Fontes : **"Potencialidades do Estado de Roraima"** (Síntese dos Resultados) - SUFRAMA/FGV/ISAE ;
"Política de Apoio ao Investimento Produtivo" - SEPLAN/RR.
"Plano de Desenvolvimento Ambientalmente Sustentável da Área de Influência da BR-174" - SEPLAN/RR .

Potencial Econômico

- Café
- Indústria oleiro-cerâmica
- Frigorífico
- Fruticultura
- Guaraná
- Grãos (arroz irrigado)
- Pesca artesanal
- Piscicultura
- Óleo de dendê
- Indústria de amido de mandioca
- Indústria de processamento de frutas
- Indústria de madeira laminada/compensada
- Indústria de madeira serrada e pré - beneficiada
- Movelaria
- Soja
- Turismo ecológico
- Extrativismo mineral



RESTRIÇÕES:

1. Os Campos de Rio Branco apresentam uma baixa fertilidade natural e longo período de seca. Entretanto, com o uso de adubos e irrigação, essa área poderá ser utilizada para culturas anuais de ciclo curto;

2. As Várzeas podem ser aproveitadas para culturas irrigáveis;

3. As Serras do extremo norte têm fortes restrições ao uso agrícola em função de pequena profundidade dos solos, pedregosidade e relevo montanhoso;

Quanto à situação física e de ocupação das terras no Estado, o trabalho desenvolvido pelo Radam Brasil destacou:

a) 34% (84.000 km²) são terras inaptas ao uso agrícola e pastoreio extensivo;

b) 7% (17.000 km²) são inaptas ao uso agrícola, mas aproveitáveis para pastoreio extensivo em sistema primitivo;

c) 41% (101.000 km²) são regulares para agricultura no sistema desenvolvido;

d) 0,7% (1.700 km²) são regulares para a agricultura no sistema primitivo.

Acervo ISA

Segmentos Produtivos Prioritários

O Estado de Roraima, por se localizar parcialmente nos hemisférios Norte e Sul, apresenta vantagens comparativas bem diferenciadas, no que se refere à produção agrícola, pois pode produzir, em épocas diferentes da Amazônia localizada ao sul do Equador, grãos - inclusive produção de sementes – e outras culturas, com possibilidades de suprir o mercado dos demais Estados brasileiros, na entresafra destes, podendo alcançar preços bastante atraentes.

Para dar oportunidade de atração de investimentos para Roraima, quatro grandes rumos orientam aa ações do Governo de Roraima:

1 - ações integradas voltadas para os setores produtivos;

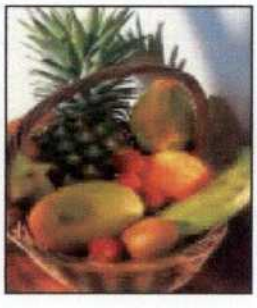
2 - ação estruturadora, através da consolidação e ampliação da infra-estrutura e desenvolvimento institucional;

3 - integração produtiva, através da consolidação da matriz produtiva; revisão das estruturas fiscais, extra-fiscais e creditícias; e reestruturação das atividades econômicas regionais, dinamizadas pelos eixos: Saída Sul – área de influência da BR-174, no trecho divisa de Roraima com o Estado do Amazonas até Boa Vista; Saída Norte – pela BR-174, no trecho entre Boa Vista e Pacaraima, divisa com a Venezuela; Saída Nordeste – BR – 401, no trecho entre Boa Vista – Normandia – Bonfim, divisa com a Guiana e sua ligação através do Arco Norte, com Paramaribo, Guiana Francesa e o Estado do Amapá;

4 - integração social, através de promoção de oportunidades para o fortalecimento e geração de novos empregos; modernização da infra-estrutura social; e demografia e aspectos fundiários.

Nesse sentido, os Projetos prioritários direcionados para desenvolvimento sócio-econômico, resultantes da integração das ações acima citadas, estão a seguir especificados:

Agroindústria de Frutas Tropicais



A produção de frutas é uma atividade altamente rentável e que promove a fixação do homem no campo. Pelas suas condições edafoclimáticas favoráveis ao cultivo da manga e do abacaxi nos cerrados e cupuaçu nas áreas de mata, e pela sua privilegiada localização geográfica, o Governo do Estado pretende incentivar, apoiar e promover ações que possam desenvolver a agroindústria de frutas tropicais, através da internalização das atividades produtivas, fortalecendo as comunidades rurais.

O projeto deverá envolver produtores de 12 municípios do Estado:

- Manga: Boa Vista, Bonfim e Normandia;-
- Abacaxi: Alto Alegre, Mucajaí e Cantá;
- Cupuaçu: Rorainópolis, Caroebe, São Luiz, São João da Baliza e Caracaraí), abrangendo as áreas de cerrado localizadas ao Norte e áreas de mata (já desmatadas) ao Sul.

Piscicultura e Pesca Artesanal

A piscicultura desponta como alternativa econômica para os Estados da região Norte, e tem reflexos sociais importantes por ser geradora de receita local e contribuir para a criação de empregos.

O projeto será desenvolvido na área central do Estado, envolvendo os Municípios de Boa Vista, Mucajaí, Alto Alegre, Iracema e Cantá, visa criar condições para o desenvolvimento da piscicultura intensiva no Estado.

Apesar da diversidade da ictiofauna na Amazônia, apenas 36 espécies são comercializadas, das quais somente dezoito apresentam produção significativa. Dentre estas destacam-se as relacionadas a seguir e que são recomendadas como espécies potenciais para a piscicultura: Matrinxã (*Brycon cephalus*); Tambaqui (*Colossoma macropomum*); Curimatá (*Prochilodus nigricans*); Pirarucu (*Arapaima gigas*); Pirapitinga (*Piaractus brachyponius*);

Acervo ISA

Acará-açu (*Astronotus ocellatus*) e Aracu (*Leoporinus spp*); além de peixes de couro em geral (*cat fish*)

Existem diversos fatores que favorecem a sólida rentabilidade da piscicultura: clima de alta temperatura que favorece o crescimento dos peixes, espécies nativas que atingem grande tamanho na etapa adulta, variedade e custo de insumos disponíveis para alimentação.

Quanto à pesca artesanal, estimativas realizadas apresentam um consumo anual do Estado da ordem de 2.472 toneladas. Uma melhoria nas técnicas de captura, transporte e conservação do pescado, possibilitará o aumento da produção do Estado.

Agroindústria de Amido de Mandioca

A mandioca é cultura tradicional no Estado de Roraima, como em toda a Amazônia. O principal destino da mandioca produzida é a preparação de farinha e goma, de forma artesanal. A produção de amido de mandioca, de forma industrial, abre novas perspectivas de incremento da área plantada, com o conseqüente aumento na geração de emprego e renda.

O Projeto tem características demonstrativa e será desenvolvido através da instalação de cinco fábricas de amido de mandioca, nos municípios de Iracema, Mucajaí, Caracaraí, Alto Alegre e São Luiz do Anauá, as quais serão geridas por Cooperativas e/ou Associações de pequenos produtores rurais. A meta principal por projeto é criar condições para que os produtores do Estado possam iniciar uma atividade rentável.

Grãos (arroz, milho e soja)

A produção de grãos será direcionada para as áreas de influência das rodovias federais BR-174, BR-210 e BR-401, principalmente nos municípios de Normandia, Amajari, Bonfim, Boa Vista, Alto Alegre, Mucajai e Cantá. Iniciará com plantio de 67 mil há no ano 2000 e, após 4 anos, deverá alcançar uma área plantada de 212.500 há, com uma produção de 710.200 toneladas de grãos, a partir de 2003.

Ecoturismo

O turismo apresenta-se como oportunidade de desenvolvimento para o estado de Roraima, por ser uma atividade com imenso potencial que proporcionará a sustentabilidade requerida pelo ecoturismo com o novo paradigma que redirecionará a economia regional rumo à prosperidade.

A área de atuação do projeto é o Pólo Turístico Norte de Roraima, abrangendo os Municípios de Amajarí, Boa Vista, Pacaraima, Normandia e Uiramutã.

Metas para esses municípios:

- Implantação de sete áreas protegidas para o turismo (Parque de Pacaraima, Parque Municipal do Tepequém, Parque Fluvial de Uraricoera, Parque Fluvial do rio Branco,Parque Fluvial do Cauamé, Orla de Boa Vista e Sítios Arqueológicos da Pedra Pintada);

- Ampliação da infra-estrutura de atendimento nos Centros de Visitantes da fronteira Brasil/ Venezuela e de Jundiá;

- Implantação e operação de Planos Municipais de Manejo de Lixo; e

- Implantação de Planos Municipais de Urbanismo.

Potencial Madeireiro

- ***Pré-beneficiamento***

Em Roraima, há predominância de serrarias concentrando suas atividades na capital mas existem também serrarias em vários municípios do Estado. Em Boa Vista há cerca de 8 empresas, sendo 6 de pequeno e médio portes e 2 consideradas de grande porte, com uma estrutura de produção e comercialização considerada de boa qualidade. Muitas destas empresas conjugam outras atividades como carpintaria, cerâmica e fábrica de móveis.

No Estado, existem 13 empresas formais, produzindo basicamente pranchões, pranchas e outras madeiras serradas e perfiladas. A concentração da produção dá-se nos municípios de Boa Vista e Mucajai, com amplo mercado (local, regional e extra-regional).

Estudos desenvolvidos pelo Governo de Roraima selecionaram 28 áreas potenciais que abrangem uma superfície de 48.419 km² ou 21% do total da bacia do Rio Branco.

Acervo ISA

- Movelaria

O segmento moveleiro está distribuído espacialmente em todo o Estado, sendo este o que possui o maior número de empresas (36,51% do universo industrial do Estado). É um setor que possui um enorme potencial de mercado, no seu grau de aderência e em sua capacidade de fomentar novos talentos empresariais.

Atualmente, existem 19 empresas formais e 37 empresas informais que atendem apenas ao mercado local, basicamente a cidade de Boa Vista, no qual possuem reduzida participação. Considerando as condições de produção vigente, o aumento da participação ocorrerá a partir da melhoria na qualidade, treinamento, acabamento, preços competitivos, financiamento e incentivos à atividade, fatores que possibilitarão a geração de novos empregos e incremento da renda estadual.

Potencial Madeireiro das Florestas e Proporção das Florestas sob Parques e Reservas

APTIDÃO MADEIREIRA		SUPERFÍCIE TOTAL	PARQUES E RESERVAS
Volumetria	Hectares	%	Hectares
ALTA (F)	514.800	2,20	72.736
MÉDIA (f)	9.934.335	43,20	1.277.820
BAIXA (*)	12.561.259	54,60	1.233.944
TOTAL	**23.010.400**	**100,00**	**2.584.500**

Notas: (F) - Floresta densa > 150 m³/ha; (f) - Floresta densa de 80 a 150 m³/ha. (*) - Volumetria inferior a 80 m³/ha

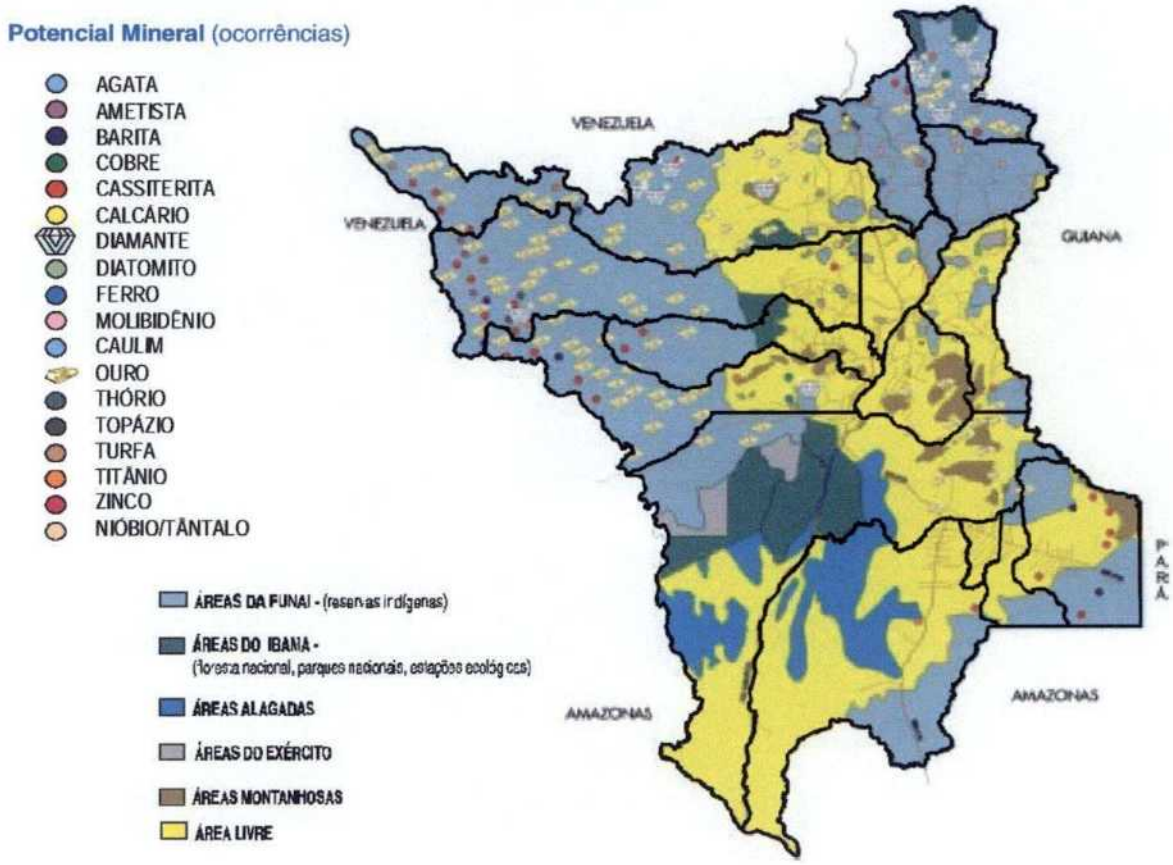
Oleiro-Cerâmico

O mercado de produtos cerâmicos de Roraima tem peculiaridades em relação ao do resto da Amazônia, pois depende excessivamente do nível de investimentos do setor público. Sendo um Estado criado recentemente é enorme a quantidade de obras públicas, impulsionando o setor de construção civil e consequentemente, a demanda de produtos oleiro-cerâmicos.

Considerando que, tanto o governo como o setor privado continuam alavancando a atividade de construção civil do Estado, dada a estabilização econômica nacional e a conclusão da rodovia que liga Roraima a Venezuela, é possível concluir que ocorrerá incremento na demanda dos produtos fabricados pelo setor em pauta. O fundamental será atender as necessidades da demanda, não apenas em quantidade, mas também em qualidade.

O mercado não é totalmente abastecido, devido à sazonalidade da extração da matéria-prima e problemas técnicos de transporte e produção; mas existe um potencial de produção de outros produtos simples (como cerâmicas e ladrilhos), de amplo uso na construção civil e que hoje em dia são importados de outros Estados.

Acervo ISA



Ações Integradas Vinculadas aos Projetos de Desenvolvimento

1. Instrumentos de Suporte para Implementação do Programa de Atração de Investimentos.

a - Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI, Criado pela Lei n.º 232 de 30/09/1999.

Objetivo: Assegurar à empresas industriais e agroindustriais incentivos fiscais, financeiros e extra-fiscais à implantação, relocalização, ampliação, diversificação e modernização.

Órgãos Estaduais: Secretaria de Planejamento, Secretaria da Fazenda, Agência de Fomento.

Obs.: Cerca de 45 projetos já foram aprovados pelo Conselho do FDI.

b - Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Roraima – FUNDER, regulamentado pelo Decreto n.º 4169-E, de 09/02/2001.

Objetivo: Contribuir para o crescimento da economia estadual, mediante incentivo financeiro e o financiamento de investimentos para implantação e expansão de empreendimentos, sobretudo a pequena produção e autônomos.

Órgãos Estaduais: Secretaria de Planejamento, Indústria e Comércio, Secretaria da Fazenda, Secretaria de Agricultura, Secretaria do Trabalho e Agência de Fomento.

c - Fundo Estadual de Aval, criado pela Lei n.º 202, de 09/06/1998.

Objetivo: Cobrir mediante operações garantidas pela concessão de aval junto a instituições financeiras oficiais no âmbito de atuação do Estado, tendo como beneficiários, produtores rurais, pequenas e micro empresas, associações e cooperativas.

Órgãos Estaduais: Secretaria de Planejamento, Indústria e Comércio, Secretaria da Fazenda e Agência de Fomento.

Obs.: Estão sendo beneficiados produtores de mel integrantes do Projeto Rainha.

Acervo ISA

Lei n.º 215 de 11/09/1998, dispõe sobre os incentivos estaduais a empreendimentos agropecuários participantes do Projeto "Grão Norte".

2. Conclusão do Projeto de Zoneamentos Ecológico-Econômico.

Objetivo: Executar estudos regionais dos meios físico-biótico e sócio-econômico na escala 1:250.000 na área de influência das BR's 174, 210 e 401 no Estado de Roraima.

Órgãos Envolvidos na Execução: SUFRAMA, Governo Estadual, PPG-7 e CPRM, mediante convênio.

Valor Total: R$ 3.138.081,00

3. Implementação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT.

Objetivo: Implementar ações e descentralizar para o fortalecimento do turismo em municípios enquadrados no PNMT.

Metas:

- Qualificação de Recursos Humanos;
- Realização de Inventários e Diagnósticos de Potencialidades;
- Formulação de Planos de Desenvolvimento.

Órgãos Envolvidos: EMBRATUR, Governo Estadual, Governos Municipais e Setor Privado.

4. Implementação do Programa AGRORENDA - Fruticultura e Produção de Mel.

Objetivo: Desenvolver a fruticultura estadual e promover o fortalecimento do pequeno produtor rural.

Metas:

- Qualificação de Recursos Humanos, envolvendo cerca de 50 associações de produtores;
- Assistência técnica a cerca de 4.500 produtores;
- Financiamento a 1.000 projetos.

Órgãos Envolvidos: Ministério da Agricultura, Governo Estadual, Prefeituras Municipais, SEBRAE e Associações de Produtores.

Recursos Estimados: R$ 10.000.000,00

5. Fomento a Projetos de Reflorestamento do Estado de Roraima.

Objetivo: Recuperação de áreas degradadas (mecanização de 3 a 5 há por produtor) par utilização mais racional dos lotes em projetos de assentamento / reassentamento. Vinculação com projetos de desenvolvimento: Fruticultura.

Órgão: Ministério do Meio Ambiente

Recursos: R$ 790.000,00

6. Projeto de Mecanização Agrícola (Aquisição de Patrulhas Mecanizadas).

Objetivo: Mecanização agrícola, conservação de vicinais e recuperação de áreas degradasl no Estado de Roraima. Vinculação com projetos de desenvolvimento: Fruticultura e Pequena Produção.

Órgão: Ministério da Agricultura e Abastecimento

Recursos: R$ 3.000.000,00

Fomento a Projetos de Infra-estrutura Econômica e Social

1. Construção da Rede de Transmissão de Energia de Alta Tensão para atender o Projeto Passarão e produtores rurais ao longo da RR – 319 com 39,5 km de 69 kv. (2001) - (Município: Boa Vista - Investimentos R$ 2.386.541,96) - *Atende aos Projetos Grão e Fruticultura;*

- 34,5 km de rede na tensão 13,8 kv e sub-estação rebaixadora de 69 kv para 13,8 kv na sede do Projeto Passarão (2001) - (Município: Boa Vista - Investimentos R$ 3.026.249,52) - *Atende aos Projetos Grão e Fruticultura.*

2. Construção de Silos para armazenamento de grãos para atender Projeto " Grão Norte" com capacidade para 50.000 ton (2001) - (Município: Boa Vista - Investimentos R$ 11.586.740,53) - *Está vinculado à implantação do Projeto de Desenvolvimento da Cultura de Grãos no Estado (projeto "Grão Norte"), incorporando 200.000 ha de cerrado ao processo produtivo.*

3. Implantação de infra-estrutura básica do Distrito Industrial de Boa Vista, sendo:

- Conclusão da 2ª etapa (2001) - (Município: Boa Vista - Investimentos R$ 2.750.000,00).
- Implantação da 3ª etapa (2002) - (Município: Boa Vista - Investimentos R$ 4.700.000,00).

Está vinculado à consolidação dos Projetos de Desenvolvimento Grãos e Fruticultura e Pisicultura.

Acervo ISA

4. Construção e Equipamento do "Centro de Produção e Comercialização do Artesanato Indígena de Roraima" (2001) - (Município: Boa Vista - Investimentos R$ 772.200,00) - *Está vinculado ao Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo.*

5. Mecanização Agrícola – aquisição de Patrulha Mecanizada para os Municípios (2001) - (Investimentos R$ 3.973.126,87).

6. Aquisição de 15 caminhões para transporte de produtos agropecuários, vinculados ao Projeto de Reestruturação da Central de Abastecimento e Comercialização para atender Boa Vista (Feira do Produtor) (2001) - (Município: Boa Vista - Investimentos R$ 1.494.680,00).

7. Fortalecimento da Assistência Técnica e Extensão Rural – Terceirização de Serviços para atender os projetos:

a) - Fruticultura (Passarão) (2002) - (Município: Boa Vista - Investimentos R$ 750.000,00).

b) - Cultivo de banana (Sul do Estado) (2002) - (Municípios: São Luiz, São João da Baliza., Rorainópolis e Caroebe - Investimentos R$ 400.000,00).

c) - Projeto Rainha (produção de mel) (2002) - (Municípios: Todo Estado - Investimentos R$ 600.000,00).

d) Pequena Produção em áreas de assentamento (2002) - (Municípios: São Luiz, Caroebe, São João da Baliza, Rorainópolis - Investimentos R$ 2.500.000,00).

e) - Grão Norte (2002) - (Municípios: Bonfim, Boa Vista, Alto Alegre, Amajarí, Cantá, Mucajaí - Investimentos R$ 250.000,00).

8. Elaboração de Estudo de Mercado para produtos potenciais (2002) - (Municípios: Todo Estado - Investimentos R$ 1.200.000,00).

Incentivos Fiscais e Financeiros

Incentivos Fiscais (Governo de Roraima)

1. Política de Incentivos Fiscais e Extrafiscais

- Lei n.º 075 de 12 de Julho de 1994
- Decreto n.º 897-E de 29 de dezembro de 1994

2. Políticas Agrícola e Agrária do Estado de Roraima

- Lei n.º 191 de 04 de março de 1998.

3. Incentivo Fiscal Para os Empreendimentos Agropecuários Participantes do Projeto Integrado de Exploração Agropecuária e Agroindustrial do Estado de Roraima – Grão Norte

- Lei n.º 215 de 11 de setembro de 1998
- Decreto n.º 3341-E de 30 de dezembro de 1998

4. Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado de Roraima – FDI

- Lei n.º 232 de 30 de setembro de 1999 (Institui FDI e CDI – Conselho)
- Decreto n.º 3694 – E de 22 de dezembro de 1999 (Regulamento do FDI)
- Decreto n.º 3765 – E de 09 de março de 2000 (nova redação a dispositivo do Dec.3694E)

5. Fundo Estadual de Aval - Fixa Diretrizes para o Plano de Desenvolvimento Rural

- Lei n.º 202 de 09 de junho de 1998(Institui o Fundo de Aval e Fixa..)

6. Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Roraima – FUNDER

- Lei n.º 023 de 21 de dezembro de 1992 (Institui o Fundo)
- Decreto n.º 578 de 16 de agosto de 1993
- Decreto n.º 1243 – E de 16 de maio de 1996
- Decreto n.º 4169 – E de 09 de fevereiro de 2001(Regulamenta a Lei 023)

7. Tratamento Diferenciado e Preferencial às Micros e Pequenas Empresas

- Lei n.º 124 de 26 de março de 1996
- Lei nº 243 de 29 de dezembro de 1999
- Altera e adita dispositivos à Lei nº 124, de 26 de março de 1996"

8. Lei 214 de 27 de agosto de 1998 - Dispõe sobre o Regime Especial de Tributação do ICMS nas Importações.

Acervo ISA

Concessão de crédito presumido do ICMS aos produtores elencados na Portaria Interministerial n.º 300, de 20 de dezembro de 1996, nos termos do Regime aduaneiro disposto no Decreto – Lei n.º 356, de 15 de agosto de 1968.

9. isenção e Crédito Presumido de ICMS aos produtores agrícolas em estado natural e dá outras providências.

- Lei n.º 282 de 27 de março de 2001.

10. ICMS para Insumos Agropecuários.

- Decreto n.º 287, de 22 de junho de 1992.

11. Regime Especial de substituição tributária para óleo de soja e frangos, nas condições que especifica.

- Decreto n.º 3328-E , de22 de dezembro de 1998.
- Decreto nº 3590-E, de 24 de setembro de 1999 – Altera dispositivos do Dec. 3228-E/98

Incentivos Federais

1. Administrados pela SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus, administra os benefícios destinados a empreendimentos industriais que se localizam na Zona Franca e que são extensivos à Amazônia Ocidental:

- Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI

- Crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI

- Isenção do Imposto de Importação – II

- Programa Especial de Exportações da Amazônia Ocidental – PEXPAM

- Portaria Interministerial MF/MPO N.º 300, de 20/12/96

2. Administrados pela ADA (Agência de Desenvolvimento da Amazônia):

- IR - Imposto sobre a Renda

- FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia

3. Administrados pelo Banco da Amazônia (BASA):

- FNO - Fundo Constitucional do Norte

- PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

- PRODEX - Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo Vegetal

- PRORURAL/PRONAF - Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Rural Organizada

- PROMICRO - Programa de Apoio às Microempresas

- PROSUMAM - Programa de Apoio à Conservação e Sustentação do Meio Ambiente

- PRODESIN - Programa de Desenvolvimento Industrial

- PROAGRIN - Programa de Apoio ao Desenvolvimen to da Agroindústria

- PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo Regional

Infra – Estrutura

1. Lei n.º 8256, de 25 de novembro de 1991.

- Cria as Áreas de Livre Comércio dos Municípios de Pacaraima e Bonfim, no Estado de Roraima e dá outras providências.
- Obs.: Necessita de Regulamentação.

2. Zona de Processamento de Exportação

- Obs.: Projeto em fase de negociação para implantação em Roraima.

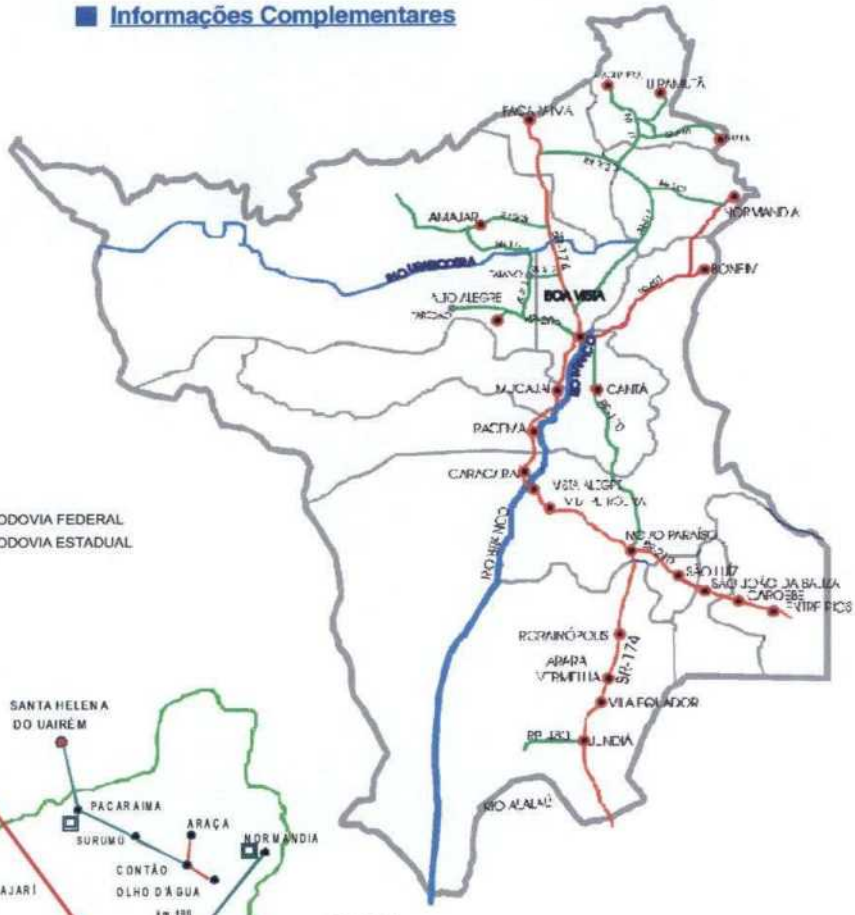
3. Distrito Industrial de Boa Vista

- Concessão de lotes a empresas, no Distrito ndustrial de Boa Vista, regulado através do Regimento Interno do Conselho Técnico do Distrito Industrial de Boa Vista e Regulamento Interno do Distrito Industrial.

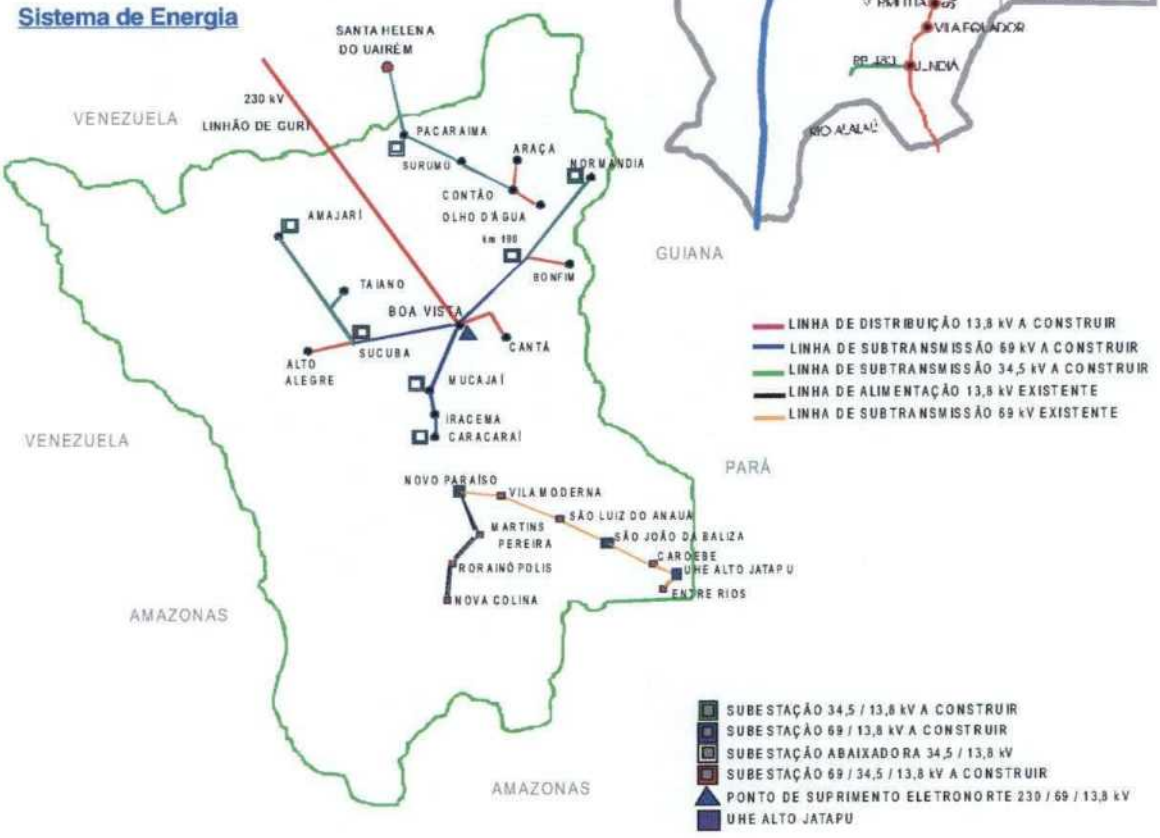
Acervo ISA

Informações Complementares

Malha Rodoviária



Sistema de Energia



Acervo ISA

Programação Operacional do Programa Calha Norte

Até o corrente ano, o Programa Calha Norte vem atuando, basicamente, por meio de transferência de recursos orçarnentários que são aplicados por outros órgãos federais, visando a execução das ações de governo.

Assim, convênios celebrados com entidades públicas e privadas, objetivando à mobilização de seus recursos, têm-se mostrado alternativa eficaz e complementar à forma de atuação, proporcionando consideráveis benefícios para as populações residentes nas áreas abrangidas pelo Programa.

Para a execução dos Programas Setoriais elencados no presente Plano, serão adotadas duas formas operacionais de procedimentos:

1. execução com recusos orçamentários do PCN; e,

2. execução através da adesão de instituições que apresentem afinidades com um ou mais programas, o que se processará via convênio.

Ações Programáticas do Programa Calha Norte:

Para a consecução dos seus objetivos institucionais, o Programa Calha Norte vem atuando de acordo com as seguintes linhas de ações programáticas:

Estudo dos Problemas e das Demandas da Região do Calha Norte

Tem por objetivo a promoção de encontros sistemáticos com a população e com instituições governamentais e não-governamentais que atuam na região, visando a atualização de dados reletivos ao desenvolvimento sócio-econômico da área.

Através desses encontros, são analisados estudos e pesquisas que subsidiam o planejamento e orientam as diretrizes a serem adotadas nas ações operacionais do Programa, fato que contribui com a efetiva racionalização das metas a serem atingidas e dos recursos alocados.

Distribuição de Equipamento Escolar para as Comunidades Isoladas

Visa proporcionar equipamento básico necessário ao funcionamento das pequenas escolas localizadas em comunidades isoladas e com grande dificuldade de acesso, melhorando a qualidade de ensino por meio de condições sociais mais adequadas aos alunos.

Acervo ISA

Construção de Escolas de Ensino Fundamental.

Ação decorrente de emenda proposta no ano 2000 ao Plano Plurianual, receberá recursos orçamentários para sua execução a partir de 2001.

Distribuição de Material Didático

Propicia condições especiais de apoio às pequenas escolas instaladas em comunidades isoladas e com grande dificuldade de acesso.

Distribuição de Material e Equipamento Básico às Comunidades Indígenas.

Atendimento às comunidades indígenas com equipamentos e utensílios necessários à sobrevivência e, por consequência, promove atenção cada vez maior àquelas comunidades, de acordo com orientação de órgãos e/ou pessoas especializadas no modo de vida indígena.

Apoio às Comunidades Carentes da Região.

Prestação de apoio diversificado às comunidades carentes, contribuindo para sua fixação na região, evitando migrações internas e promovendo meios para melhoraria da condição de vida.

Apoio aéreo.

Visa complementar o apoio logístico às Unidades Militares de Fronteira, bem como o apoio humanitário às comunidades isoladas. Muitas vezes, é a única forma eficaz de prestar assistência àquelas populações, constituindo-se nas denominadas missões de misericórdia (transporte aéreo de emergência em casos de saúde de extrema gravidade que necessitam de urgente atendimento).

Implantação de Infra-estrutura Básica nos Municípios mais Carente.

Dos setenta municípios que compõem a área de atuação do PCN, mais de 50% apresentam dificuldades de ordens financeiras e operacionais para atender as necessidades de infra-estrutura física básica requeridas pela população. Nesses casos, o Programa atua como agente de apoio à superação dessas necessidades, através de obras nas áreas que possibilitem melhorias no padrão de vida às populações desses munici-

Acervo ISA

pios, a exemplo de ancoradouros, hospitais, postos de saúde, escolas, sistemas de abastecimento d'água, sistema viário, dentre outras.

Manutenção de Aeródromos.

Tem como objetivo manter em condições de operação os aeródromos da Região, com prioridade para aqueles situados em áreas de difícil acesso que necessitam de serviços de manutenção para deixá-los em condições de serem operados com segurança. São priorizados aqueles situados na faixa de fronteira, que atendem as comunidades lá residentes, além dos Pelotões Especiais de Fronteira e, eventualmente, apoiam operações militares realizadas na Região. A manutenção sistemática de aeródromos evita a deterioração ocasionada, principalmente, pelas condições climáticas da Amazônia.

Construção de Aeródromos.

Tem por finalidade, em conjunto com as outras ações, facilitar e ampliar a logísitica necessária para as ações de saúde, educação, saneamento básico, transporte, energia e comunicações das comunidades mais carentes da Região.

Conservação de Rodovias.

Visa a manutenção do tráfego nas rodovias da Calha Norte, com prioridade para aquelas implantadas pelo Programa - a exemplo da BR-307 (São Gabriel da Cachoeira/ Cucui - AM) - pelo fato de que as rodovias da Região sofrem, pela ação inclemente do clima amazônico, grandes desgastes, tanto no leito da rodovia quanto nas pontes, que normalmente são de madeira.

Manutenção de Embarcações.

Atenua o desgaste nas embarcações que são empregadas nas ações do Programa, mantendo-as em condições de uso com segurança e evitando aplicação de maior volume de recursos com recuperações de porte. As embarcações provêm a segurança da navegação nos rios da Região (patrulhamento nos rios, fiscalização das embarcações, orientação às tripulações, formação de Práticos em navegação) como também, são empregadas em trabalhos que beneficiam as comunidades ribeirinhas.

Acervo ISA

Construção de Embarcações para Controle da Segurança da Navegação Fluvial.

Visa melhorar a infra-estrutura de apoio à navegação, evitando a ocorrência de acidentes com embarcações e inibindo ações ilícitas na extensa malha fluvial da região. Tem ainda, como finalidade, apoiar as populações mais carentes e isoladas da região.

Manutenção de Pequenas Centrais Elétricas.

Atendem a dificuldade de assistência técnica em regiões isoladas e carentes, onde a população, geralmente, é constituída por indígenas e nativos, cujas administrações regionais não possuem meios para a manutenção das Pequenas Centrais Elétricas instaladas. Desta forma, evita-se a interrupção do fornecimento de energia às comunidades beneficiadas pelas mesmas, incluindo os Pelotões Especiais de Fronteira, que podem manter em bom nível as suas missões na faixa de fronteira.

Manutenção da Infra-Estrutura Instalada nos Pelotões Especiais de Fronteira.

Tem o objetivo de atenuar a deterioração, por ação do clima amazônico, das instalações dos serviços básicos prestados pelas Unidades Militares de Fronteira, a fim de mantê-las em pleno funcionamento, evitando dispendiosas recuperações futuras.

Implantação de Unidades Militares.

Objetiva aumentar a presença brasileira na Região, particularmente na Faixa de Fronteira, atuando de forma direta na manutenção da soberania nacional, inibindo a proliferação de ações ilícitas e servindo de núcleo de colonização e de apoio às comunidades da área.

6º PEF / 5º BIS - Pari-Cachoeira/AM

Acervo ISA

Ministério da Defesa
Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais
Departamento de Política e Estratégia

Programa Calha Norte

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ISAE
Instituto Superior de Administração e Economia

Coordenadoria de Estudos e Programas Estratégicos

Boa Vista (RR)